

COORDENADORA GERAL E ORGANIZAÇÃO
DRA. SARA BERNARDES

ACADÊMICA

A REVISTA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINOAMERICANO

VOLUME 6
OUTUBRO, 2018



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR LATINO-AMERICANO

IESLA



REVISTA ACADÊMICA

Diretora Fundadora:

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Coordenação Científica

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Joaquim José Miranda Júnior

Cilas Bernardes Rosa

Eugenio R. Zaffaroni

Ricardo Rabinovich-Berkman

Raphael Silva Rodrigues

Enrique Coscarelli

Amélia Imbriano

José Luis Fliguer

Kaminsky Mello

Manoel Felizardo

Mario Secchi

Nicolás Rodríguez León

Monica Pinto

Marta Biagi

Teodora Zamudio

Renato Rabbi-Baldi Cabanillas

Eduardo Sisco

Manuel Vial Dumas

Javier Baños

Conselho Editorial:

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Joaquim José Miranda Júnior

Cilas Bernardes Rosa

Francis Albert Cotta

Josinaldo Leal

Manoel Felizardo

Thiago Perez

Valéria Fernandes



Pareceristas:

Sistema IESLA Double Blind Peer Review

Luis Fernando Pires Machado (DF); Sara Maria Alves Gouveia Bernardes (MG); Joaquim José Miranda Júnior(MG); Raphael Silva Rodrigues(MG); Amélia Imbriano (AR); Alberto Rodríguez Blanco(AR); Nicolás Rodríguez León(AR); José Luis Fliguer(AR).

Editor Responsável:

Dr. Cilas B. Rosa

Diagramação e Revisão Textual:

Amanda Gama

2018 Editora Edições Superiores

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, e videográficos. (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Av. Miguel Perrela, 698 - Castelo - Belo Horizonte /MG CEP: 31.330-290

<http://edicoessuperiores.com.br/>

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Os trabalhos divulgados nesta edição são de responsabilidades exclusiva dos autor

R454

Revista Acadêmica. / Belo Horizonte: IESLA – Instituto de Educação Superior Latino-americano – v. 1, Set. 2013 – Belo Horizonte: Edições Superiores, 2018.

v. 6, n. 1, Out. 2018.

ISSN: 2318-258X

Bilíngue: Português e Espanhol

1. Genética. 2. Saúde. 3. História. 4. Psicologia. 5. Ciência da Informação. 6. Multi-disciplinar. 7. Educação



PREFÁCIO

Foi com muita honra que aceitei escrever o prefácio do sexto volume da Revista Acadêmica. Como pode-se observar, o corpo desta revista contém artigos que abordam diversos temas que passam desde a educação, psicologia, questões direcionadas às organizações e trabalho, assim como, temas atuais relacionados aos meios de divulgação da mídia (Facebook e Youtube).

Esta revista é um convite para o leitor compreender as diversidades da atuação da humanidade na sociedade contemporânea. Além disso, o leitor pode vislumbrar como o trabalho intelectual é transformador e pode gerar inovações no trabalho, na educação, na utilização de recursos naturais, na interação interpessoal e no manuseio de tecnologias.

Enfim, acredito que esta obra de divulgação científica auxiliará vários profissionais a se atualizarem e refletirem sobre a atuação no mundo contemporâneo.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2018

Valéria Fernandes de Souza

PhD em Psicobiologia

Pós-Doutora em Neurociências



APRESENTAÇÃO

Temos a honra de lançar o 6º volume da Revista Acadêmica. Nesta edição, apresentaremos 10 artigos de 12 autores que trazem em sua essência novidades baseadas em estudos ainda mais aprofundados.

Uma gama de assuntos de alta relevância para o meio acadêmico. Nosso conselho Editorial, formado por renomados Mestres e Doutores nacionais e internacionais foram criteriosos no momento da seleção, levando sempre em consideração a exclusividade, pesquisa bibliográfica, expertise no assunto abordado e desenvolvimento do tema.

Confira os artigos apresentados nessa edição: “Inovar para melhorar: os efeitos positivos da NTICS sobre o processo de ensino aprendizagem na educação de Jovens e Adultos”, “A prática do Straining nas relações de trabalho em decorrência da imposição de metas excessivas”, Análise da integração dos sistemas de gestão ambiental, de saúde e segurança do trabalho e da qualidade numa pequena empresa da construção civil”, “Atualização da base cartográfica dos recursos hídricos não representados pela base cartográfica do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), no município de Irenópolis-SC”, “A Influência do Facebook na opinião Eleitoral”, “O acompanhamento popular da política pública de educação: uma convocação democrática em voga”, “A contribuição da Teoria Psicológica Cultural para o ensino de jovens e adultos”, “As modificações relacionadas à jornada de trabalho no âmbito mundial e aspectos relevantes para o trabalhador”, “ La constante lucha por una educación Igualitaria”, “ O avô e a avó na visão dos netos”.

Boa leitura!

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2018

Prof^ª. Dra. Sara Bernardes
Presidente





INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR LATINO-AMERICANO

IESLA





SUMÁRIO

INOVAR PARA MELHORAR: OS EFEITOS POSITIVOS DAS NTICS SOBRE O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS <i>Alexandre Abdo Filho</i>	15
A PRÁTICA DO STRAINING NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DECORRÊNCIA DA IMPOSIÇÃO DE METAS EXCESSIVAS <i>Áquila Júnio Lopes Machado Ricardo Tibério</i>	25
ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DA QUALIDADE NUMA PEQUENA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL <i>Ary Luiz de Oliveira Peter Filho</i>	39
ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NÃO REPRESENTADOS PELA BASE CARTOGRÁFICA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC <i>Carlos Roberto Rodrigues da Silva</i>	51
A INFLUÊNCIA DO FACEBOOK NA OPINIÃO PÚBLICA ELEITORAL <i>Diogo Garbin</i>	65
O ACOMPANHAMENTO POPULAR DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA CONVOCAÇÃO DEMOCRÁTICA EM VOGA <i>Fabiana Aldaci Lanke</i>	83



A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA PSICOLÓGICA CULTURAL PARA O ENSINO
DE JOVENS E ADULTOS

Glenda Janaína Santos da Silva
Maria Eva Freire de Alkimim

95

AS MODIFICAÇÕES RELACIONADAS À JORNADA DE TRABALHO NO ÂMBITO
MUNDIAL E ASPECTOS RELEVANTES PARA O TRABALHADOR

Isabelle Ribeiro Ferreira

109

LA CONSTANTE LUCHA POR UNA EDUCACIÓN IGUALITARIA **(ESPAÑHOL)**

María José dos Santos Vertuan

121

O AVÔ E A AVÓ NA VISÃO DOS NETOS

Rosa Maria da Motta Azambuja

133





REVISTA ACADÊMICA

V.6





INOVAR PARA MELHORAR: OS EFEITOS POSITIVOS DAS NTICS SOBRE O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Alexandre Abdo Filho¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo provocar uma discussão e uma reflexão em todos aqueles que estão envolvidos com a educação e que tomaram ciência sobre o assunto. Na atualidade a Educação de Jovens e Adultos que a partir daqui trataremos como E.J.A. Mais uma vez está em pauta, com metas no PNE da Educação Brasileira e entre os assuntos que estão em maior destaque são os que se referem à oferta de vagas e a melhoria das metodologias aplicadas a esta classe de alunos no processo de ensino aprendizagem, que em suma, visa diminuir a evasão e atrair o aluno para a sala de aula com um ensino mais próximo da sua realidade e do seu dia a dia e com isso, preparar melhor o aluno para intervir em seu cotidiano, tornando a escola mais objetiva, significativa, atual e assim por meio de uma pesquisa bibliográfica, podemos constatar que o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem desta classe de alunos, só virá agregar mais qualidade e eficiência ao objetivo almejado, tornando o ensino mais atual, atuante e significativo com a qualidade esperada e com eficácia nas suas ações, pois, uma escola que aborda assuntos do cotidiano de seu aluno, fará dela um lugar interessante de se frequentar, onde o aluno queira estar por abordar o conhecimento em sintonia com suas experiências vividas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, NTICs, qualidade, aprendizagem significativa, PNE.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo provocar una discusión y una reflexión en todos aquellos que están involucrados con la educación y que toman ciencia sobre el asunto; En la actualidad la Educación de Jóvenes y Adultos que a partir de aquí trataremos de E.J.A. una vez más está en pauta y esta vez con metas en el PNE de la Educación Brasileña y entre los asuntos que están en mayor destaque son los que se refieren a la oferta de vacantes y la mejora de las metodologías aplicadas a esta clase de alumnos en el proceso de enseñanza aprendizaje, que en suma pretende disminuir la evasión y atraer al alumno al aula con una enseñanza más cercana a su realidad y de su día a día y con ello preparar mejor al alumno para intervenir en su cotidiano, haciendo la escuela más objetiva, y en el sentido de que el uso de las nuevas tecnologías de información y comunicación en el proceso de enseñanza-aprendizaje de esta clase de alumnos, sólo vendrá a agregar más calidad y eficiencia al objetivo anhelado, haciendo la enseñanza más que es una de las más importantes de la

¹ Doutorando em Ciência da Educação (FHUMYAR/UNR), Mg. en Educación (UAA/ Paraguay) y Profesor en química, física e matemática (Escola Estadual Andronico de Mello – São Paulo – Brasil). Email: abdo_156@hotmail.com.



historia de la ciencia y de la ciencia. De frecuentar, donde el alumno quiera estar por abordar el conocimiento en sintonía con sus experiencias vividas.

PALABRAS-CLAVE: Educación de Jóvenes y Adultos, NTIC, calidad, aprendizaje significativo, PNE.



INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje em que a inovação é o carro chefe de todas as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, este trabalho através de uma pesquisa bibliográfica, vem provocar uma reflexão acerca do que estamos praticando em nossas salas de aula, principalmente no que condiz a educação de jovens e adultos, que são uma classe de alunos que carregam consigo particularidades sem igual e que nem sempre podem estar na sala de aula por terem outras prioridades em sua vida como trabalho, filhos, família que por muitas vezes são o real motivo de suas ausências na sala de aula e este quadro que os leva a não compressão dos conteúdos apresentados e também, a evasão ou a repetência, e este é o ponto de partida que nos faz parar, observar e repensar, porque não fazemos usos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação que a partir de agora passaremos a chamar de NTICs na Educação de Jovens e Adultos ao qual chamaremos nesse artigo de EJA.

Em nossas praticas para melhorar, facilitar e incentivar esses alunos a continuarem em sua caminhada pelo estudo, já que nos dias de hoje a nossa sociedade já absorveu a maioria destas NTICs em seu cotidiano, podemos observar em nossas salas onde quase que a totalidade dos nossos alunos fazem uso do smartphone, então porque não nos apropriarmos destas tecnologias em prol da educação, mas não do modo tradicional que se vê como sendo um suporte para nossas aulas tradicionais e sim como uma ferramenta que nos auxilie na prática de novas metodologias baseadas no uso das NTICs, a fim de inovar, melhorar, facilitar e motivar os alunos com uma metodologia atual e atuante onde o aluno se sinta valorizado e que o ajude a caminhar no sentido do conhecimento.

Este estudo partiu do contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de sua valorização neste percurso que passou de uma contrapartida para um direito reconhecido em forma de lei e que foi evoluindo através de debates, fóruns e congressos e que vem dando o devido respeito a esta classe de alunos o que proporcionou uma gama de estudo acerca do tema até se consolidarem como metas do último plano nacional de educação que foi construído em 2014 e tem validade de 10 anos, metas essas que foram reafirmadas no CONFINTEA BRASIL + 6. que foi realizado em Brasília, DF, no período: 25 a 27 de abril de 2016 que teve como principal assunto o de incluir cada vez mais jovens e adultos na escola, e deixar nossas aulas mais atraentes, efetiva e atual também vai de encontro às metas definidas no PNE por atrair cada dia mais alunos para nossas aulas, muito se tem a fazer pela educação de jovens e adultos, pois apesar de terem varias iniciativas do uso das NTICs na educação a maioria delas as usa como meio não como um produto final que pode dinamizar nossas aulas inovando e ajudando com eficiência os nossos alunos há estarem cada dia mais conectados com o conhecimento.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos caminha junto com a história do nosso País, pois, desde que os portugueses aportaram em nosso país que eles estão educando nossos Jovens e Adultos, conforme percebemos neste trecho de Lemos & Souza que diz:

“Inicialmente a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado.” (Lopes & Sousa, 2010, p. 3).

E nesta trajetória as políticas públicas voltadas para essa classe de aluno nem sempre tiveram o real efeito, pois, eram feitas de acordo com os interesses políticos da época e que só começaram a tomar a real importância a partir dos anos 70 com o fim do período militar, e com a implantação do ensino supletivo que foi um marco na história da Educação de Jovens e Adultos.

A partir daí foram surgindo vários movimentos em prol da Educação de Jovens e Adultos nos anos 80 foi implantado a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação, (VIEIRA, 2004).

Em 1988 a Constituição Federal determina a Elaboração de um Plano Nacional de Educação e em seu artigo 208 inciso I, que garante o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos, também aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar em idade própria que posteriormente foi modificada pela Emenda Constitucional número 14 de 12/09/1996 onde Art. 2º É dada nova redação aos incisos I e II do art. 208 da Constituição Federal:

I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n. 9394/96, trata essa modalidade de ensino nos artigos 37 e 38, assegurando metodologias e currículos adequados às necessidades dos alunos, tanto em nível fundamental quanto em nível médio, que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público, sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996).

Em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que lançou vários programas, o principal dele foi o eixo central de todos os outros que vieram incorporados a ele, o Programa Brasil Alfabetizado, que foi desmembrado em outros projetos que tiveram seus objetivos melhores definidos que foi o Projeto Escola de Fábrica (voltado para formação profissional), o PROJOVEM (com foco central na preparação e qualificação do aluno para o trabalho em conjunto com a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) (VIEIRA, 2004).

No cenário atual, a sociedade vê a juventude e o adulto que estão fora da escola como sinônimo de problema e motivo de preocupação. A educação de jovens e adultos no Brasil é marcada pelas políticas públicas insuficientes para dar conta da real demanda e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

A Educação de Jovens e Adultos só toma vulto quando passa a caminhar na direção da educação popular, e a partir deste momento que começa a crescer os Fóruns de EJA, como espaços de discussão dos diversos atores envolvidos no processo de construção desta prática educativa, e a partir daí que se dá a

inserção do Brasil no cenário internacional e que se amplificam as discussões em torno da EJA e dos sujeitos desta modalidade de educação.

Neste sentido, as Conferências Internacionais de Educação de Adultos – CONFINTEA exerceram papel de catalizador dos movimentos sociais, em termos de Brasil, a Conferência que demarca a participação ativa da delegação brasileira é a V CONFINTEA, a partir da qual aumentam em número e em representatividade os Fóruns de EJA em todo o Brasil.

Estas conferências reúnem diversos organismos estatais e não governamentais dos países participantes para discutirem a educação de adultos e que representaram um fato histórico que demarca em termos mundiais as discussões em torno da educação de adultos, assegurando como direito a todos os cidadãos, independentemente de sua idade.

Ainda há muito por fazer sobre a EJA, no Brasil. E é mais do que notório que nós educadores brasileiros precisamos nos colocar nesta discussão e propagá-la no centro dos debates acadêmicos, pois esse é o espaço privilegiado de pesquisa e de elaboração de novas propostas.

PNE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26/06/2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal. Ele estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação. Municípios e unidades da Federação devem ter seus planos de Educação aprovados em consonância com o PNE.

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais.

Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade.

O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

O Ministério da Educação se mobilizou de forma articulada com os demais entes federados e instâncias representativas do setor educacional, direcionando o seu trabalho em torno do plano em um movimento inédito: referenciou seu Planejamento Estratégico Institucional e seu Plano Tático Operacional a cada meta do PNE, envolveu todas as secretarias e autarquias na definição das ações, dos responsáveis e dos recursos. A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 também foi orientada pelo PNE.

Dentro do PNE que está em vigor (2014 – 2024) duas metas foram diretamente direcionadas a Educação de Jovens e Adultos as metas 09 e 10 que diz em seu contexto:

Meta 09 - Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 - EJA integrada à Educação Profissional

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

E com base neste contexto podemos afirmar que as metas do PNE em vigor (2014 a 2024), no que diz referente à Educação de Jovens e Adultos é apenas a ponta de iceberg que tem muito mais a ser explorado, debatido e reivindicado nos vários fóruns que são protagonizados pelos estudiosos da área em todo o planeta, a fim de discutirmos novas formas de ensinar para que esta classe de alunos tenha seus direitos atendidos e uma aprendizagem mais significativa e atual e que vá de encontro com seu cotidiano, onde o aluno possa ver o conhecimento acontecendo ali diante de seus olhos com os seus afazeres no seu dia a dia e que se misturem fazendo sentido naquilo que se está aprendendo.

E na Educação do Século XXI este trabalho está sendo facilitado, pelos avanços tecnológicos que estão surgindo a cada dia e se transformando em ferramentas úteis no processo de ensino aprendizagem da sociedade do conhecimento, pois conforme cita Moran (2000, p.137). “Educar é colaborar para que professores e alunos - nas escolas e organizações - transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem” e as NTICs foram criadas para esse propósito facilitar, colaborar para que os processos sejam mais eficientes e com a eficácia esperada por aqueles que a fizerem uso da mesma.

AS NTICS E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) já não são mais novas nos dias de hoje, pois, já atingiram a idade adulta e mesmo assim ainda não fazem parte completamente da educação pública brasileira, pois, desde que aconteceu a Terceira Revolução Industrial, isso por volta dos anos 90, que as NTICs vêm mudando a forma com que nós nos relacionamos com as coisas e com as outras pessoas.

Considera-se que o advento destas novas tecnologias (e a forma como foram utilizadas por governos, empresas, indivíduos e setores sociais) possibilitou o surgimento da “sociedade da informação”. O que tornou esse relacionamento mais ágil e mais direto, mas também mais mecânico, de uma forma menos concreta e impessoal, pois com todas essas mudanças que já vem ocorrendo há quase 30 anos, com praticamente três gerações nascidas pós NTICs ainda há muito a se fazer para integrar com qualidade as NTICs em todos os setores da educação com a real efetividade que pode ser alcançada, pois, conforme afirma Almenara em um de seus artigos que:

“Desde nuestro punto de vista la incorporación de las TIC a las instituciones educativas nos va a permitir nuevas formas de acceder, generar, y transmitir información y conocimientos, lo que nos abrirá las puertas para poder flexibilizar, transformar, cambiar, extender...; en definitiva, buscar nuevas perspectivas en una serie de variables y dimensiones del acto educativo, en concreto nos permitirá la flexibilización a diferentes niveles. Almenara.” (2007, p. 8).

E a educação pública brasileira está necessitando urgente destas mudanças para que ocorra de verdade a flexibilização tanto no sentido horizontal como na vertical quebrando os paradigmas de hoje e na atualidade essas ações ocorrem somente através do estudo de alguns pesquisadores e de iniciativas próprias e isoladas

de profissionais comprometidos com os caminhos que a educação do século XXI percorre.

As NTICs são os processos baseados na disseminação da comunicação e da informação tendo como meio a internet, que foi a percussora no processo de construção das redes sociais, que estão revolucionando a nossa forma de pensar, de agir e de se relacionar diante das coisas e das pessoas que surgiram a partir das necessidades e das afinidades, as NTICs a princípio foram desenvolvidas para o uso geral e com o passar do tempo foram surgindo ramificações adaptadas segundo a necessidade de cada um, e na educação as NTICs tem o poder de facilitar o entendimento e motivar o processo de ensino aprendizagem, pois, conforme Moran:

A educação fundamental é feita pela vida, pela reelaboração mental emocional das experiências pessoais, pela forma de viver, pelas atitudes básicas da vida e de nós mesmos'. Assim, o uso das TIC na escola auxilia na promoção social da cultura, das normas e tradições do grupo, ao mesmo tempo, é desenvolvido um processo pessoal que envolve estilo, aptidão, motivação. A exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensejam aos alunos e professores oportunidades de interação e produção de saberes. Moran (2012, p.3).

E ao mediar este processo com metodologias novas que estão em sintonia com a realidade dos alunos do Século XXI, os chamados de nativos digitais ou geração Z, que são aqueles nascidos pós internet e que vivem conectados em tempo integral, pois não conhecerão o mundo off-line, são muito exigentes e querem tudo para agora, pela instantaneidade dos processos mediados pela internet e pelas redes sociais ao qual tem acesso a todo o momento, pois o mundo hoje tem acesso à informação em qualquer hora e local, bastando apenas na maioria das vezes um clique, e com certeza terá muito mais chances de ser uma ação integradora entre o aluno e o conhecimento e a partir desta incorporação estudiosos foram fazendo uso e se apoderando destas novas ferramentas de atuar e de lidar com o outro, na atualização e na melhoria das metodologias do processo de ensino aprendizagem, a fim de tornar a escola mais a cara do aluno, com metodologias novas e inspiradoras, que despertem o interesse e a curiosidade do aluno em aprender, que é o primeiro passo para que essa integração entre as NTICs e o processo de ensino aprendizagem sejam efetivados, pois, conforme cita Masetto:

"[...] a tecnologia apresenta-se como meio, como instrumento para colaborar no desenvolvimento de o processo de aprendizagem. A tecnologia reveste-se de um valor relativo e dependente desse processo. Ela tem sua importância apenas como um instrumento significativo para favorecer a aprendizagem de alguém. Não é a tecnologia que vai resolver ou solucionar o problema educacional do Brasil. Poderá colaborar, no entanto, se for usada adequadamente para o desenvolvimento educacional de nossos estudantes [...]" (Masetto, 2012, p.139).

E para que no futuro essa integração seja feita de uma forma natural sem sustos ou tropeços por ser parte da cultura do século XXI, na atualidade várias experiências inovadoras em vários estados brasileiros estão sendo desenvolvidas por professores comprometidos que sentiram a necessidade de se fazer algo para estar em sintonia com seus alunos, se aproveitando das ferramentas advindas das mudanças sociais provenientes da inserção das NTICs no cotidiano de todos e que estão ocorrendo em todo o mundo e estes trabalhos inspiradores tem mostrado que vale a pena obtendo resultados muito significativos na melhoria da qualidade da educação pública brasileira o que demonstra que as NTICs vem agregar eficiência e significância a todas as mudanças que estão por vir na Educação do Século XXI que visa melhorar a qualidade do Ensino Médio Brasileiro e o E.J.A. está dentro deste contexto, demonstrando que é possível reverter esse quadro tão

alarmante de evasão e de repetência escolar, pelas várias particularidades que esta classe de aluno tem e por estar em sintonia com todas as mudanças advindas da sociedade da informação, pois, mudando a forma da escola interagir com seu aluno o processo de ensino aprendizagem se dará de uma forma mais natural pois:

“Aprendemos com cada coisa, pessoa ou ideia que vemos, ouvimos, sentimos, tocamos experienciamos, lemos, compartilhamos e sonhamos; quando aprendemos em todos os espaços em que vivemos – na família, na escola, no trabalho, no lazer e etc. Educamos aprendendo a integrar em novas sínteses o real e o imaginário; o presente e o passado olhando para o futuro; ciência arte e técnica; razão e emoção.” (Moran, 2000, p.13).

E tendo uma escola mais moderna, atual em sintonia com a sua realidade, essas mudanças terão o efeito esperado por todos elevando a qualidade do ensino médio brasileiro direcionando nossos alunos aos seus anseios e vocações, pois, com as mudanças certas o aluno encontrará um ambiente mais acolhedor onde ele se sinta valorizado que respeite seus limites, os seus anseios e vocações que serão desenvolvidos e aflorarão na direção correta com sabedoria e responsabilidade.

Em face ao que foi investigado, analisado e proposto é imprescindível que aqueles que tomarem ciência deste artigo se conscientizem de que as NTICs vieram para somar a todas as medidas que forem tomadas para melhorar a Educação de Jovens e Adultos que vem com metas bem definidas no último PNE onde o eixo principal destas metas é atrair o maior número possível de alunos para os bancos escolares e com a utilização das NTICs neste processo e que traz em seu bojo uma possibilidade infinita de seus usos que podem facilmente ser transformadas em ferramentas modernas e atuais que irão facilitar o entendimento dos conteúdos apresentados aos nossos alunos pela gama de possibilidades que as NTICs podem nos oferecer para favorecer o processo de ensino aprendizagem, pois, o aluno se sentindo valorizado e respeitado produzirá mais e melhor e com uma metodologia que faça uso do cotidiano para comprovar o conhecimento estudado tornará esse conteúdo muito mais significativo por respeitar o lado humano do aluno e por todos esses aspectos que se pode afirmar que as NTICs que já fazem parte do nosso cotidiano, na educação em conjunto com uma aprendizagem significativa será uma mola propulsora na eficácia destas mudanças que tem tudo para atingir seu objetivo maior através de um ensino moderno atual com significância respeitando sempre o lado humano de cada aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMENARA, Julio Cabero. **Las necesidades de las TIC en el ámbito educativo: oportunidades, riesgos y necesidades.** Disponível online em: <http://investigacion.ilce.edu.mx/tyce/45/articulo1.pdf>. Consultado em outubro de 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Consultado em outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Consultado em outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Consultado em outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.** Consultado em outubro de 2017.

FREIRE. P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da Informação.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. **EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia?** CEREJA. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaLopes.pdf>. Consultado em outubro de 2017.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos, BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

MORAN, José Manuel. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias.** Artigo disponível online em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran>. Consultado em julho de 2017.

MORAN, José Manuel. **Integrar as tecnologias de forma inovadora.** Artigo disponível online em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran>. Consultado em julho de 2017.



A PRÁTICA DO *STRAINING* NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DECORRÊNCIA DA IMPOSIÇÃO DE METAS EXCESSIVAS

Áquila Júnio Lopes Machado¹

Ricardo Tibério²

RESUMO

Este artigo trata da prática do *straining* nas relações de trabalho em decorrência da imposição de metas excessivas ao trabalhador, visando analisar esta modalidade de assédio, de forma a verificar as reprimendas legais existentes relacionadas ao combate de tal prática. Diferenciamos o *straining do mobbing*, práticas corriqueiras em nossos dias e que muito se assemelham entre si, mas que ofendem danos distintos relacionados a vida do obreiro. Em se tratando de uma pesquisa de natureza básica e explicativa, preocupou-se aqui em estabelecermos uma melhor análise do assédio moral organizacional, de forma a tratarmos do tema de forma ampla, desde sua origem histórica e conceituação, até a forma pelo qual vem sendo reprimido em nosso ordenamento. Nesse sentido, ainda, como forma de explanarmos melhor sobre o assunto, a pesquisa qualitativa foi de suma importância, corroborando com o meio acadêmico e despertando um interesse dos trabalhadores em geral, na medida em que estes possuem uma relação mais intensa com esta prática. O método de procedimento adequado foi o monográfico, tratando do tema de forma generalizada, com a finalidade de obtermos aqui um melhor contato com o tema e suas implicações na vida dos trabalhadores. Com isso, alcançou-se o objetivo deste artigo, uma vez que abordamos, de forma esmiuçada, as características dessa espécie de assédio moral, nos reportando a sua origem no mundo do ser, bem como a forma de como tal prática abusiva ao trabalhador vem sendo combatida pelos aplicadores da lei.

PALAVRAS-CHAVE: Straining. Metas Excessivas. Mobbing. Assédio Moral. Relações de Trabalho.

RESUMEN

Este artículo trata de la práctica del *straining* en las relaciones de trabajo en consecuencia de la imposición de metas excesivas al trabajador, buscando analizar esta modalidad de acoso, para verificar las reprimendas legales existentes relacionadas al combate de tal práctica. Diferenciamos el *straining del mobbing*, prácticas corrientes en nuestros días y que mucho se asemejan entre sí, pero que ofenden daños distintos relacionados con la vida del obrero. En lo que se refiere a una investigación de naturaleza básica y explicativa, se preocupó

1 Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA, e-mail: aquilajunio@hotmail.com.

2 Especialista em Direito Ambiental e Docência no Ensino Superior, professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA, e-mail: tiberioricardo@gmail.com.



aquí en establecer un mejor análisis del acoso moral organizacional, para tratar el tema de forma amplia, desde su origen histórico y conceptualización, hasta la forma por la cual viene siendo reprimido en nuestro ordenamiento. En este sentido, aún, como forma de explicar mejor sobre el asunto, la investigación cualitativa fue de suma importancia, corroborando con el medio académico y despertando un interés de los trabajadores en general, en la medida en que éstos poseen una relación más intensa con esta práctica. El método de procedimiento adecuado fue el monográfico, tratando el tema de forma generalizada, con la finalidad de obtener aquí un mejor contacto con el tema y sus implicaciones en la vida de los trabajadores. Con esto, el objetivo de este artículo fue alcanzado, a medida que nos acercamos, de forma desmenuzada, las características de esa especie de acoso moral, reportando su origen en el mundo del ser, así como la forma de como tal práctica abusiva el trabajador viene siendo combatida por los aplicadores de la ley.

PALABRAS -CLAVE: Straining. Metas Excesivas. Mobbing. Acoso moral. Relaciones de trabajo.



INTRODUÇÃO

O *straining*, mais conhecido como assédio moral institucional, é um termo de origem italiana que traduz uma experiência vivida por um grupo de trabalhadores da empresa, no qual são expostos, repetidamente, a situações de estresse, com graves pressões psicológicas, movidas com o intuito do aumento da taxa de produtividade e o alcance de metas inatingíveis.

Tal prática tem se intensificado cada vez mais hodiernamente, em virtude da nova concepção adotada pela maioria das empresas, no qual o estabelecimento de metas é a política chave para uma maior obtenção de lucros. Com isso, os trabalhadores são submetidos a uma série de ameaças psicológicas que vão desde humilhações pelo não cumprimento de suas metas, até possíveis promessas de demissão.

Dessa forma, o empregado vive numa constante perturbação mental grave, sendo-lhe exigido cada vez mais e mais aumentar seu rendimento no trabalho, se sujeitando a essa situação para não vir a perder sua fonte de renda. Acaba que, com isso, afetando todas as demais áreas de sua vida, principalmente a familiar. Nesse diapasão, trazemos à baila a temática da prática do *straining* nas relações de trabalho em decorrência das metas excessivas impostas ao empregado, possuindo como problemática analisar como o *straining* vem sendo reprimido por nosso ordenamento jurídico (leis e orientações jurisprudenciais), na medida em que a instituição de metas pelas empresas se tornou a regra em nosso meio laboral.

Acredita-se que o tema ainda não possui grande destaque atualmente em nossa legislação, em virtude das mudanças constantes na sociedade, mas que o instituto da responsabilidade civil consegue reprimir tal prática, na medida em que todo aquele que causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo, desde que analisado o caso real de forma subjetiva.

No *straining*, a responsabilidade civil decorre do dano moral que atinge o trabalhador, sendo ele fixado na medida de proporcionalidade entre o dano sofrido pelo obreiro e o poder monetário do causador do dano.

Cabe, dessa forma, analisarmos a presente prática danosa de forma a buscar reprimi-la em nossa sociedade, onde cada vez mais está presente no meio laboral, observando as decisões de nossos tribunais superiores para coibirem a mesma, de forma a estimularmos um ambiente de trabalho saudável, melhorando a vida coletiva, de forma direta ou indireta.

Este artigo tem como objetivo analisar a prática do *straining* nas relações de trabalho em decorrência das metas excessivas impostas ao trabalhador, verificando as reprimendas legais existentes para o enfrentamento a tal prática.

No que diz respeito a forma de abordagem deste artigo e dos desafios aqui lançados, a pesquisa qualitativa foi crucial para a explanação do tema, haja vista que o objetivo é despertar um interesse dos trabalhadores em geral, que possuem uma relação intensa com o seu ambiente de trabalho, além de corroborar com o meio acadêmico, enriquecendo o saber jurídico. Ainda, visando identificar o que de fato vem a ser o *straining*, a pesquisa explicativa foi de grande valia, uma vez que se buscou a origem deste instituto e a forma por meio do qual vem sendo reprimido. Além disso, no que diz respeito ao procedimento técnico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a partir do estudo pormenorizado de obras que discutem esse instituto, pois tal procedimento foi de suma importância para a formulação de respostas ao problema levantado.



Dessa forma, entendeu-se como correto adotar o método de abordagem dedutivo, o qual nos permitiu a análise do presente assunto de forma ampla e observando-o em todos os seus aspectos, até verificarmos a forma como é realizado na prática, bem como as formas de responsabilização do causador do dano.

No que tange ao método de procedimento, considera-se que o monográfico é o que melhor retrata o tema, por analisar o assunto tratado de forma específica e observando-o em todos os seus aspectos, com a finalidade de obtermos uma generalização da prática do *straining* e suas implicações na vida do trabalhador.

Como autores fundamentais para embasar as propostas da presente investigação, utilizaram-se as teorias e interpretações dos autores: Monica Bertoncini, Marcia Guedes e José Cairo Júnior, grandes doutrinadores que trataram do assunto de forma sistematizada e englobando o assunto de forma aprofundada.

Estruturou-se este artigo discorrendo, inicialmente, sobre a prática do *straining* nas relações de trabalho em decorrência da imposição de metas excessivas, conceituando essa prática pouco mencionada no meio acadêmico. Em seguida distinguimos o *straining* do *mobbing*, por haver uma confusão de institutos que se assemelham entre si. Buscamos a origem histórica dessa prática abusiva, a fim de se analisar o contexto de sua insurgência no mundo do ser. Traçamos um paralelo entre os limites dos atos de gestão do empregador e o ponto de origem do *straining*, para evitarmos a banalização do instituto, bem como a infringência do poder diretivo empresarial, para, então, analisarmos a reparação do dano causado pelo empregador ao obreiro, bem como verificar o posicionamento de nossos tribunais para a reprimenda dessa prática abusiva.

Destarte, este artigo se justifica na medida em que visa analisar justamente o que vem a ser o *straining*, prática vivenciada por muitos trabalhadores atualmente, e a forma em que é reprimido em nossa sociedade, bem como a responsabilização dos danos extrapatrimoniais causados ao empregado, em virtude do abalo psicológico sofrido, o que vem a provocar sérios danos na vida do trabalhador, inclusive na esfera familiar.

Assim, podemos afirmar que o presente artigo é importante para a sociedade em geral, em especial para aqueles que lidam com o direito do trabalho, pois se permite aqui, levar o leitor a uma experiência mais concreta com o instituto em tela, possibilitando uma ampliação de conhecimentos e uma aplicação prática de reparação de dano moral por uma conduta que antes não era punida em nossa sociedade.

A PRÁTICA DO *STRAINING* NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DECORRÊNCIA DA IMPOSIÇÃO DE METAS EXCESSIVAS

O *straining* (assédio moral organizacional, institucional ou coletivo) é uma prática corriqueira em nossa sociedade hodierna, uma vez que a imposição de metas pelas empresas passou a ser tida como a regra geral, sendo cada vez mais constante sua aplicação no âmbito empresarial.

As empresas, em sua grande maioria, adotam a imposição de metas ao trabalhador, ultrapassando os limites de seu poder de gestão, interferindo na vida dos seus subordinados de forma a abalar o seu estado psíquico, ensejando a caracterização de um dano moral coletivo (individual homogêneo).

Não que seja errado o faturamento das empresas por meio da política de metas, pelo contrário, isso incentiva seus funcionários a trabalharem com mais desempenho no exercício da sua função primordial: vender o produto. O que se torna errado é o fato de que, em um grande número de empresas, a busca pela



meta passa a se tornar algo que excede os padrões normais da habitualidade funcional. Cada vez mais a tendência das metas é subirem, subirem, subirem..., até chegarem a um patamar em que se torna impossível atingi-las, em virtude que, uma vez batida à meta, esta não será mais a mesma, estimulando a superação do funcionário a cada mês laborado.

Assim, a prática do *straining* (rigor excessivo na imposição de metas) é conduta repudiada por nossa jurisprudência pátria, bem como nosso ordenamento jurídico, que apesar de não disciplinar da normativa de forma específica, acaba que por reprimir tais práticas segundo a teoria da responsabilidade civil que vigora em nossos dias.

STRAINING – ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL

A prática do *straining* em nossa sociedade contemporânea é percebida de forma clara em muitas empresas, em virtude da instituição da política de metas na grande maioria delas. Mas afinal, o que de fato vem a ser o *straining*?

Este, é a situação pela qual o empregador, de forma genérica, impõe aos seus subordinados uma necessidade de se produzir além de suas capacidades, impondo metas inatingíveis, serviços para além da possibilidade do trabalhador, transformando o local de labor em um ambiente estressante, no qual o empregado se vê obrigado a estar sempre ligado ao seu serviço, sob ameaças constantes de demissão ou outro meio de coação realizado pela empresa.

Nesse sentido é a lição de Marcia Novaes, citada na obra de José Cairo Júnior, no qual conceitua a prática do *straining* como

*“[...] uma situação de estresse forçado, na qual a vítima é um grupo de trabalhadores de um determinado setor ou repartição, que é obrigado a trabalhar sobre grave pressão psicológica e ameaça iminente de sofrer castigos humilhantes [...] No *straining*, todo o grupo, indistintamente, é pressionado psicologicamente e apertado para aumentar a taxa de produtividade, atingir metas, bater recordes nas vendas de serviços e de produtos, debaixo de reprovações constrangedoras de “falta de interesse pelo trabalho”, “falta de elo” e “colaboração” para com a empresa, e a ameaça permanente e subjacente, lançada de modo vexatório de perder o emprego, ou ainda, sofrer uma punição ainda mais dura e humilhante.” (JÚNIOR, 2011, p. 776)*

Corroborando tal entendimento, Julpiano Cortez traça uma conceituação autoexplicativa de forma ampla sobre o instituto, conseguindo abordar todas as formas em que o *straining* é praticado em nossa sociedade, seguindo fielmente ao sentido do termo, conforme observamos:

Quando a violação desses interesses ou direitos resultar de métodos operacionais implantados pela empresa, com a finalidade de obter determinados objetivos atingindo e extrapolando os direitos personalíssimos dos trabalhadores, por meio de procedimentos arbitrários, abusivos ou ilegais, temos o que se denomina de assédio moral coletivo institucional ou organizacional. (CORTEZ, 2012, p. 3)

Assim, em virtude do capitalismo crescente em nossa sociedade e do grande índice de desempregos, muitos indivíduos se sujeitam as estas situações, na medida em que necessitam do emprego para virem a se sustentarem com um mínimo de dignidade. Nesse sentido, Guedes afirma que “a tolerância para com o mal

é a válvula de escape usada pelos trabalhadores para suportar as condições objetivas e cruéis impostas pelas organizações”. (GUEDES, 2007, p. 1)

Nesse diapasão, a autora supracitada ainda afirma que:

“O *straining* marca a substituição da ética do trabalho pela recompensa premial, instituída pelos “novos” modelos de produção americano e japonês e que também se apoiam na tolerância do mal. O ambiente de trabalho é tomado como um campo aberto onde “tudo é possível” em nome da competitividade.” (GUEDES, 2008, p. 134)

Para alguns doutrinadores, tal prática ilegal atinge, ainda, os funcionários que presenciam as condutas do empregador para com seus subordinados, na medida em que seu psicológico é abalado pelo sentimento de solidariedade ao ver seu colega de trabalho passar por uma situação de estresse e vexame. Nesse sentido é a posição de Adriane Araújo, citada na obra de Dantas, conforme se observa:

“O assédio moral abrange também o trabalhador que não é diretamente submetido a condições vexatórias, afinal, aquele que testemunha a conduta abusiva por vias oblíquas sofre a mesma cobrança de engajamento e é acuado na vivência do medo e sofrimento de seu colega.” (DANTAS, 2016, p. 1)

Na visão de Gonçalves, a isto se dá o nome de dano em ricochete ou indireto, no qual “configura-se quando uma pessoa sofre o reflexo de um dano causado a outrem”. (GONÇALVES, 2014, p. 67)

Harald Ege, criador do termo técnico do assédio moral organizacional, estabelece alguns requisitos que se fazem necessários para a configuração de tal prática. São eles: a) ação hostil dolosa e discriminatória; b) nexos causal entre a ação e o nível de trabalho de longa duração realizado pelo trabalhador; e c) duração de forma contínua nesse nível de estresse. Transcrevemos abaixo o texto do autor traduzido do original (italiano) para o português:

“A fim de estabelecer uma situação de *Straining* deve estar presente e atestada pelo menos uma ação hostil, que tem uma consequência duradoura e constante do nível de trabalho e um caráter intencional e discriminatório. Com óbvio paralelismo com o *Mobbing* - porém com algumas diferenças - até mesmo para o *Straining*, foi elaborado um método de detecção específico baseado na verificação empírica da presença de sete parâmetros obrigatórios de reconhecimento.” (EGE, 2005, p. 1)

Dessa forma, o *straining* é uma prática realizada por muitos empregadores, que deve ser reprimida por nossa sociedade de forma preventiva, uma vez que grandes são as empresas que adotam a política de metas, as quais devem passar por um treinamento, para que suas ações não venham a incorrerem nessa espécie danosa, levando em consideração os requisitos citados por Harald Ege.

STRAINING X MOBBING

Atualmente, as modalidades de violação dos direitos humanos que mais incidem no ambiente de trabalho são as condutas do *mobbing* (assédio moral) e do *straining* (assédio moral organizacional), na medida em que ferem os direitos fundamentais do ser humano, interferindo na vida deste de forma generalizada, influenciando em todas as áreas de sua vida.

Não podemos confundir ambos os institutos. Apesar de na prática verificarmos que muitos tratam o *straining* como sendo assédio moral, mister se faz distingui-los para melhor entendermos o objeto de estudo, de forma a deixarmos claro sua forma de incidência.

Apesar de ambos obrigarem o empregador a reparar o dano moral causado ao seu subordinado, tendo esse ponto em comum, disciplinam eventos distintos, embora com a mesma finalidade: promover a dignidade dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho.

Em suma, diferem entre si na medida da quantidade de pessoas a que são destinados. Enquanto que o *mobbing* é a atuação do empregador de forma vexatória a um empregado específico, lhe sobrecarregando seu labor ou impondo trabalhos excessivos ou inúteis, abusando da sua qualidade de superior, o *straining* trata da política empresarial, dirigida a uma coletividade de empregados, no qual são expostos a pressão psicológica de cumprirem com rigor o serviço lhes atribuído excessivamente, gerando um estresse coletivo.

Nesse diapasão é o julgado do TRT da 13ª Região, onde diferenciam ambos os institutos de forma detalhada, especificando a incidência de cada instituto, conforme a ementa abaixo colacionada³:

“ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL. GESTÃO PELO ESTRESSE. STRAINING. COMPENSAÇÃO CABÍVEL. O procedimento do empregador pelo qual são estabelecidas metas coletivas de difícil atingimento, sob intensa pressão psicológica, não se classifica como assédio moral, no sentido comum, apesar de implicar igualmente dano extrapatrimonial, pois não se enquadra na delimitação conceitual doutrinária específica, principalmente em razão de ser destinado a todos os empregados da empresa, desconfigurando a característica do isolamento individual ou grupal. Com efeito, quando as vítimas do terror psicológico são todos os empregados, indistintamente, de um mesmo empregador, estabelecimento ou setor, a conduta passa a ser classificada como gestão por estresse ou *straining* ou, ainda, assédio moral organizacional, segundo alguns arestos jurisprudenciais, e não assédio moral, conquanto implique igualmente dano moral compensável, em razão de ato ilícito [...].”

Tal decisão nos permite aferir com clareza a real distinção entre ambas às modalidades de assédio, retirando de dúvida o que de fato vem a ser a prática do *straining*. Acrescentando o mérito da questão, o julgador supra indicado reconheceu que se tratava da prática do *straining* pela forma que o empregador tratava seus funcionários, o que ocorre de forma semelhante em grande parte das empresas da atualidade. Vejamos⁴:

“[...] No caso em exame, evidenciada a constante ameaça de demissão sofrida por todos os empregados, inclusive pelo reclamante, que, por algum motivo, não atingissem as metas estabelecidas pela reclamada, que, na busca incessante do aumento de sua lucratividade, adotava a denominada gestão por estresse, deve ser reconhecido o dano extrapatrimonial postulado na exordial. Recurso ordinário a que se dá parcial provimento [...].”

No julgamento do primeiro caso em que se reconheceu o *straining*, a juíza Monica Bertoncini, por meio da análise do parecer do Psicólogo Dr. Harald Ege, já realizara a distinção entre o *mobbing* e o *straining*, na medida em que o primeiro se reflete na prática reiterada de ações sobre determinados comportamentos hostis, e o segundo diz respeito a ações de efeitos negativos, isoladas que se perpetuam no tempo. Vejamos

3 Processo 0131763-48.2015.5.13.0023 (PJE); Relator: Edvaldo De Andrade; Data de Julgamento: 09/08/2016; 13ª Região.

4 Ver nota 3.

o trecho citado, traduzido do italiano (versão original) para o português:

“Portanto, enquanto o *mobbing* é caracterizado por uma série de condutas contínuas hostis, e frequentes ao longo do tempo, para o *straining* é suficiente uma única ação com um efeito duradouro ao longo do tempo (como no caso de um rebaixamento). O *straining*, por conseguinte, tem sido definido como “uma situação forçada de tensão no local de trabalho, em que a vítima é submetida a pelo menos uma acção que tem como consequência um efeito negativo no ambiente de trabalho, uma ação que além de ser estressante é caracterizada também por uma duração constante. A vítima é comparada com a pessoa que carrega o esforço, inferioridade persistente. O esforço é realizado especificamente contra uma ou mais pessoas, mas sempre de forma discriminatória “(v. Relatório CTU).” (BERTONCINI, 2005, p. 6/7)

Percebemos, com tais distinções, que o *straining* e o *mobbing* são dois institutos que muito se assemelham, mas que são aplicados em casos distintos, no que diz respeito a quantidade de pessoas a que são dirigidos. Isto se dá diretamente em virtude das ações patronais (superiores), enquanto o empregador, por meio do assédio moral, age com sua conduta sobre um trabalhador específico, lhe causando um dano pessoal, conhecido como *mobbing*, a conduta do empregador dirigida a todos (ou uma classe de funcionários) de forma a lhes causarem danos psicológicos, fruto do excesso de cobrança coletiva, traduz ao que denominamos de *straining*.

ORIGEM HISTÓRICA DO *STRAINING*

Para muitos doutrinadores o assédio moral faz parte das relações trabalhistas desde o surgimento do próprio trabalho, ganhando a devida atenção por meio da pesquisa do psicólogo alemão Heinz Leymann, que por meio de estudos de casos, desenvolveu o que passou a ser chamado de *mobbing* (assédio moral).

Porém, não era punido o assédio coletivo nesse contexto, sendo disciplinado apenas na medida em que este incidia de maneira direta a determinado funcionário.

Assim, verificava-se, por meio dos casos práticos, que o *mobbing* não atendia todas as espécies de danos causados aos trabalhadores, na medida que previa casos específicos de assédio, direcionados a trabalhadores específicos, e não aquele aplicado a coletividade. Assim, estava-se impune as práticas coletivas de afronta a dignidade dos trabalhadores, gerando uma verdadeira injustiça.

Recentemente, no ano de 2005, na Itália, no julgamento do caso P. I Versus A. T. SRL, o Tribunal de Bergamo reconheceu a existência do assédio moral organizacional, o qual foi denominado de *straining*, aplicando-se o mesmo aos casos em que o assédio se originava da própria política da empresa (o que antes não gerava o dever de indenizar).

No Brasil, o termo surgiu por meio da juíza Márcia Guedes, a qual vivenciou um caso de assédio moral institucional e, por não ser aplicado o assédio moral naquele caso, a magistrada, por meio de nosso ordenamento jurídico, embasada no sentimento de justiça condenou o Banco BRADESCO pela prática abusiva, dando o nome ao instituto de “administração por estresse”, ante a ausência de uma temática sobre o assunto, a época (2006). Posteriormente, a juíza, ao realizar sua tese de doutorado, descobriu o primeiro julgamento sobre o assédio moral organizacional, que recebeu o nome de *straining*, verificando que o caso em que ela denominara de administração por estresse se adequava ao instituto italiano. Assim, tal decisão do caso BRADESCO foi reconhecida como sendo a pioneira em reconhecer o assédio moral organizacional no âmbito brasileiro.

OS LIMITES DOS ATOS DE GESTÃO DO EMPREGADOR E O PONTO DE ORIGEM DO *STRAINING*

O *straining* deve ser reprimido de nossa sociedade com todo rigor excessivo, porém, deve-se respeitar o poder de gestão do empregador, não se podendo banalizar o instituto em tela.

A empresa possui liberdade de gerir seu próprio estabelecimento e seus funcionários de modo a visar o lucro de sua atividade, sendo de forma discricionária os atos de organização de sua estrutura funcional e os métodos aplicados para a obtenção de seus rendimentos financeiros. Entretanto, não pode esta ultrapassar seus limites diretivos interferindo nos direitos fundamentais do trabalhador. Como diria um velho dito popular: “o seu direito termina quando começa o do outro”.

É assim que é tratado o poder de gestão da empresa. Essa tem sua autoridade, mas que não deve ultrapassar os limites do bom senso, de forma a interferir na vida do trabalhador de maneira a atingir a dignidade do mesmo. Nesse sentido, trazemos à baila o julgado do TRT 4ª Região:

“DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. O poder diretivo do empregador, enquanto titular do empreendimento econômico, não autoriza o abuso de direito, traduzido em práticas ofensivas ao direito de personalidade dos trabalhadores, que são passíveis de reparação mediante indenização por dano moral⁵.”

Também, não se pode banalizar o *straining* de forma a tentar impedir a forma de gestão do empregador, ferindo o princípio da liberdade empresarial, tornando quaisquer atos patronais não aprovados pelos funcionários como sendo passíveis de indenização por dano moral. Esse é o posicionamento de Carlos Roberto Gonçalves:

“Não é, todavia, todo dano que dá ensejo à indenização por dano moral coletivo. É necessário que o fato danoso seja grave e ultrapasse os limites toleráveis, causando efetivamente um dano coletivo, gerando sofrimento e intranquilidade social.” (GONÇALVES, 2014, p. 488).

Estabelecendo os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, o TRT da 13ª Região, bem como os demais, os analisa para verificarem se a atitude do empregador suplantou os limites do seu poder gerencial, para, somente assim, buscar reparar o dano causado ao obreiro. Vejamos o posicionamento:

“RECURSO DA RECLAMADA. METODOLOGIA DE TRABALHO PAUTADA EM METAS. COBRANÇA QUE EXTRAPOLA LIMITES DA NORMALIDADE. ASSÉDIO MORAL. OCORRÊNCIA. É parte indissociável da adoção de metas pelas empresas a cobrança do seu cumprimento que, por seu turno, é geradora de tensão e desconforto, sem que descambe, necessariamente para violação aos princípios norteadores da proteção à dignidade do ser humano. Contudo, se o comportamento empresarial suplantava os limites da proporcionalidade e razoabilidade, impondo agressões verbais ou humilhações para o alcance do desiderato, resta configurado o assédio moral, merecendo a necessária reprimenda do judiciário [...]” (Grifo nosso)⁶.

5 RO 0001771-55.2011.5.0401; Relator Beatriz Renck; Data de Julgamento: 12/03/2014; 6ª Turma; TRT 4ª Região RS.

6 RO 0130301-50.2015.5.13.0025; Relator Carlos Coelho de Miranda Freire; Data de Julgamento: 04/10/2016, TRT 13ª Região.

Em que pese o Douto Magistrado ter utilizado a nomenclatura equivocada do instituto em análise, eis que já diferenciado o assédio moral (*mobbing*) do *straining* (daí a importância da diferenciação dos institutos), seu posicionamento é o que vem sendo utilizado pelos aplicadores da lei, de forma que não se pode, também, impedir a liberdade de gerência do estabelecimento empresarial.

REPARAÇÃO DO DANO PELO EMPREGADOR E O POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

O *straining*, como já vimos, é uma prática vedada em nossa sociedade, na medida em que é considerado como uma conduta ilícita, no qual, sendo verificado, deverá ser responsabilizado o causador do dano, utilizando-se o instituto da responsabilidade civil, com a quantificação do dano moral, de acordo com os casos práticos.

Nesse sentido, na visão de Sarmiento, “a indenização por danos morais é uma sanção cível que tem o objetivo de compensar pecuniariamente o sofrimento da vítima em razão do ato que violou os seus direitos da personalidade” (SARMENTO, 2009, p. 33).

As áreas atingidas por essa conduta patronal atingem diversas esferas na vida do indivíduo, de forma que deve ser reprimida tal prática, tanto em sua forma pré-factual ou até mesmo, se for o caso, na pós-factual, hipótese esta a qual deverá ser responsabilizado o empregador. Nesse sentido é o posicionamento de Lima e Silveira, no qual afirmam que:

“O assédio moral praticado dentro das organizações de trabalho ofende a um só tempo a dignidade, a personalidade, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do acochado. Essa prática nefasta deve ser combatida, tornando efetivo o direito posto, com base nas normas constantes do ordenamento jurídico vigente.” (LIMA E SILVEIRA, 2015, p. 22).

Assim, ocorrendo o dano, a responsabilização da empresa por esse será analisada pela ótica subjetiva, segundo entendimento da doutrina e jurisprudência, devendo ser preenchidos os requisitos para sua configuração, quais sejam: a) Ação/Omissão; b) Culpa; c) Nexo Causal; e d) Dano.

O empregador que causa danos aos seus empregados por meio de sua conduta deve arcar com os custos dos danos psicológicos gerados, de forma a reparar o dano com a fixação de um valor a ser aferido em cada caso, visando “compensar” o abalo sofrido.

Nesse caso, temos a espécie de culpa *in eligendo*, conforme a obra de Carlos Roberto Gonçalves, em razão que da decisão tomada pelo empregador se origina o prejuízo ao trabalhador. Nas palavras do autor: “A culpa pode ser, ainda, *in eligendo*: decorre da má escolha do representante, do preposto” (GONÇALVES, 2014, p. 67).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já se posicionou no sentido de ser considerado o *straining* quando da discriminação dos funcionários em grupos, diferenciando aqueles que atingiram suas metas (elogiando-os), daqueles que não as alcançaram (denominando-os de ofensores do grupo). Vejamos:

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRATAMENTO HUMILHANTE. Ante a possível violação ao artigo 186 do CC, deve ser provido o agravo de instrumento. II - RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRATAMENTO HUMILHANTE. Esta Corte Superior entende que a hipótese traduz ofensa à dignidade da pessoa do trabalho (CF, art. 5º, X), configurando ato ilícito do empregador (CC, arts. 186 e 187), e conseqüente dever de indenizar, “eis que a exigência do cumprimento de metas, sob pena de ser atribuído ao empregado a alcunha de - ofensor -, configura abuso do poder diretivo do empregador, impondo à reclamante um constrangimento direto, além de submetê-la à constante pressão psicológica e ameaças, situação que submete o trabalhador a um desgaste de cunho emocional, afetando a saúde mental de forma coletiva no ambiente de trabalho”. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido (Grifo nosso)⁷.

Porém, o mesmo Tribunal já manifestou seu entendimento que não basta a simples atribuição de um cognome pejorativo ao funcionário, necessita que dessa conduta, gere um dano efetivo ao trabalhador, o que deve ser comprovado em sede processual, para evidenciar ao aplicador da lei o injusto causado. Vejamos o acórdão aqui explicitado:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - DANO MORAL - METAS NÃO ATINGIDAS - UTILIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “OFENSORA” - AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO. O Tribunal Regional concluiu que, apesar de não haver dúvida quanto à utilização pela Reclamada do termo “ofensor” para identificar quem não cumpria as metas estabelecidas, não restou comprovada a existência de dano efetivo em relação à Reclamante. Nesse cenário, o exame da pretensão recursal encontra óbice nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula nº 126/TST. Agravo de Instrumento a que se nega provimento (Grifo nosso).⁸

Assim, da análise de ambos os julgados, percebemos que o *straining* só será evidenciado no caso prático, quando se comprovar a existência de um dano efetivo. Não se pode basear em meras alegações de uma prática danosa, deve-se pautar no efetivo dano causado aos trabalhadores, para, somente então, reparar-se o dano auferido, de forma a indenizar os trabalhadores do prejuízo incorporado por ato do empregador.

O *straining* deve ser reprimido de forma incisiva, por meio de ações contínuas no meio empresarial, necessitando da atuação da esfera do poder público para erradicar tal prática, a fim de se garantir o princípio basilar de todo o ordenamento jurídico brasileiro, qual seja a dignidade da pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *straining* – assédio moral organizacional – é prática corriqueira hodierna por parte da classe patronal, em virtude da generalização da política de metas utilizada pelas empresas, no qual, muitas delas, excedem o seu poder de gestão e passam a cometerem ilícitos direcionados aos trabalhadores, interferindo na vida destes de forma a abalarem sua estrutura física e emocional, trazendo-lhes prejuízos à saúde num todo.

De origem italiana, o *straining* surgiu como forma de punir as condutas dos empregadores dirigidas à coletividade, como política da empresa, na medida em que tais ações não eram punidas pela legislação,

7 RR - 45000-23.2014.5.13.0009, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann Data de Julgamento: 24/05/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/06/2016.

8 AIRR - 74400-85.2014.5.13.0008, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi Data de Julgamento: 12/08/2015, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2015.

vindo somente a ser responsabilizadas quando passassem a interferir de forma pessoal na vida de cada obreiro. Diante desse cenário, o *straining* ganhou força normativa, passando a disciplinar os abusos do poder econômico, dirigidos à coletividade de trabalhadores, de forma a não deixar impune, eventuais práticas tidas como ilegais em nossa sociedade.

O instituto em tela veio a se originar na Itália no ano de 2005, no julgamento do primeiro caso envolvendo a condenação por assédio moral coletivo, sendo, dessa forma, um instituto totalmente novo em nosso ordenamento jurídico, o qual ganhou força no direito brasileiro somente em 2009, por intermédio da Juíza do Trabalho Márcia Guedes, a qual aplicara condenação ao Banco Bradesco na modalidade de dano coletivo aos trabalhadores.

Nesse contexto, o presente artigo tratou do assunto enfatizando o que de fato vinha a ser o *straining*, verificando sua origem e a forma pelo qual é reprimido em nosso ordenamento jurídico, tendo, portanto, alcançado seu objetivo.

Dessa forma, chegamos à conclusão que tal prática é corriqueira, ganhando reprimenda por parte de nossa legislação apenas recentemente, utilizando-se do instituto da responsabilidade civil para reparar/recompensar os danos sofridos pelo trabalhador, em virtude do dano moral coletivo evidenciado em cada caso, o qual pode ser aferido tanto numa ação coletiva, quanto numa ação individual, ante o caráter coletivo ser direcionado a uma coletividade determinada.

O assédio moral coletivo deve ser repudiado de nosso meio laboral, preferindo-se pela sua não incidência prática, sempre que possível, agindo de forma preventiva, antes da ocorrência do dano efetivo ao obreiro, a fim de proporcionar ao trabalhador uma vida com mais dignidade e bem-estar, em virtude que uma possível reparação do dano em forma de pecúnia, em regra, não é capaz de devolver ao funcionário o seu estado emocional anterior. Porém, estando comprovada a ocorrência deste dano, deve ser aplicada a condenação ao empregador, por meio da responsabilidade civil, como forma de buscar equiparar o dano sofrido com uma quantia em dinheiro, de maneira a compensar o abalo sofrido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONCINI; Monica. Tribunale di Bergamo. **Acórdão de 20 de junho de 2005, nº 286**. Disponível em <http://www.mobbing-prima.it/sentenza_Straining_bergamo2005.pdf>. Acessado em: 10/06/2017.

CORTEZ, Julpiano Chaves. **Assédio Moral Coletivo**. Goiânia - 2012. Disponível em < <http://www.jcortez.com.br/wp-content/uploads/2016/11/pesquisa-assedio-moral-coletivo.pdf> >. Acessado em: 10/06/2017.

DANTAS, Luana Karla de Araújo. **Assédio moral organizacional: uma análise das políticas de gestão e do abuso do poder diretivo do empregador**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 05 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55837&seo=1>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

EGE; Harald. OLTRE IL MOBBING, LO STRAINING. La nuova frontiera della conflittualità sul posto di lavoro. **PRIMA - Associazione Italiana contro Mobbing e Stress psico-sociale, 2005.** Disponível em <<http://www.mobbing-prima.it/mobbing-parolaesperti8.html>>. Acesso em: 10/06/2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUEDES; Márcia Novaes. A banalização do mal no trabalho. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI43204,11049-A+banalizacao+do+mal+no+trabalho>>. Acesso em: 09/06/2017.

GUEDES; Márcia Novaes. Assédio Moral e Straining. Revista da Associação dos magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região. Amatra XV. N. 1, janeiro de 2008. Disponível em <<http://www.amatra15.org.br/uploads/Revistas/Revista%20n.%2001%20-%202008%282%29.pdf>>. Acesso em 11/06/2017.

JÚNIOR, José Cairo. Curso de Direito do Trabalho – Direito Individual e Coletivo do Trabalho. 6 ed. revista, ampliada e atualizada. Salvador: JusPodivm. 2011.

SARMENTO, George. Danos Morais. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVEIRA; Bruno Alessandro da. LIMA; Cristiano Siqueira de Abreu e. O Ministério Público do Trabalho no Combate ao Assédio Moral Organizacional. Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual, 2015. Disponível em <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/3959/2679>>. Acesso em: 09/06/2017.

VIANNA, C; RIDENTI, S. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, p.93 -105, 1998.



ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DA QUALIDADE NUMA PEQUENA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Ary Luiz de Oliveira Peter Filho¹

RESUMO

Este artigo aborda a busca para se conhecer as limitações de uma empresa do setor da indústria da construção civil em relação à integração de sistemas de gestão. Foi feita uma pesquisa de natureza qualitativa, que teve como objetivo geral apresentar diretrizes para a integração de sistemas de gestão ambiental, de segurança e saúde no trabalho e da qualidade numa empresa de pequeno porte de engenharia civil, com pauta no problema: Como integrar sistemas de gestão em pequenas empresas da construção civil? Para tentar concluir algo relativo a este problema inicialmente foi realizada uma pesquisa com a empresa estudada, visto que ela já implantou este sistema integrado de gestão. A proposta mostra as vantagens e as dificuldades da implantação de um sistema de gestão integrada, conforme os requisitos constituintes das normas mais seguidas pelo ramo da construção civil. Espera-se, ainda, que os resultados obtidos e discutidos possam contribuir para empresas do setor em foco que pretendam implantar um sistema de gestão integrada.

PALAVRAS-CHAVE: Construção civil. Sistemas integrados de gestão. Meio ambiente, saúde, segurança no trabalho.

ABSTRACT

This article discusses the quest to know the limitations of a company in the sector of construction industry in relation to the integration of management systems. We conducted a qualitative research, which aimed to provide guidelines for the integration of environmental management systems, health and safety at work and quality in a small business of civil engineering, with staff on the problem: How to integrate systems management in small construction companies? To try to conclude something about this problem was initially carried out a survey of the company studied, since it has already implemented this integrated management system. The proposal shows the advantages and difficulties of implementing an integrated management system, as required constituents of the rules followed by most civil construction sector. It is hoped also that the results obtained and discussed with the guidelines may contribute to companies wishing to deploy an integrated management system.

KEYWORDS: Building. Integrated management systems. Environmental health and safety.

1 Pós Doutorado em administração pela FCU/EUA. Doutor em administração pela Universidade Tres Fronteras. Mestre em administração pela Universidade Potiguar (UnP). Analista do seguro social pela previdência social / INSS. Professor de diversas disciplinas dos cursos de Administração, Pedagogia e Serviço Social da FACEN/RN. Especialista em Marketing, Gestão de pessoas, Administração pública e Gestão da Qualidade. Graduado em Administração de empresas pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco. Graduando em Gestão de TI pela UNINTER.



INTRODUÇÃO

O setor da Construção Civil vem nos últimos anos, ganhando produtividade e uma ampla participação no Produto Interno Bruto Brasileiro. Vem acarretando várias mudanças e tendências de crescimento para o setor industrial. (OLIVEIRA, 2012).

A indústria da construção civil no país é crescente e infere o desenvolvimento econômico para a geração de emprego. Portanto, é uma atividade que se encontra relacionada à diversos fatores do setor que contribui para o desenvolvimento regional, a geração de empregos e mudanças para a economia, ou seja, a elevação do PIB, tendo em vista seu considerável nível de investimentos e seu efeito multiplicador sobre o processo produtivo. (OLIVEIRA, 2012).

Isto mostra o tamanho desta indústria e quanto ela influencia não só a economia, mas também no meio ambiente e na sociedade como um todo. Porém ela é uma indústria abrangente e diversificada, onde existe um enorme desafio para que se introduzam melhorias que venham a quebrar seus paradigmas. Porém, devido a este tamanho qualquer mudança introduzida faz com que se chegue a grandes resultados. O setor utiliza grandes quantidades de materiais com conteúdo energético relevante, que necessitam ser transportados a grandes distâncias. Estima-se que cerca de 80% da energia necessária para a construção de um edifício é basicamente consumida na produção e transporte de materiais (CONSTRUCTION apud TICIANE, 2005).

Neste contexto, esse trabalho busca verificar, diante do cenário estudado, se o setor da construção civil apresenta dificuldades em acompanhar as novas tendências de mercado, de tecnologia e da gestão, o pioneirismo que existe em outros setores industriais.

REVISÃO TEÓRICA

A qualidade tem se transformado nos últimos anos, em arma de competição, permitindo que as empresas sobrevivam e ganhem novas fatias de mercado. Sua importância tem sido reconhecida a partir do crescimento das exigências dos consumidores em obter produtos de qualidade, e pela diminuição de custos (KURTZ, 2003).

GESTÃO DA QUALIDADE

Novas sistemáticas de gestão da produção, visando à melhoria da qualidade, foram desenvolvidas durante os últimos anos. Partindo pela identificação das necessidades do cliente, passando pelo projeto, produção, uso e finalmente manutenção do produto, é notório perceber o envolvimento da empresa como um todo no processo. Assim a interação de aspectos relacionados aos recursos humanos, tecnologias empregadas, segurança, comunicação entre setores, bem como sistemas organizacionais empregados foram determinantes para reformulação do conceito de sistemas de qualidade (KURTZ, 2003).

Estudos feitos por Andery & Lana (2002) apontam como fatores de motivação para a implementação do sistema de gestão da garantia em empresas construtoras, em primeiro lugar, as exigências de órgãos

públicos de financiamento ou de empresas públicas contratantes das obras prioritariamente, e em segundo e terceiro lugar respectivamente, a melhoria do sistema gerencial e aumento da competitividade.

A NBR ISO 9001

A norma que regulamenta o Sistema de Gestão da Qualidade, NBR ISO 9001, é composta de cinco capítulos, que visam aumentar a satisfação do cliente por meio da efetiva aplicação do sistema, incluindo processos para a melhoria contínua dos resultados, por meio da avaliação do desempenho da organização. Este sistema de Gestão da Qualidade traz a ideia de administrar as organizações de um modelo centrado em seu negócio, de forma a acompanhar o desempenho dos processos ao longo do tempo, através de indicadores. A norma focaliza a gestão de pessoas, processos e resultados que beneficiam os fornecedores e os clientes externos e internos.

Na opinião de Maranhão (2002), para a implementação de Sistemas da Qualidade com lógica, os clientes devem ter as suas necessidades e expectativas atendidas, a organização deve realizar os seus processos para satisfazer os clientes, o cliente deve demonstrar a sua fidelidade, a organização deve melhorar continuamente seus serviços e processos, os oito requisitos previstos na NBR ISO 9001 devem ser seguidos, sendo eles: Foco no cliente, liderança, engajamento das pessoas, abordagem de processos, abordagem sistêmica para a gestão, melhoria contínua, abordagem específica para a tomada de decisão e benefícios mútuos na relação com os fornecedores.

GESTÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Para Araújo (2002), atualmente se fala muito em qualidade na construção civil, qualidade nos materiais e no produto final, no entanto é importante realçar também a qualidade da segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos, direta e indiretamente, no processo. A falta de um projeto que gerencie a segurança e a saúde dos trabalhadores pode comprometer a produtividade, a qualidade, os custos, os cronogramas de atividades e o próprio ambiente de trabalho.

Uma grande vantagem da legislação atual é ser direta na implementação das regras de segurança, principalmente no que diz respeito às condições físicas de trabalho. Contudo, ela penaliza o empresário por contrariá-la ou deixar de cumpri-la, o que não se traduz em melhorias em longo prazo, para a padronização da segurança, e nem tampouco constrói uma cultura de segurança entre os empresários e trabalhadores (ARAÚJO, 2002).

Contudo, nota-se atualmente uma mudança na forma de agir e pensar de algumas empresas seja por iniciativa própria ou por pressão dos órgãos governamentais. Athanasio & Brida (2001) lembram que estas organizações devem então gerenciar as questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho, mantendo seus riscos sob controle e demonstrando melhorias progressivas na diminuição de seus acidentes de trabalho e doenças ocupacionais como forma de melhorar as condições de seus empregados e também reduzir custos gerados pelos mesmos, tais como afastamentos, perdas de produção, danos aos equipamentos e instalações, multas de órgãos fiscalizadores e ações trabalhistas.

A OHSAS 18001

A norma que regulamenta o sistema de gestão da segurança, OHSAS 18001, tem como premissa, para o setor de engenharia consultiva, não somente tratar da segurança dos trabalhadores da empresa pesquisada, mas também dos perigos, riscos e danos específicos na concepção do projeto, com vistas a preservar a saúde e integridade física do executante da obra, bem como do operador das instalações após a entrega.

Segundo Cambraia et al. (2005), o SGSST pode ser entendido como um conjunto amplo de ações e medidas que visam prevenir acidentes, abordando questões sociais, humanitárias, pedagógicas, jurídicas, psicológicas, técnicas, médicas, administrativas e econômicas.

A composição do SGSST – Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho preconiza a implementação, segundo Araújo (2002), da seguinte forma: Definição de uma estrutura e responsabilidades, um comitê que propõe e aprova junto à alta direção da organização, uma política de SST (saúde e segurança do trabalho), onde se colocam claramente os objetivos da empresa relativos à SST, bem como o comprometimento de melhoria contínua no desempenho de SST; planejamento da implementação de programas de melhoria contínua no desempenho de SST; planejamento da implementação de programas como o PCMAT (programa de controle do meio ambiente do trabalho), o PCMSO (programa de controle médico e saúde ocupacional), o PPRA (programa de prevenção de riscos ambientais) para a identificação e avaliação e controle de riscos, bem como os requisitos legais pertinentes às normas regulamentadoras do ministério do trabalho (NRs); entre outros.

GESTÃO AMBIENTAL

Para Barbieri (2007), “meio ambiente é tudo o que se envolve ou cerca os seres vivos ou o que está ao seu redor; é o próprio planeta Terra com todos os elementos, tanto os naturais, quanto os alterados e construídos pelos seres humanos”.

No Brasil, assim como em vários outros países, durante um longo tempo, a poluição era um indicativo de progresso, as empresas tem demonstrado que é possível ser capitalista e proteger o meio ambiente mesmo que a organização não tenha um compromisso ambiental, mas que possuam certa dose de criatividade e infraestrutura para transformar ou minimizar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios (DONAIRE, 2009).

A organização, coerente com o modelo de gestão ambiental, deve estabelecer um processo de planejamento que identifique os possíveis impactos ambientais que suas atividades, produtos e serviços possam causar sobre o meio ambiente (Andrade, Tachizawa e Carvalho, 2004).

A partir do estabelecimento dos princípios da qualidade total, e do surgimento da série de normas internacionais ISO 9000, o conceito de defeito e de retrabalho foi incorporado à linguagem das empresas. A partir do surgimento da série de normas ISO 14000, tais mudanças se tornaram pré-requisitos para a certificação pela NBR ISO 14001 e muitas empresas, na ânsia de obter tal reconhecimento internacional do seu sistema de gestão ambiental, adotaram tais procedimentos (PEREIRA LIMA, et al., 2000).

Enquanto os sistemas de gestão de qualidade tratam das necessidades dos clientes, os sistemas de

gestão ambiental atendem às necessidades de um vasto conjunto de partes interessadas e às crescentes necessidades da sociedade sobre proteção ambiental (ANDRADE, TACHIZAWA & CARVALHO, 2004).

A NBR ISO 14001

A norma regulamentadora para o sistema de gestão ambiental NBR ISO 14001, que trata sobre as especificações para a sua implementação em organizações, está fundamentada como “parte de um sistema de gestão que uma organização utiliza para desenvolver e implementar sua política ambiental e para gerenciar seus aspectos ambientais” (NBR ISO 14001, 2004).

De acordo com a NBR ISO 14001, o sistema de gestão ambiental (SGA), assim como o SGQ (sistema de gestão da qualidade – NBR ISO 9001) deve estar orientado sob o modelo de gestão baseado no ciclo PDCA visando o processo de melhoria contínua.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

Segundo Souza (2000), muitas empresas em todo mundo estão descobrindo que seus sistemas de qualidade também podem ser mais eficazes utilizando as questões relativas às do meio ambiente e a da saúde e segurança do trabalho.

Para o mesmo autor, a empresa deverá ter uma política clara e sincera de treinamentos, pois é impossível desenvolver o homem somente com conceitos técnicos, sua evolução deverá ser integral, ou seja, a empresa deverá estar madura e preparada para esses desafios com pensamento alinhado e transparente com toda a organização.

Já Tavares Jr (2001), entende que o SIG se destaca pela necessidade de responder aos novos paradigmas da globalização e da crescente conscientização por produtos e processos que contribuam para a melhoria na qualidade de vida da sociedade, respeito aos direitos humanos de uma maneira geral e critérios ambientais direcionados à sustentabilidade.

Na visão de Araújo (2002), a OHSAS 18001 não é uma norma nacional nem internacional, mas uma especificação que objetiva prover às organizações os elementos de um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho (SGSST) eficaz, auxiliando na integração das metas da segurança ocupacional, de forma integrada a outros requisitos de gestão.

Segundo Tavares Jr (2001), a implantação de um sistema de gestão integrado em ambientes de trabalho é facilitado quando há preocupação com a organização, limpeza e higiene, que podem ser auxiliadas utilizando a ferramenta 5S da qualidade total, que funciona de forma integrada com o setor de saúde e meio ambiente.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

De modo a executar o levantamento de dados que permita identificar as características do segmento de

construção civil e qualificar as estratégias de SGSST utilizadas pelas empresas que dele fazem parte, optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva de estudo de caso, tendo em vista a existência de vários condicionantes, dentre os quais os de caráter prático como a limitação de tempo, a limitação de custos e outros de caráter metodológico.

Segundo Yin (2005, *apud* COSTA, p. 105):

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. “

UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Para a definição de um perfil do trabalhador da construção civil no Estado de Pernambuco, foram tomadas como base as pesquisas realizadas com os trabalhadores em canteiros de obra pelo SINDUSCON/PE – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Pernambuco – tendo na sua última versão, uma amostragem de 4859 funcionários da construção civil no Estado (BARKOKÉBAS JR., 2007).

O método adotado foi o não probabilístico por acessibilidade que se limitou a estudo de caso em uma empresa de consultoria no setor da construção civil, em que foi possível o acesso a dados e permitida a execução da pesquisa em suas dependências. Foram sujeitos da pesquisa, os respectivos proprietários ou gestores responsáveis pela SST.

INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento de dados relativos às práticas de gestão da SST utilizadas nas empresas foi conduzido mediante a aplicação de um questionário exploratório aos proprietários e gestores, elaborado de modo bastante abrangente com perguntas abertas e fechadas, permitindo comentários e sugestões. Os resultados das entrevistas foram analisados sob a perspectiva qualitativa. A empresa e suas características foram avaliadas criticamente de forma a possibilitar uma visão integradora para consolidação dos resultados.

Apesar da falta de representatividade da amostra estudada com relação ao universo de empresas características do setor de consultoria na construção civil em Recife, foi considerada relevante a exposição do caso deste trabalho, tendo em vista a escassez de dados estatísticos disponíveis relativos ao setor em questão. Cabe destacar que as informações qualitativas destes levantamentos configuraram-se como um instrumento inicial importante para dimensionar e caracterizar, ainda que de forma limitada e em nível exploratório, o quadro do SGSST na construção civil.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram realizadas duas análises distintas, porém complementares: o perfil da empresa estudada e a situação da SGSST dela.

PERFIL DA EMPRESA

Sediada na região central de Recife, no bairro da Ilha do Leite, esta empresa foi fundada em 1982. Hoje trabalham 43 pessoas na empresa, sendo dois sócios-proprietários e os demais com contratos formais de trabalho, conforme preconiza a CLT. Está instalada em um prédio próprio, onde se destacam os trabalhos de engenharia e arquitetura consultiva. A administração é exercida pelos dois sócios-proprietários, que têm formação superior, sendo um em engenharia civil e o outro em administração e economia e ambos possuem vasta experiência no setor.

O questionário foi respondido pelo sócio-gerente que trabalha na empresa como o administrador, tendo durado aproximadamente duas horas, com o respondente demonstrando bastante interesse na pesquisa. Dentre as principais dificuldades elencadas pelo respondente acerca das operações da empresa ficou evidenciado que o custo ou falta de capital de giro é o maior problema enfrentado, e em seguida a dificuldade na contratação de pessoal qualificado.

O entrevistado observou ainda que o pagamento de juros de empréstimos também são uma grande dificuldade, pois a empresa conta com capital próprio insuficiente para arcar com as despesas de toda uma obra sendo obrigada a recorrer aos empréstimos, ficando a mercê das altas taxas de juros praticadas pelos agentes financeiros, o que se torna um limitador de sua capacidade de crescimento. Quando foi abordada e situação atual da escolaridade do pessoal ocupado na empresa percebeu-se que a maioria possui ensino médio completo e alguns possuem o ensino superior.

A EMPRESA E A QUALIDADE

Os dados coletados na empresa pesquisada demonstraram que existe na organização um bom conhecimento sobre a norma ISO 9001, e que vários dos profissionais em seu quadro possuem envolvimento com o programa. As vantagens que foram notadas logo após a implantação do programa foram a melhoria na qualidade dos serviços prestados e o aumento de sua competitividade.

A maior facilidade de implementação da norma foi devido ao fato da empresa ter em seu quadro uma equipe específica que deu todo o suporte para que a implementação ocorresse sem maiores problemas. Porém, mesmo com esta estrutura, foram encontradas algumas dificuldades, entre elas coordenar os processos das diferentes áreas e organizar a matriz de treinamentos.

No entanto os benefícios relatados superam em muito as dificuldades, entre eles estão a padronização dos processos e procedimentos, envolvimento dos funcionários, especialização e qualificação da mão de obra, produto final adequando e atendimento das exigências dos clientes.

A EMPRESA E A SST

O entrevistado informou que sua empresa possui uma política formal de SST. Existem sinalizações e avisos sobre o uso de equipamentos de proteção coletiva (EPC) e o uso de equipamento de proteção individual (EPI) e treinamentos e palestras sobre a SST são constantes, com ênfase no uso correto destes equipamen-

tos. A empresa adota procedimentos em relação à SST para identificação e controle dos riscos à integridade física e saúde dos trabalhadores, tendo sempre realizado avaliações e medições periódicas nos níveis de tolerância de agentes de risco, possuindo indicadores de acidente.

É importante frisar que, no que concerne aos procedimentos específicos para situações de emergência, o entrevistado relatou que não somente ele, mas todos os integrantes da empresa sabem a necessidade e a obrigatoriedade da existência de uma brigada de incêndio no seu estabelecimento. De fato, não foram encontrados nas dependências da empresa extintores com prazo de validade vencidos. Existe também nas dependências da empresa material de primeiros socorros e parte da equipe foi treinada nestes fundamentos.

A EMPRESA E A SUSTENTABILIDADE

Sobre os impactos ambientais abordados nesse estudo percebeu-se a profundidade do conhecimento sobre os danos ambientais causados pelo processo de produção. Na visão da empresa, o setor em que atua tem o desafio de conciliar uma atividade produtiva desta magnitude com as condições que conduzam a um desenvolvimento sustentável consciente. O tema sustentabilidade é visto como importante na empresa, que tem a preocupação com a sustentabilidade, pensando principalmente nas gerações presentes e futuras, e numa sociedade atuante e participativa em prol de um objetivo comum que é a preservação ambiental. Para implantação da produção mais limpa ficou claro que para o gestor da empresa existe um olhar bifurcado: quanto maiores os benefícios obtidos, maiores serão as barreiras a serem transpostas para a implantação do processo, e por serem grandes os benefícios a vontade de se transpor às barreiras é ainda maior. O desafio da empresa foi colocar entre seus planos estratégicos a produção mais limpa, que comprovadamente, traz benefícios ambientais, econômicos e de saúde ocupacional. Para tanto, foi necessária uma mudança de atitudes de todos.

CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS

Relativo à política e procedimentos de SST, observou-se que a empresa possui uma política formal implementada. Ficou claramente demonstrado que a empresa cumpre os requisitos preconizados pela legislação trabalhista e normas regulamentadoras do MTE. Quanto aos indicadores para monitorar a SST, a empresa detém o controle estatístico dos acidentes e doenças do trabalho, bem como do absenteísmo. Em relação aos objetivos e metas de SST, verificou-se que as empresas possuem uma cultura de trabalhar, na medida do possível, para o alcance das metas relacionadas aos programas impostos pelos programas: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

CONCLUSÃO

A integração dos sistemas permite às empresas da construção civil dispor de um sistema único e que simplifique suas operações, diminuindo a burocracia e agilizando seus processos, segundo mostram

Zeng, Tian e Shi (2005) em seus estudos, que colaborarão para este trabalho, chegando à conclusão que a integração é incentivada pela existência de itens das normas que apresentam textos praticamente idênticos e são facilmente integráveis, como: formulação de políticas, definição de autoridades e responsabilidades, representante da direção, treinamento, documentação e comunicação. Os resultados do presente estudo de caso evidenciaram que a empresa do setor da construção civil responde a contento às necessidades no que se refere às ações no campo da SST, cumprindo com rigor as normas regulamentadoras do MTE. De qualquer modo, é patente a complexidade do tema, com relação à totalidade das empresas deste setor em todo o país. Pode-se afirmar com segurança que, se o setor de um modo geral ainda está distante de uma gestão ideal de SST, uma vez que a maioria das empresas possuem características diversas e multifacetadas, indicando a grande dificuldade de implementação de um SGSST no seu âmbito, a empresa estudada está firme neste modelo de gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, R. O.; TACHIZAWA, T. & CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.** (2ª. ed.). São Paulo: Makron, 2004.
- ANDERY, P.R. ; LANA, M.P. O controle da qualidade na produção de edifícios – adequação ao PBQP-H. In: Jornadas Sul Americanas da Engenharia Estrutural, Universidade de Brasília, 2002.
- ATHANASIO, Luis Emílio & BRIDA, Marize de. **Implantação do sistema de gestão em saúde e segurança do trabalho baseado na BS-8800 integrado com os sistemas da qualidade e meio ambiente em uma indústria de revestimentos cerâmicos.** Monografia do curso de especialização em engenharia de segurança do trabalho da UFSC, Orleans, 2001.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos** (2ª. ed.). São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARKOKÉBAS JR, B. (Coord.). **Campanha de prevenção de acidentes do trabalho na construção civil no estado de Pernambuco relatório 2005/2006.** Recife: SINDUSCON/PE, 2007.
- CAMBRAIA, F. B.; SAURIN, T. A.; FORMOSO, C. T. **Caracterização das contribuições dos trabalhadores em termos de segurança do trabalho em um canteiro de obras.** In: Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído, XI, 2006. Florianópolis/SC. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2005.
- COSTA, Maria Carolina Maggiotti. **A gestão da segurança e saúde no trabalho: A experiência do arranjo produtivo local do setor metalomecânico da região paulista do grande ABC.** Dissertação (mestrado em gestão integrada) – Centro universitário SENAC. São Paulo: 2006.
- DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa.** (4ª. ed.). São Paulo: Atlas, 2009.
- KURTZ, Carlos Everton. **A qualidade a partir dos conceitos de Garvin na percepção do empreendedor e do cliente na habilitação de interesse social.** Dissertação de mestrado na UFSC, 2003.
- MARANHÃO, M. **ISO 9001 - Manual de implementação versão 2000.** São Paulo: Qualitymark, 2002. 6ª. Ed.
- NBR ISO 9001:2000. **Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário – requisitos.**
- NBR ISO 14001:2004. **Sistemas de gestão ambiental- requisitos com orientações para uso.**

OHSAS 18001:1999. **Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional.**

OLIVEIRA, Marco Antônio L. **Qualidade:** o desafio da pequena e média empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

OLIVEIRA, V. **O papel da Indústria da Construção Civil na organização do espaço e do desenvolvimento regional.** Congresso Internacional de Cooperação Universidade-Indústria. Taubaté (SP), 2012.

PEREIRA, J.; LIMA E. P.; MORAIS, J. & POLITI, E. **Educação profissional** – referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – Área profissional: Meio ambiente. Brasília: MEC, 2000.

SOUZA, Joel Medeiros de. **Metodologia para gestão integrada da qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.** Dissertação de mestrado da UFSC, Florianópolis, 2000.

TAVARES JR., João Medeiros. **Metodologia para avaliação do sistema integrado de gestão ambiental, da qualidade e da saúde e segurança.** Tese de doutorado da UFSC, Florianópolis, 2001.

TICIANE, Ermínio. **Racionalização de projetos e redução dos custos ambientais na construção civil:** o caso da Universidade das Américas- Uniamérica. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103110/225023>. pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 nov. 2013.

ZENG, S.X.; TIAN, P.; SHI, JONATHAN J. Implementing integration of ISO 9001 and ISO 14001 for construction. **Managerial Auditing Journal.** v.20, n.4, p.394-407. 2005.



ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NÃO REPRESENTADOS PELA BASE CARTOGRÁFICA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC

Carlos Roberto Rodrigues da Silva¹

RESUMO

Este artigo aborda a verificação da base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerando a hidrografia do Município Irineópolis SC. Com objetivo de atualizar as informações, possibilitando os gestores públicos contarem com uma ferramenta de controle para futuras tomadas de decisões. O município tem crescimento, tanto demográfico quanto agro florestal, o qual contribui na supressão das matas nativas em busca de novas áreas para se estabelecer plantios, prejudicando as nascentes e rios. Com a intenção de comprovar que o mapeamento do (IBGE) não apresenta qualidade suficiente para nortear as políticas públicas relacionadas aos corpos hídricos no município. Vislumbrando que pode ter havido a supressão de algumas nascentes e rios nesses últimos 45 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Sensoriamento Remoto; Cartas topográficas; Corpos hídricos; Código florestal; IBGE.

RESUMEN

Este artículo aborda la verificación de la base cartográfica del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) considerando la hidrografía del Municipio Irineópolis SC. Con el objetivo de actualizar las informaciones, posibilitando a los gestores públicos contar con una herramienta de control para futuras tomas de decisiones. El municipio tiene crecimiento, tanto demográfico y agroforestal, lo cual contribuye a la supresión de las matas nativas en busca de nuevas áreas para establecerse plantíos, perjudicando las nacientes y los ríos. Con la intención de comprobar que el mapeo del (IBGE) no presenta calidad suficiente para orientar las políticas públicas relacionadas a los cuerpos hídricos en el municipio. Vislumbrando que puede haber habido la supresión de algunos nacientes y ríos en los últimos 45 años.

PALABRAS-CLAVE: Sensación remota; Cartas topográficas; Cuerpos hídricos; Código forestal; IBGE.

¹ **Carlos Roberto Rodrigues da Silva** - Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutorando em Gestão Ambiental, Doutorando em saúde Pública, Pesquisador, Rua Bahia nº100 Irineópolis-SC, fone (47)91153512, E mail: crrdasilva@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

O código florestal brasileiro prevê as áreas de preservação permanente para nascentes, rios e florestas de galeria, mas para criar algumas políticas públicas torna-se necessário conhecer e obter informações precisas do espaço a ser estudado. Tais informações são capazes de auxiliar na fiscalização por parte de órgãos governamentais e monitoramento de possíveis irregularidades dos agentes sociais que fazem uso dessas premissas para intervirem no meio ambiente.

Neste contexto, busca-se avaliar fontes primárias de dados cartográficos, do mapeamento sistemático do território, disponibilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considerando a localização dos recursos hídricos no município de Irineópolis SC. Os sistemas de coordenadas utilizados para geo-referenciação podem classificar-se em quatro classes fundamentais: astronômicos, cartesianas, tridimensionais, elipsoidais e cartográficas (MATTOS, 2001, pg. 11).

Contudo, estes dados estão desatualizados, sendo que os mapas disponibilizados foram gerados a partir de imagens aéreas obtidas no ano de 1966. Soma-se a este fato o pouco detalhamento oferecido, com uma escala de 1/100.000.

Este estudo justifica-se pelo fato de que a base cartográfica disponibilizada pelo IBGE foi gerada na década de 60, onde a tecnologia nos aparelhos para obtenção de dados com precisão não existiam, sendo assim faz-se necessário que os dados como: Rios e nascentes sejam atualizados.

É claro que a população cresceu consideravelmente nas últimas décadas e desta forma a fronteira agroflorestal também aumentou. Portanto, a pressão por novas fronteiras agrícolas fez ocorrer à supressão das formações naturais em busca de novas áreas para se estabelecer plantios, prejudicando as nascentes de rios, resultado do desrespeito relacionado ao meio ambiente.

A justificativa do estudo soma-se também ao fato das cartas do IBGE apresentarem uma escala de 1/100.000 o que significa que o detalhamento das mesmas equivale a 100 metros no terreno para cada 1 milímetro na carta. O Datum Córrego Alegre foi utilizado como sistema de referência para trabalhos geodésicos e cartográficos da década de 1950 até fins da década de 1970, quando foi adotado oficialmente o SAD – 69 (IBGE, 2006). Demonstrando a necessidade da confecção de mapas temáticos criados a partir de imagens do satélite japonês Alos que possibilitam a geração de produtos cartográficos em escala 1/10.000 o que é 10 vezes superior aos mapas oferecidos pelo IBGE, em um SIG pode-se fornecer novas informações ou dados por meio da integração de diferentes níveis de informação existente, o que permite que os dados originais sejam visualizados e analisados com uma perspectiva mais ampla e completa. Já a exatidão indica se os valores estão próximos ao valor real (ANDRADE, 1998). Tornando-se uma fonte de informações confiáveis aos gestores públicos, por contar com uma base de suporte para tomadas de decisões técnicas relacionadas ao meio ambiente, possibilitando ainda a verificação da legislação ambiental vigente. Além de contribuir com a diminuição dos desmatamentos em torno dos rios e nascentes, fortalecendo o uso racional do solo.

Para calcular a área e o perímetro do limite do município de Irineópolis SC, das nascentes e rios, foi utilizado o programa Arc GIS 9.2 no qual são confeccionados os mapas temáticos através das imagens de satélite. Segundo Novo (1998), no sensoriamento remoto, a transferência de dados do objeto para o sensor é realizada através de energia. Basicamente, o Sensoriamento Remoto é composto por quatro elementos

fundamentais, que são o sensor, o alvo, a fonte e a radiação eletromagnética, (NOVO, 1989). A informação no Sensoriamento Remoto é representada sob forma de imagem, podendo ser uma imagem fotográfica, de radar ou então uma imagem obtida usando laser. Um conjunto de coeficientes polinomiais é computado acuradamente a partir dos modelos rigorosos do sensor e fornecido pelo vendedor das imagens de satélite (YAMAKAWA e FRASER, 2004).

A análise realizada no ano de 2011 do sistema hídrico, mediante dados de sensoriamento remoto, constitui uma técnica útil ao planejamento e administração da ocupação de forma ordenada e racional do meio físico ambiental, além de permitir avaliar e monitorar o surgimento de novas nascentes e rios, como o seu desaparecimento.

As informações hidrográficas existentes para o município de Irineópolis estão defasadas e também omitem a existência de rios de menor porte.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

PLATAFORMAS DE SENSORIAMENTO REMOTO

As plataformas de Sensoriamento Remoto são responsáveis por determinar o nível de alcance dos dados. Esses níveis podem ser terrestres (torres e sistemas radiométricos de campo), orbitais (plataformas espaciais), e aéreos (aeronaves e helicópteros). Para isso faz-se necessário contar com um sistema capaz de medi-la a uma distância considerável. Para capturar imagens de sensoriamento remoto dois contextos são importantes: o sistema sensor e a plataforma. O sistema sensor é o meio encarregado de medir a radiação eletromagnética e motivar um valor digital ou analógico. O resultado eletromagnético quase sempre é representado sob a forma de imagens. A plataforma é o componente de apoio usado como base para o sistema sensor e é incumbida do transporte do mesmo

“As plataformas espaciais de Sensoriamento Remoto podem ser classificadas em plataformas tripuladas ou não tripuladas. Ainda podem ser classificadas em função do tipo de órbita em satélites geoestacionários e satélites em órbita polar. Os satélites em órbita geoestacionária são satélites localizados em órbitas altas (a pelo menos 35.000 quilômetros acima da superfície da Terra) no plano do Equador, os quais se deslocam à mesma velocidade e direção do movimento de rotação da Terra, fazendo com que o satélite permaneça estacionário em relação à superfície, observando sempre a mesma região. Já os satélites de órbita polar são síncronos com o Sol, ou seja, sua velocidade de deslocamento perpendicularmente ao plano do Equador é tal que sua posição angular em relação ao Sol se mantém constante ao longo do ano. Um satélite de órbita polar completa, em média, 15 órbitas em torno da Terra por dia, sendo que cada órbita é completada em cerca de 100 minutos.” (INTRODUÇÃO AO SENSORIAMENTO REMOTO, 2001, pg. 45.).

Existem três tipos de plataformas que são: 1- Plataformas Terrestres são as que se deslocam na superfície do terreno utiliza-se este tipo de plataforma quando se deseja fazer medições a curta distância do objeto. 2- Plataforma aérea diz respeito ao transporte do sensor a bordo de uma aeronave. Utilizando este tipo de plataforma pode-se fazer o levantamento de uma área maior em menor tempo, quando comparado ao uso das plataformas terrestres, isto ocorre porque a aeronave é capaz de sobrevoar a área mais rapidamente. O

grau de detalhes nas imagens coletadas é determinado pela altura do voo. 3- Plataformas espaciais, neste caso o sensor é transportado a bordo de satélites ou transportadores espaciais em órbita em torno da Terra. A altura da plataforma é dada pela característica da órbita da nave espacial.

CONCEITOS DE CARTOGRAFIA

Cartografia é a ciência que trata dos estudos e operações tanto científicas e técnicas, quanto artísticas, relacionadas à elaboração e utilização das cartas (ou mapas) de acordo com determinados sistemas de projeção e uma determinada escala. Segundo Associação Cartográfica Internacional de 1966, cartografia:

“Conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base o resultado de observações diretas ou da análise da documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão e representação de objetos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.” (ACI,1966, pg. 102).

Independente de como a informação geográfica é estruturada ou apresentada, a atribuição de coordenadas a pontos é indissociável do processo de representação geográfica. Os sistemas de coordenadas utilizados para geo-referenciação podem classificar-se em quatro classes fundamentais: astronômicos, cartesianas, tridimensionais, elipsoidais e cartográficas (MATTOS, 2001, pg. 11).

Os referenciais astronômicos são utilizados para definir a posição dos astros na esfera celeste. Com base na posição aparente dos astros e em observações astronômicas é possível obter três grandezas fundamentais no contexto da geodésica: latitude, longitude e azimute astronômico. Os sistemas de coordenadas cartesianos tridimensionais geocêntricos baseiam-se em sistemas de eixos com origem próxima ao centro de massa da Terra e com um dos eixos orientado segundo o eixo de rotação da Terra, sendo a posição de um ponto definida por três coordenadas (X, Y, Z).

Com recurso a uma superfície auxiliar elipsoidal, posicionada em função de um sistema de coordenadas cartesiano tridimensional ou de coordenadas astronômicas, é definido um sistema de coordenadas, ditas geodésicas ou elipsoidais: a latitude (definida relativamente ao plano equatorial do elipsoide), a longitude (definida relativamente a um meridiano convencional) e a altitude elipsoidal (medida segundo a normal ao elipsoide). As coordenadas elipsoidais transformam-se em coordenadas planas através de um sistema de projeção cartográfica, ao qual se associa um sistema de coordenadas cartesianas bidimensionais.

A precisão é o grau de dispersão de um grupo de valores em relação à média, sendo uma medida de espalhamento. Já a exatidão indica se os valores estão próximos ao valor real (ANDRADE, 1998). Na avaliação de produtos cartográficos a média dos erros dos pontos de checagem representa a exatidão e o desvio padrão representa a precisão. O Padrão de Exatidão Cartográfica é um conjunto de critérios e normas estabelecidas e que norteiam os processos de determinação e quantificação da exatidão de um documento cartográfico (ISHIKAWA, 2001).

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O SIG pode ser definido como coleções de subsistemas integrados, em que dados espaciais passam por uma sequência de processos de conversão, coleta armazenamento e manipulação. Apoio para tomadas de decisões ou para a análise de dados geográficos. *Um SIG integrado ao GPS pode caminhar. O GPS integrado ao SIG pode pensar. Um pensador andarilho não conhece limites.* (WELL E LEE, 1992 citado por MONICO, 2008, pg.406).

A tecnologia SIG abrange um campo amplo e complexo, envolvendo entrada, armazenamento, recuperação, análise e representação da informação geográfica, que depende do conceito de posicionamento.

“Em um SIG podem-se prover novas informações ou dados por meio da integração de diferentes níveis de informação existente, o que permite que os dados originais sejam visualizados e analisados com uma perspectiva mais ampla e completa. Os dados são elementos essenciais de um SIG. Simplesmente sem uma base que sustente a aplicação para a qual ele foi concebido, não haverá nenhum tipo de resposta, nem geração de qualquer informação.” (MONICO, 2008, pg.408).

Uma das características básicas de um SIG é tornar viável a integração dos mais variados tipos de dados, coletados das mais diversas forma e instantes.

SATÉLITE ALOS / DAICHI

O ALOS é um satélite japonês lançado em 2006 pela Agência Espacial Japonesa (JAXA), com a missão de obter imagens de todo o planeta. O satélite carrega a bordo dois sensores ópticos: PRISM (*Panchromatic Remote-sensing Instrument for Stereo Mapping*) e AVNIR-2 (*Advanced Visible and Near-Infrared Radiometer – Type 2*). O sensor PRISM possui uma banda pancromática na região do visível, resolução espacial de 2,5 m e resolução radiométrica de oito *bits* (IBGE, 2010). O nome ALOS significa Advanced Land Observing Satélite. Este satélite foi lançado por um foguete H-IIA a partir do centro espacial de Tanegashima pela Agência de Exploração Aeroespacial Japonesa em 24 de Janeiro de 2006. O seu nome original em idioma Japonês é “DAICHI”. O satélite ALOS tem 3.5m de largura por 4.5m de comprimento e 6.5m de altura, os seus painéis solares medem 22m x 3m, o seu peso bruto é de perto de quatro toneladas, o que faz dele um dos maiores satélites de Observação da Terra.

LEIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A legislação brasileira prevê a proteção ambiental a partir da CFB de 1988 até a legislação exclusiva com intenção preventiva e/ou reparadora; entretanto, de tal maneira, a que mais se destaca dentre as leis ambientais, é encontrada no texto da constituição federal. Oposto ao que muitas pessoas pensam o IBAMA (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis), a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), o DEFAP (Departamento de Florestas e Áreas Protegidas) e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente não fazem leis ambientais.

No máximo, estes órgãos podem publicar portarias e instruções normativas que têm a função de especificar procedimentos relacionados às leis já existentes. O Ministério Público também não faz leis; a ele cabe, entre outras ações, fiscalizar e garantir que os órgãos ambientais façam cumprir as leis vigentes.

Com o intuito de proteger o meio ambiente, existe a necessidade da criação de leis para orientação e penalização dos responsáveis pela degradação do sistema ambiental. Para isto foram criadas as seguintes leis:

Lei – Nº 6.902/1981 criou as “Estações Ecológicas”, áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as “Áreas de Proteção Ambiental” (APAS), áreas que podem conter propriedades privadas, e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental;

- Lei de Crimes Ambientais – nº 9.605/1998. Reordenou a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou coautora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta, caso se comprove a recuperação do dano ambiental. As multas variam de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões de reais.
- Lei da Fauna Silvestre – nº 5.197/1967. Esta lei classificou como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA. Criminaliza, também, a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto.
- Lei das Florestas – nº 4.771/1965. Determinou a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do país preservem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis.
-
- Lei da criação do IBAMA – nº 7.735/1989. Criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA, compete executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais.
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano – nº 6.766/1979. Estabeleceu as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológica, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços.
- Lei da Política Agrícola – nº 8.171/1991 introduziu a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas; desenvolver programas de educação ambiental; fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.
- Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – nº 6.938/1981. É a lei ambiental mais importante, que

definiu que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

- Lei de Recursos Hídricos – nº 9.433/1997. Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê, também, a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
- Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – nº 6.803/1980. Atribuiu aos por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).
- Lei de Recursos Hídricos – nº 9.433/1997. Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê, também, a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
- Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – nº 6.803/1980. Atribuiu aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). (BRASIL, 1988).

LEIS AMBIENTAIS

As leis ambientais brasileiras são consideradas bastante avançadas e bem organizadas, no que diz respeito ao objeto proposto. O problema está na aplicação destas, que por fatores diversos, inviabiliza e torna falha a sua execução. Um exemplo pode ser retratado quanto à fauna brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), a exploração crescente e desordenada destes recursos tem gerado um processo intenso de extinção de espécies, seja pelo avanço da fronteira agrícola, perda de *habitat*, caça esportiva, de subsistência ou com fins econômicos, como a venda de pêlos e de animais vivos. Este processo cresceu nas últimas duas décadas, à medida que a população cresce e os índices de pobreza aumentaram.

Com a criação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), entendida como um conjunto de métodos e procedimentos que, aplicados a um caso concreto, permite avaliar as consequências ambientais de determinado plano, programa, política, assim, “[...] aproveitando o máximo possível suas consequências benéficas e diminuindo, também ao máximo possível, seus efeitos deletérios do ponto de vista ambiental e social” (MACHADO, 2004.p. 257).

A Lei 4.771/1965, que estabelece o código florestal, protege não exclusivamente as florestas, mas

qualquer forma de vegetação, como por exemplo, morros, mangues, dunas, encostas, rios e nascentes. Além disso, a simples localização de determinadas áreas é a garantia de sua proteção ambiental, como acontece com áreas que se incluem próximas às águas correntes como rios, córregos, dormentes que seriam lagos e reservatórios, também aquelas em altitude superior a 1.800 metros. Sendo assim, observa-se que a proteção pelo código florestal é ampla e não se restringe somente às florestas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado no Município de Irineópolis, situado no planalto norte de Santa Catarina, tendo divisas com seguintes municípios: a norte divisa com o estado Paraná, município Paula Freitas, a leste Porto União–SC, a oeste Canoinhas–SC e ao sul Timbó Grande-SC.

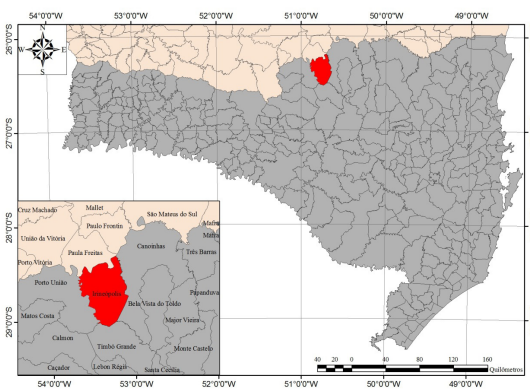


Figura 01 – Mapa de Localização do Município de Irineópolis-SC

Fonte: (IBGE 2010). <http://www.mapas.ibge.org.br/> acessado em 20/03/2018

Para o desenvolvimento do estudo foram obtidas junto ao IBGE as cartas topográficas relativas ao município de Irineópolis e Lebon Regis - SC, as cartas topográficas estão referidas ao Datum Córrego Alegre que foi utilizado como sistema de referência para trabalhos geodésicos e cartográficos da década de 1950 até fins da década de 1970, posteriormente as mesmas foram convertidas para o programa Arc GIS 9.2.

Os rios e nascentes foram vetorizados em cima da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso, os elementos Dúvida Nascente e Dúvida Rio referem-se às nascentes e rios detectados visualmente na imagem de satélite e que não constam do mapeamento do IBGE. Para o estudo, foram adquiridas imagens Prism, do satélite Alos de junho de 2008, com resolução espacial de 2,5 metros. Os softwares utilizados foram o Arc GIS 9.2, LEICA Geo Office 5.0 e ERDAS. Sequencialmente foi realizada uma transformação dos dados para SIRGAS2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas) o qual é o novo referencial geodésico oficial para o SGB (Sistema Geodésico Brasileiro) conforme a publicação da resolução 01/2005 do IBGE. Com as imagens satelitais retificadas utilizando o programa Arc GIS 9.2 e dados obtidos junto ao IBGE, iniciou-se a vetorização da imagem onde consiste basicamente em contornar as áreas de cada atribuição.

O processamento dos dados ocorreu no Laboratório de Geoprocessamento da Universidade do Contestado Campus de Marçílio Dias cujas coordenadas são 26°05'27.78" S e 50°23'13.49"

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos no mapa temático confeccionado através das imagens do satélite Alos são condizentes com os dados do mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -1966. Totalizando assim:

- 51 nascentes;
- 323,375 km de comprimento de Rios internos;
- 36,995 km de comprimento do Rio Iguaçu, o qual faz divisa com o Município de Paula Freitas no estado do Paraná;
- 51,558 km de comprimento do Rio Timbó o qual faz divisa com o Município de Porto União no estado de Santa Catarina.

A figura 02 mostra a vetorização de rios e nascentes condizentes com a base cartográfica do IBGE.

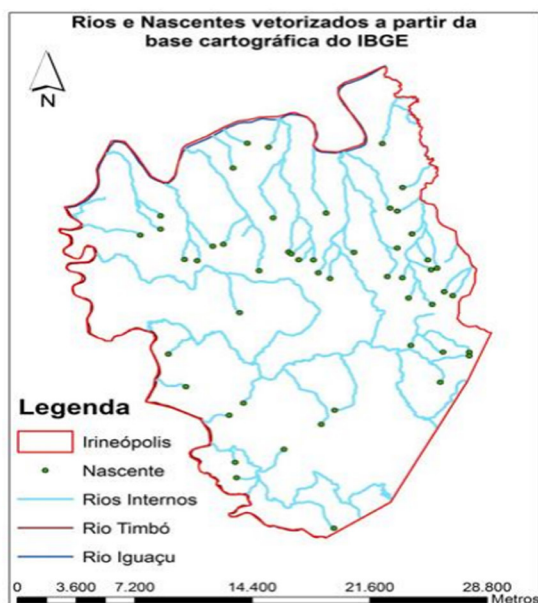


Figura – Rios e Nascente vetorizados a partir da base cartográfica do IBGE.

Fonte: (SCHIMALSKI, 2011).

A identificação de novas nascentes e novos rios justificam-se ao fato de que o mapeamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1966 utiliza-se de uma escala de 1/100.000. Portanto se ocorreu um erro na identificação das imagens e. se este erro for de um milímetro, o mesmo resultará na perda de informações de aproximadamente ou superior a 100 metros na superfície terrestre. E as imagens do

satélite Alos permite que se trabalhe com uma escala de 1/10.000 o que permitiu um melhor detalhamento e identificação nas imagens. Identificando assim a presença destes novos rios e nascentes no município, totalizando assim:

- 164 Dúvidas Nascentes;
- 69,98 km de comprimento dos Rios Dúvidas identificados.

A figura 03 a seguir mostra a vetorização de rios e nascentes através das imagens do satélite Alos.

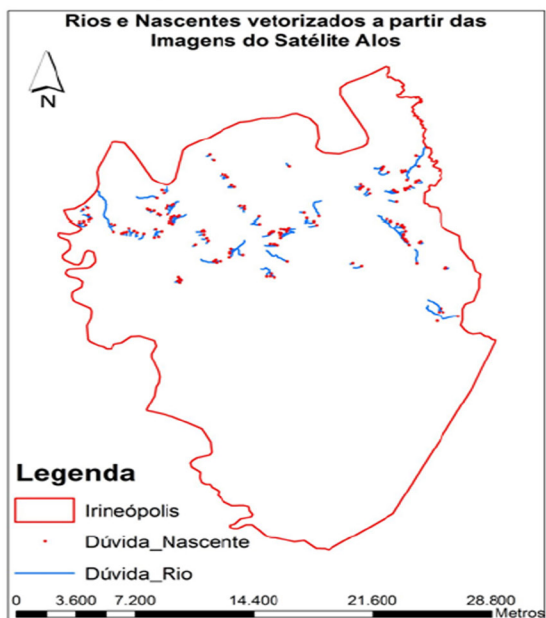


Figura – Rios e nascentes através de imagens do satélite Alos.

Fonte: (SCHIMALSKI, 2011).

O mapa 04 a seguir, já atualizado mostra os rios e as nascentes demonstradas pelo mapa do IBGE de 1966, e as dúvidas de nascentes e rios que aparecem nesta atualização realizada em 2011.

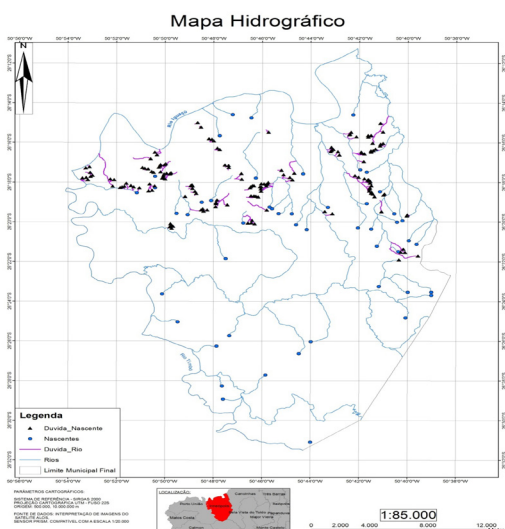


Figura 04 Mapa Hidrográfico, Nascentes e Rios. / Fonte: (SCHIMALSKI, 2011).

Analisando os resultados acima, no qual se observa rios e nascentes identificados através das imagens do satélite Alos não condizentes com dados do IBGE, fica evidente que são muitas as generalizações existentes no mapeamento do IBGE, (1966). Mesmo que se vislumbre a supressão de rios e nascentes nos últimos anos.

CONCLUSÕES

Analisando os resultados acima no qual se observa detalhadamente as nascentes e rios condizentes com o mapeamento do IBGE e rios e nascentes identificados através das imagens do satélite Alos não condizentes com o mapeamento do IBGE, fica evidente que a realização deste estudo no qual se buscou a verificação da base cartográfica do IBGE considerando a hidrográfica do município foi de fundamental importância, pois assim o poder público municipal poderá contar com uma base de suporte para o planejamento e tomadas de decisões futuras.

Ainda com a realização deste estudo pode-se comprovar que a base Cartográfica do IBGE, não apresentou qualidade suficiente para nortear as políticas públicas relacionadas às dos corpos hídricos, no município de Irineópolis – SC. O fato está relacionado à justificativa de que as cartas topográficas disponibilizadas pelo IBGE apresentam uma escala de 1/100.000, o que representa que a cada milímetro impresso no mapa, representa 100 metros de área na superfície terrestre, confrontando-as com as do Satélite Alos o qual permite trabalhar com uma escala de 1/10.000, o que representa que um milímetro impresso no mapa representa 10 metros de área na superfície terrestre, sendo este 10 vezes superior aos produtos oferecidos pelo IBGE. Portanto, permite que se tenham mapas temáticos com maiores precisões, auxiliando no planejamento e controle do município.

Com o maior detalhamento oferecido pelas imagens do satélite Alos, os mapas temáticos elaborados tornam-se uma fonte de informações confiáveis aos gestores do município, no que diz respeito a sustentabilidade.

Com as informações hidrográficas de nascentes e rios existentes para o município de Irineópolis estarem desatualizadas, o estudo da verificação da base cartográfica do IBGE no município permitiu identificar novos corpos hídricos, não representadas pela base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas realizadas no ano de 1966.

Os rios e nascentes quantificados pelo mapeamento através do satélite Alos totalizaram de Rio 69,98 km de perímetro juntamente com 164 Nascentes não existentes no mapeamento do IBGE, o que demonstra a necessidade de dar continuidade ao estudo mesmo após ter alcançado o objetivo proposto, que foi realizar a verificação da base cartográfica do IBGE do Município de Irineópolis – SC considerando a hidrografia. O fato se justifica devido ao grande número de elementos (nascentes e rios) não representados no mapeamento e detectados na interpretação das imagens do satélite Alos. O que demonstra a necessidade de um estudo detalhado também a campo para verificar a veracidade das nascentes e rios detectados e atualizados, pois os mesmos na identificação realizada encontram-se em áreas de conflito com agricultura o que acarretará na necessidade de iniciar nestas áreas um PRAD-Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. B. **Fotogrametria**. Curitiba: UFPR, 1998

INTRODUÇÃO ao **sensoriamento remoto**. São José dos Campos. 2001

MATTOS, J.L. **Fundamentos de informação geográfica**. 2001

NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. 2 ed., Edgard Blücher Ltda., 308p, 1998.

NOVO, E.M. L.M. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. São Paulo:Edgard Blücher LTDA, 1989.

YAMAKAWA, T., FRASER C.S. **The affine projection model for sensor orientation: experiences with high-resolution satellite imager y**. International Archives of Photogrammetry and Remote Sensing, Volume 35 parte 1, Istambul, Turquia, 2004 p. 142-147.

www.mapas.ibge.org.br/ acessado em 20/06/2014.

www.ebah.com.br/content/.../codigo-florestal-lei-4771-1965. Acessado em 30/07/2014.



A INFLUÊNCIA DO FACEBOOK NA OPINIÃO PÚBLICA ELEITORAL

Diogo Carbin¹

RESUMO

Não há dúvidas de que os fenômenos impactantes de opinião pública eleitoral, através do Facebook estejam ligados diretamente ao relacionamento das pessoas na rede social. Mostrando a relevância da maior rede social do mundo, os fatores de influência da rede na opinião pública eleitoral, e demais características expressivas das principais redes sócias utilizadas, e com o maior número de usuários ativos. Aspectos da plataforma digital é movida por seus usuários, no qual a maioria com fortes hábitos de expressar informações como principal delas e a deste tema, a opinião pública eleitoral diagnosticando-se o perfil de usuários que se relacionam e utilizam a rede como fonte de formação de opinião e liberdade de expressão. Por fim foi possível detectar os fatores influenciadores do Facebook sobre a opinião pública eleitoral.

PALAVRAS CHAVE: Opinião pública eleitoral. Facebook. Influência. Tecnologia, Comunicação Social

ABSTRACT

There is no doubt that the shocking phenomena of electoral public opinion through Facebook are directly linked to the relationship of people in the social network. Showing the relevance of the largest social network in the world, the factors influencing the network in public opinion, and other expressive characteristics of the main social networks used, and with the largest number of active users. Aspects of the digital platform, is driven by its users, in which the majority with strong habits of expressing information as main of them and of this theme, the electoral public opinion diagnosing the profile of users that relate and use the network as a source of opinion formation and freedom of expression. Finally, it was possible to detect Facebook's influencing factors on public opinion.

KEYWORDS: Electoral public opinion. Facebook. Influence. Technology, Social Communication

1 Mestrando em Marketing e Direção Comercial – UDE – Universidad de la Empresa – diogo@datamedia.com.br



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por foco central a influência do Facebook na opinião pública eleitoral. O maior site de relacionamento do mundo, é uma ferramenta digital extremamente envolvente, com forte poder de influência, conectando e criando relacionamentos significativos, por meio de diferentes interfaces e alcançando pessoas aonde quer que estejam, tendo acesso a todo tipo de informação. Segundo TORRES (2009), o Facebook, é considerado pelos entrevistados e pelo público usuário dessa ferramenta de comunicação e informação, a mais usada nos dias atuais, constituindo-se no maior site de relacionamento do mundo. É uma rede social digital semelhante ao Orkut, no entanto, com alguns aplicativos e ferramentas diferentes. Foi criado por Mark Zuckerberg, um estudante de Harvard e lançado em 4 de fevereiro de 2004 (TORRES, 2009).

Nesse sentido, observa-se a influência do Facebook na opinião pública eleitoral e o desejo de manifestação dos sentimentos das pessoas, as quais acabam sendo movidas pelo instinto e emoção de expor sua opinião por meio de comentários, curtidas ou compartilhamento de informações na plataforma. Entretanto se faz necessário tal investigação devido aos impactos que o mesmo retrata na realidade das pessoas. Segundo V. L. C. Santos e J. E. Santos (2014), consideramos as redes sociais digitais como um meio de possibilidades, estabelecido a partir dos elementos virtuais e das relações entre os indivíduos usuários. O estudo das redes sociais na internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas por meio da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam suas estruturas (RECUERO, 2009).

Tendo em vista a relevância dos impactos do envolvimento da opinião pública eleitoral expressada por meio da plataforma digital “Facebook”, o presente estudo estabelece como seu problema de pesquisa: quais os principais fatores que levam o Facebook e sua influência sobre as pessoas em relação a opinião pública eleitoral? Neste sentido apresentarei, em um primeiro momento, alguns apontamentos sobre opinião pública, buscando conceituar e discutir por meio de alguns autores, informações desse meio na atualidade.

Posteriormente, buscamos conceituar o Facebook discutindo e abordando suas principais características e fatores relevantes que influenciam a rede social no que tange o processo de formação de opinião, no qual, tratado por meio deste tema, enfatiza o porquê de algumas vertentes fazerem as pessoas se sentirem seguras estando atrás de uma máquina e se exporem, mesmo sem o contato físico, obtendo-se de total privacidade. Proporciona ainda, às pessoas, a sensação de liberdade de expressão obtendo acesso a todo o tipo de informação que seja de seu interesse, tratando neste caso, as questões eleitorais. O Facebook está unindo o mundo. Tornou-se uma abrangente experiência cultural partilhada por pessoas de todo o planeta, especialmente jovens (KIRKPATRICK, 2011).

Ressaltando ainda se especula para discussão, a apresentação das principais redes sociais e suas características, mais especificamente do Facebook, assim o estudo se perfaz e aponta as redes sociais mais envolventes como: Facebook, Twitter, Instagram e o Youtube. Em sequência uma abordagem do Facebook como plataforma de interação e expressão de opiniões dos usuários, que se caracteriza um meio digital de discussão e formação de opiniões. Brevemente uma análise de perfil de usuários da rede Facebook, que expõem sua orientação política e intenções de voto na plataforma, pelo simples fato de que a rede proporciona para seus usuários a verdadeira liberdade de expressão. Contudo uma análise dos fatores influenciadores do

Facebook na formação da opinião pública, o qual especifica-se o que essa rede social proporciona as pessoas a ponto de exporem suas opiniões, serem incisivos e sem o menor medo ou receio.

Para o efetivo desenvolvimento dos objetivos específicos em um corpo que consiste de análise e argumentação, adota-se como processo metodológico uma abordagem exploratória, analisando fatores pertinentes de influência do Facebook, oportunizando a elucidação de fenômenos por meio de observações diretas, no período de 27 de abril de 2018 a 22 de maio de 2018, com apresentação de resultados qualitativos, por meio de pesquisa documental na exploração de livros, periódicos e internet.

OPINIÃO PÚBLICA

CONCEITOS DE OPINIÃO PÚBLICA

Por decorrência se tratando de opinião pública, campo que se abre por vários modelos de opinião, como citados alguns em opinião de mercado, eleitoral, satisfação, clientes e mídia nesses moldes observa-se o sentimento social, do qual muitas vezes abrange as distorções das pessoas, mediante uma escala de insatisfação ou preconceitos inevitáveis que construímos em sociedade. Segundo Lippmann (2017), opinião pública neste sentido é uma ilusão, pois fica claro que se torna impossível às pessoas chegarem a um sentido comum das ocorrências e dos fatos e a um propósito unificado. Assim o desfecho caracteriza, a razão do pensar pessoal e social, através da opinião pública do qual é influenciada por fenômenos sociais.

Para Cascais (2001), é uma expressão corrente e de difícil definição, que apresenta contornos imprecisos e pouco sustentado, não existindo, de fato, um conceito claro e preciso, mas sim uma série de aproximações pluridisciplinares. Quando se fala em opinião pública estamos nos dirigindo a opiniões de um grupo social de pessoas que relativamente manifestam seus sentimentos sobre determinado assunto, e nas mais variadas situações, que expõem e caracterizam pensamentos formados ou influenciados. Desta forma se destaca a forma de pensar de cada pessoa que expõe a sua opinião, mostrando assim a flexibilidade e a insegurança na hora de relacionar a real opinião pública.

Segundo Prada (1995), é o resultado de opiniões individuais sobre os assuntos de interesse comum que se origina nas diferentes formas de comunicação humana, primeiramente através de processos individuais, posteriormente em processos coletivos, em diferentes graus, segundo a natureza das informações compartilhadas pelos indivíduos, às vezes influenciada pelos interesses particulares de grupos afetados. Desta forma para o autor, a opinião pública se caracteriza pelas diferentes formas de pensar e expor sua opinião, adotado por processos de coleta de informações e analisados em forma direta de cada indivíduo e após através de amostras de grupos sociais, influenciados ou não por algum tema em específico no caso, a opinião pública eleitoral. Assim se mostra o quão a opinião pública é influenciada através da forma que as pessoas pensam, e baseada através de algum tema relevante.

Diante da intensificação de decorrências de fatores influenciadores da opinião pública, do qual emerge critérios de mudanças na sociedade, através de seus influenciadores. Assim segundo (Cervi, 2012) em complemento, podemos dizer que ela é pública em duplo sentido: por tratar de temas de interesse público

e por se apresentar em diferentes espaços públicos. Pode-se concluir, portanto, que a opinião pública, a partir da manifestação das pessoas, são impactadas por seus fatores emocionais, ligado a temas de interesse público.

ANÁLISES DOS CONCEITOS – PONTOS COMUNS E POSSÍVEIS DIVERGÊNCIAS

Os esclarecimentos em comum apontado por todos os autores, no qual diz respeito a fundamentação sobre opinião pública, que esclarecem suas incertezas e as dificuldades de se formar uma opinião racional sem influência, que em considerações são afetadas por fatores emocionais, assim afetando o propósito de esclarecer interesses de grupos sociais, mas assim de forma a enfatizar de que a opinião pública ainda deixa um vago campo a ser esclarecido, em se tratar do interesse público, no qual visa o esclarecimento com veracidade de fenômenos, assim distinguindo o que é opinião real do que é uma mera ilustração. Sendo assim, Cervellini e Figueiredo (1995) esclarecem que:

“A ideia de opinião pública ficou muito contaminada com o surgimento das pesquisas de opinião, na década de 1930 nos EUA. Como o conceito de opinião pública é anterior às pesquisas e como as pesquisas retratam os aspectos mais visíveis, interessantes e discutidos da opinião pública, é natural que a associação pesquisa-opinião pública seja feita, ainda que essa associação certamente não ajude no esforço de se conceituar algo que, afinal, existe independentemente das pesquisas.” (CERVELLINI; FIGUEIREDO, 1995, p. 173).

Em esclarecimentos, a opinião pública deve ser colocada à disposição de toda uma sociedade, para que a opinião pública se obtenha certo valor e não se abstendo de uma pequena margem, do qual daria a esclarecer que as opiniões possuem o mesmo valor, e nesse sentido Lippmann (2008) discorre sobre a legitimidade da opinião pública nas sociedades de massa baseado na impossibilidade de conhecimento direto da realidade. Desta forma fatores divergentes de mesclagem de opinião, gerados por fatores imprevistos, posicionam a opinião a encarar de forma com que as informações possuem duplo sentido, mas ainda assim enfatiza o desejo da opinião popular individual ou social.

OPINIÃO PÚBLICA ELEITORAL NO FACEBOOK

O Facebook, sendo a maior rede social do mundo, relaciona milhões de pessoas de qualquer lugar do planeta em tempo real, 24 horas por dia, 7 dias por semana, alcançando números de acesso significativos para a plataforma, tornando-se assim o site de maior acesso em todo o mundo.

Doravante, de todos os acessos que a rede social obtém, junto com ela vem o dever da segurança digital, a privacidade das informações e dados que lá são divulgados, mas devido a vulnerabilidade, segundo Exame (2018), um dos maiores sites do Brasil, em geração de informações afirma, que o Facebook informou que os dados da maioria de seus 2 bilhões de usuários podem ter sido acessados indevidamente, oferecendo novas evidências de que a gigante das redes sociais não conseguiu proteger a privacidade das pessoas enquanto

gerava bilhões de dólares em receitas com as informações. Desta forma seus registros, tornam-se vulneráveis e caracterizam a rede social, no qual está mais preocupada nas adaptações de faturamento da empresa do que, em ampliar seus requisitos de segurança.

Quanto trata-se de opinião pública eleitoral, a plataforma tem correspondido amplamente com essas informações, coletando e divulgando-as em tempo real, com o maior número de pessoas, informações com o maior número de comentários, curtidas e compartilhamentos, possuem mais relevância e destaque devido a sua alta popularidade na rede. Para Mitozo, Massuchin, Carvallho (2015), durante o período eleitoral, a arena política passa a ser um dos temas centrais dos veículos de comunicação, ganhando destaque no debate público e, ao mesmo tempo, também se tornando um alvo mais tangível aos elogios e críticas da audiência. Desta forma os fatores direcionais para o tema eleitoral são destaque no Facebook, tornando-se relevante e chamativa aos olhos de quem utiliza a rede, as convidando a expor suas opiniões públicas eleitorais.

Na perspectiva de Dahlberg (2001), o ciberespaço é uma extensão da esfera pública e a internet contribui com a prática democrática na medida em que é possível expandir o debate público. Assim nota-se a prática efetiva da opinião pública, de forma democrática, com alcance de todos, aonde as pessoas possam interagir de forma rápida e clara, se abstendo de causas como, medo, receio, podendo ter a sensação de liberdade de expressão.

O FACEBOOK

O COMEÇO DA EMPRESA

O começo da história do Facebook está relacionado à web site, publicado pelo seu fundador *Mark Zuckerberg*, publicado em 28 de outubro de 2003, do qual o código foi escrito na época em que o mesmo cursava psicologia, o mesmo desenvolveu *web site* para gerar fluxo de relacionamento entre alunos da universidade de Harvard. Em janeiro de 2004, Zuckerberg começa a definir o código para um novo website com o nome Thefacebook, referindo num artigo do jornal diário, Harvard Crimson, que o incidente do Facemash serviu de inspiração para a criação do Thefacebook, mas que, ao contrário do primeiro, foi criado de forma a cumprir todas as regras de segurança e privacidade de Harvard (Tabak, 2004). Desta forma a plataforma Facebook, moldou suas origens, estabelecendo critérios de segurança e a privacidade de dados, alavancando suas conexões dentro da universidade de Harvard, dentro desses critérios a plataforma permitiu o acesso de mais 800 redes universitárias. Em 2006, o Facebook continuou a expandir a sua base de redes, permitindo o acesso de mais de 22.000 redes de organizações comerciais (Zywica e Danowski, 2008).

“A última grande expansão do Facebook ocorreu em 2006, com o alargamento da permissão de acesso a qualquer internauta com idade superior a 13 anos e com um endereço de email válido. Como se pode verificar no Gráfico 1, a rápida expansão de redes com acesso permitido ao Facebook implicou um drástico crescimento do seu número de utilizadores. Mas mesmo depois deste sucesso, o Facebook mostra raros indícios de quebra na popularidade. De fato, ao expandir-se globalmente, atraindo, em simultâneo, uma grande variedade de grupos etários, esta rede registou um crescimento rápido e contínuo.» (Brown, 2008).

Para Kirkpatrick (2011) Zuckerberg é um pensador muito ponderado e racional ao extremo. Sua caligrafia é regular, meticulosa, miúda e às vezes ele usa para encher cadernos com longas ponderações. Diante do

perfil e do auto potencial do CEO do Facebook, vislumbra-se a capacidade de influência e a capacidade de desmistificar situações através do relacionamento direto com as pessoas criando grandes pontos estratégicos para a criação da plataforma e alavancar a capacidade de negócios da rede.

A INFLUÊNCIA DO FACEBOOK NA OPINIÃO PÚBLICA ELEITORAL

A capacidade de influência do Facebook na opinião das pessoas, é oportunizada pelo fato de que a comunicação através deste meio, leva as pessoas a entender, que tudo lá relacionado está seguro e a não exposição das pessoas por estarem atrás de um computador, dita muito os critérios de privacidade para elas proporcionando conforto ao expressar sua opinião eleitoral na rede. Por estas características, Williams e Gullati (2009) consideram que as redes sociais têm potencial para mudar não só o modo de fazer as campanhas eleitorais, mas também a própria relação entre os candidatos e os eleitores.

Desta forma o surgimento de novas tecnologias, vem se modelando de acordo com as necessidades de cada usuário usando por base de filtros e estratificações cada opção de acesso que se é planejado por cada pessoa, mesmo com variáveis frequentes que impõem mudanças rápidas, o acesso a informação tem se tornado cada vez mais útil, importante e rápida através das redes sociais em especial o Facebook. Ainda desta forma;

“O surgimento de novos recursos tecnológicos, o aumento do volume e da velocidade de tráfego na Internet, a evolução do comércio eletrônico e a multiplicação das tecnologias de criação de sites, de gestão de bases de dados e de aluguel de servidores, entre outros fatores, contribuíram para uma maior autonomia dos utilizadores e prepararam o terreno para a mudança de paradigma na utilização da Internet.” (Araújo e Rios, 2010).

Assim, esclarecemos que fenômenos de avanço das tecnologias, são irreversíveis, pois as situações de avanço acontecem naturalmente, oportunizando a melhora dos serviços e as mudanças de paradigma que se colocam a frente da internet.

Ainda para Gonçalves (2012), no que se refere à influência do Facebook na decisão de voto, é possível afirmar que, ainda que não constitua um fator determinante para alterar a decisão de voto, e alcance um número reduzido de eleitores, a rede social parece contribuir para a apreciação que estes fazem dos candidatos e tem assim um papel na sua tomada de decisão.

CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS REDES SOCIAIS, MAIS ESPECIFICAMENTE DO FACEBOOK

Quando falamos em rede social dá-se a ideia de algo moderno, típico da atual geração, todavia seu surgimento é mais antigo do que se pensa, na sociologia no século XIX esse conceito era utilizado para analisar a interação de indivíduos, organizações e grupos e até de sociedades inteiras.

O Surgimento das redes on-line, ocorreu juntamente com o advento da internet em meados de 1990, onde aparece a ideia de interação entre os usuários, conforme explicita o autor abaixo:

“Foi na década de 1990, com a internet disponível, que a ideia de rede social migrou também para o mundo virtual. Criado em 1997, o site SixDegrees.com é creditado por muitos como a primeira rede social moderna, pois já permitia que usuários tivessem um perfil e adicionassem outros participantes, em um formato parecido com o que conhecemos hoje.» (RESULTADOS DIGITAIS, 2017).

Redes sociais são consideradas como sites e aplicativos que atuam em diversos níveis, seja ele profissional ou de relacionamento interpessoal, onde se permite a troca de informações entre várias pessoas em tempo real. Jamais se imaginaria que as redes sociais, possuiriam um impacto tão grande quanto o que possuem hoje, em consequência dessa agilidade de troca de informações, há muita divergência sobre o tema, pois a medida em que o número de usuários cresce, aumentam as falácias acerca dos lados positivos e negativos.

E nesse sentido de forma breve e objetiva, será apontado o conceito, as características fundamentais das principais redes sociais.

FACEBOOK

A rede social Facebook, conta com inúmeros aplicativos, que são compostos por;

- Jogos: do qual se destina a vários públicos de usuários.
- Messenger: espaço para conversas via chat com pessoas que utilizam a rede.
- Marketplace: área onde se pode compra, venda e troca de objetos, dos quais postados através de fotos, textos, links e vídeos, desta forma este espaço pode ser filtrado nas buscas, para que o usuário tenha mais agilidade em sua busca.
- Fanpages: este aplicativo possui a função de criar páginas corporativas de negócios pessoas ou para empresas, exporem através da rede seu portfólio de apresentação.
- Grupos: se destina para reunir pessoas que utilizam a rede social, e através desta função e espaço, publicar, compartilhar, curtir informações sobre o tema central do grupo.
- Eventos: espaço aonde as pessoas criam eventos, através de agendamentos de datas com lembretes, e avisos, podendo da mesma forma compartilhar e inserir pessoas usuários.

Dentre demais funções que o Facebook oferece, há características específicas conforme citado acima, ainda podemos incluir, históricos de pagamentos, clima, recomendações, empregos, criação de temas, atividades de anúncios impulsionados, ofertas, listagem de amigos e recursos para situação de emergências.

TWITTER

A rede social denominada Twitter, foi criada por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone em 2006, a ideia original foi dada por Jack Dorsey, cujo projeto versava sobre um serviço de troca de mensagens curtas similar ao SMS. A primeira versão do Twitter, chamado de “Status” funcionava como uma troca de mensagens curtas através de um aparelho celular, onde o usuário ao receber uma mensagem, receberia um “twich”, contudo a ideia não agradou os criadores e rapidamente seu nome foi aperfeiçoado para “Twitter”. O resultado é uma mistura de blog com serviço de mensagem instantânea (MSN), no qual os posts são enviados sem a necessidade ou expectativa de uma resposta. Fala-se para o mundo, com a velocidade de uma mensagem instantânea (SHIRAKASHI, 2007).

O ápice, ocorreu em um festival de música e filmes South by Southwest (SXSW), em que foram colocadas duas televisões no principal salão do evento com o objetivo de que os participantes trocassem mensagens curtas em tempo real acerca de tudo que acontecia nesse evento, a ideia de Marketing foi surpreendente e seu resultado ainda maior, pois os post ‘s ou twitt’s desde então só aumentaram.

A rede social, completa 12 anos e desde o seu surgimento ao que conhecemos hoje, passou por diversas inovações, como a limitação do tamanho da mensagem para 140 caracteres, o que não é um problema pois seus usuários gostam da ideia.

Atualmente, a rede social conta com aproximadamente 300 milhões de usuários e possui receitas de U\$150 milhões por ano, seu valor ultrapassa U\$4,5 bilhões e há de se dizer que a idade média dos seus usuários é de 31 anos. Diante disso, há de se dizer que é um forte influenciador nas relações afetuosas e políticas.

O Twitter tornou-se um instrumento importante para a política ao tonar-se uma espécie de palanque digital, vez que facilita a aproximação do candidato aos seus eleitores de forma instantânea e possui um poder de alcance imensurável.

“O Twitter é uma rede social poderosa exatamente porque se propõe a ser um jeito rápido e fácil de disseminar informação. Por meio dele, se consegue oferecer conteúdo relevante ao seu público alvo, compartilhar as novidades mais recentes, manter um olho na concorrência, ou em líderes do seu nicho, e finalmente, pode fazer dele um canal a mais de atendimento ao seu público.” (MARKETING SCHOOL, 2017).

O Twitter sem sombra de dúvidas é uma das ferramentas mais importantes durante campanhas eleitorais, pois atinge o maior número de eleitores em um lapso temporal muito curto, pois versa muito mais sobre informações do que sobre relações sociais.

INSTAGRAM

O Instagram em sua primeira versão foi desenvolvido pela empresa Burbn, Inc. de propriedade do Americano Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger, em um tempo recorde de oito semanas, seu lançamento foi no ano de 2010. Inicialmente disponível somente para os aparelhos da Apple, o dia de seu lançamento o aplicativo foi o mais baixado na Apple Store, pouco tempo depois foi disponibilizada para os demais sistemas.

Trata-se de um aplicativo gratuito de fotos cuja função é tira-las e aplicar filtros, há variedade dos filtros

com diferentes lentes e tonalidades, deixando-as com o efeito desejado e compartilha-se em outras redes sociais.

Considerado como um dos aplicativos mais promissores, conta com 800 milhões de usuários ativos, seu valor de mercado chega a marca de UR\$33 bilhões de dólares, em 2012 a empresa foi comprada pelo fundador do Facebook Mark Zuckerberg. A marca significa que o Instagram acumulou mais de 100 milhões de usuários ativos por mês em apenas 30 dias. Em agosto de 2017, a empresa havia anunciado que o aplicativo tinha 700 milhões de usuários ativos mensalmente. (G1, 2017).

Atualmente é um dos maiores aplicativos em número de usuários ativos, possui grande influência e prestígio no meio digital, nesse sentido pesquisador Alemães afirmam que, pesquisadores da universidade alemã de Humboldt, em Berlim, elegeram o Instagram como a rede social com [maior potencial nocivo](#) aos seus usuários. (FÃS DA PSICANÁLISE, 2017).

A sua importância é consequência do seu grande número de downloads, usuários e publicações diárias vez que desempenha um papel fundamental nas relações públicas e principalmente nas relações políticas, em detrimento de sua capacidade de influência e volatilidade de opiniões.

Os partidos políticos e candidatos têm investido cada vez mais no Marketing através do Instagram, pois aproxima a figura pessoal do candidato com o eleitor em diversas plataformas, sendo vídeo, foto e textos, além de facilitar a edição com filtros e ajustes técnicos rápidos, que de certa forma influenciam o usuário eleitor, pois dá-se a ideia de intimidade para com aquele que expõe seu dia à dia nas redes, fazendo com que o eleitor teça sua opinião sobre o candidato.

YOUTUBE

O Youtube foi um projeto desenvolvido por três amigos Chad Hurley, Steven Chen e Jawed Karim e oficialmente registrado no ano de 2005. Chad formado em design em Indiana, enquanto Chen e Karim eram programadores formados em Illinois. Os três eram funcionários da empresa PayPal, deixaram a empresa e com o dinheiro registraram o domínio e investiram no projeto. No início enfrentaram dificuldades, com um escritório pequeno em uma localização esquecida, não tinham dinheiro para construir paredes, fazendo as divisórias de cortina.

A versão inicial do site era muito diferente do que se conhece hoje, era pouco minimalista e não possuía muitas opções. Não obstante, a existência dessa plataforma foi o suficiente para chamar a atenção, grandes empresas viram no site uma nova forma de divulgação e marketing, no seu primeiro ano de vida já possuía mais de 2 milhões de visualizações diárias e 200 mil usuários inscritos.

Em 2006 a plataforma já era considerada sensação, e despertou a atenção do Google que até então possuía uma plataforma de vídeos muito inferior e, portanto, efetuou a compra por UR\$ 1,65 bilhão de dólares, manteve-se a equipe original. Pouco tempo após, surge a ideia de fazer com que os criadores de conteúdo faturassem com a plataforma e formassem parcerias, pouco tempo depois tornar-se criador de conteúdo do Site viraria profissão e depois disso o site não parou de crescer e surpreender.

Com o passar dos anos as inovações no site ganharam espaço, o Youtube nunca parou de criar

novidades e se tornou a maior plataforma de entretenimento. Seu sucesso é astronômico, pois não há um perfil específico de usuário, o site conta com usuários de todas as idades e etnias, todo mundo faz parte do Youtube, e nesse sentido a Vid Monster nos diz que:

“Ocupando o posto de segundo maior buscador da internet; atrás apenas do Google; o YouTube já conta com mais de **1,5 bilhão de usuários ativos** todos os meses. E cada um deles passa, em média, **uma hora e 15 minutos assistindo a vídeos** na plataforma todos os dias. A cada minuto, **400 horas de conteúdo novo** são postadas no site. E somente no Brasil, **80% dos internautas acessam o YouTube** diariamente. (VID MONSTER, 2017).

Outrossim, diante de toda grandeza e capacidade de alcance, grandiosas marcas investiram na plataforma como meio de Marketing de conteúdo com vídeos, pois há um menor custo e maior alcance, várias empresas destinam parte de seu orçamento para investir no marketing oferecido pela plataforma. Há de se dizer que o marketing feito, é um grande influenciador de pessoas aumentando os rendimentos daquele que fazem sua propaganda ali.

E em consequência do menor custo benefício e do alcance de pessoas, a política não ficaria de fora. Em época de campanhas eleitorais os candidatos investem boa parte do orçamento para o marketing nesta plataforma. Investem em documentários sobre suas vidas políticas, vídeos institucionais e pessoais com intuito de incentivar o eleitor a conhecê-lo melhor e por consequência angariar votos. Não há dúvidas quanto a capacidade do Youtube em influenciar pessoas, tendo em vista seu alcance, número de usuários e acessos diários.

O FACEBOOK COMO PLATAFORMA DE INTERAÇÃO E EXPRESSÃO DE OPINIÕES DOS USUÁRIOS

Atualmente, boa parte da população tem acesso à internet, no Brasil somente no ano de 2012 198,9 Milhões de Brasileiros possuíam acesso à internet. Como já visto acima, o Facebook é considerado como a maior rede social da atualidade, possui um elevado número de Usuários. Em um levantamento feito em 2015, havia 1,6 bilhões de usuários ativos ao redor do mundo, em consequência disso se tornou a maior plataforma de interação e expressão de opiniões dos usuários na internet.

Não é possível saber o tamanho da força da rede social na sociedade, não há como precisar a importância que possui no dia a dia das pessoas, mas não há como negar o fato de que cada vez mais conquista seu espaço tornando-se uma importante ferramenta social. Se desenvolveu através do Facebook uma nova maneira de informação e participação ativa da sociedade através de posts, que facilitam o relacionamento e a troca de informações. Há muita discrepância quanto aos efeitos na sociedade, e nesse sentido:

“O detrator que mais recentemente deu a cara é Chamath Palihapitiya. Ex-diretor executivo do Facebook, era responsável por gerir e aumentar os utilizadores. Em novembro, disse sem receios que as redes, e essencialmente o Facebook, estão “a danificar as bases fundamentais de como as pessoas se comportam e se relacionam”. (ANA S. FERREIRA, 2017).

Dessa forma o simples “compartilhar” daqui de um pode gerar uma tempestade no outro lado do

mundo, as opiniões expressadas estão constantemente sujeitas a se tornar viral e causar polêmicas, pois o raio de influência não se limita somente aos círculos pessoais do usuário, se estende aos amigos dos amigos dos amigos, gerando uma gigantesca e imensurável cadeia de troca de informações e opiniões.

A partilha de opiniões pode ter um forte impacto na vida de outras pessoas, o que conhecemos por influência social à distância, capaz de gerar efeitos na vida de muitas pessoas, e talvez nem jamais se tenha conhecimento disso. Há já alguns anos que diversos estudos têm vindo a sugerir que, nas sociedades humanas, a influência de cada um sobre os seus pares era muito mais extensa do que se poderia imaginar. (ANA GERSCHENFELD, 2014).

Os usuários se sentem mais confortáveis e seguros ao expressar sua opinião através de palavras atrás de um computador, do que debater pessoalmente no mundo contemporâneo. Cada vez mais há um mundo interligado, virtualmente há um contato com um maior número de pessoas em um menor lapso temporal o que de certa forma se houver limitações é positivo.

Levando-se em conta o que foi observado, percebemos que o número de pessoas que propagam notícias e opiniões questionáveis é alarmante. É preciso que o usuário tome cuidado ao expressar sua opinião ou acatar a opinião do outro através do Facebook, pois nem sempre a fonte é confiável e a visão de mundo do outro é muito diferente da sua.

PERFIL DE USUÁRIOS QUE EXPÕEM SUA ORIENTAÇÃO POLÍTICA E INTENÇÕES DE VOTO NO FACEBOOK

Não é novidade que essa plataforma criada por Mark Zuckerberg em 2004 tornou-se a maior rede social do mundo, o que desperta a curiosidade são os números que estão por trás dessa grandiosidade (ALVES, 2018) levantamento feito por Allan Peron em 2016 estima-se que o Facebook possui 1.590.000 (um milhão e quinhentos e noventa mil) usuários ativos, enquanto o Instragem conta com 400.000 (quatrocentos mil) usuários e o twitter com 320.000 mil (trezentos e vinte mil).

O Youtube ficou de fora da análise comparativa supracitada, vez que não é possível precisar o número total de usuários do twitter, pois cerca de 1,5 bilhões de pessoas acessam o Youtube mensalmente. (IG, 2017). O Facebook destaca-se entre as demais redes sociais quanto ao número de usuários, atingiu seu auge e é considerada como uma das propostas comerciais mais bem-sucedida da história dos negócios. Os números por trás da rede social são imensuráveis seu fundador comemora a cada alcance histórico. “Nós estamos avançando para conectar o mundo e, agora, vamos deixar o mundo todo bem próximo”, disse o cofundador e presidente do grupo, Mark Zuckerberg. Dentre dos usuários do Facebook há uma separação de gênero segundo levantamento de 2016 somente no Brasil por Allan Peron, onde 54% dos usuários brasileiros são compostos por mulheres e 46% por homens. Todavia, diante da sua grandiosidade cresce o número de pessoas que utilizando a rede social como um palco para exposição de suas opiniões, há uma certa necessidade das pessoas em publicar sua opinião virtualmente, são cerca de 500 mil posts por minuto (LEMOS, 2017) todos expressando sua opinião através de palavras, vídeos ou imagens.



As pessoas que utilizam a rede social são classificadas por André Cabette em quatro grupos sendo eles: Construtores de relacionamentos, Selfies, Observadores Anônimos e Arautos

O primeiro tipo de usuários são os chamados de Construtores de relacionamento, são aqueles que veem na rede uma possibilidade de extensão de seu círculo social, ou seja, a utilizam como uma extensão de manter contato com família e amigos.

O usuário ora denominado “Selfies” são os usuários que buscam a autossatisfação, podendo até serem chamados de narcisistas, onde estão à busca de atenção e o Facebook traz isso por meio de likes e comentários.

Observadores anônimos (window-shoppers), são considerados aqueles usuários que conservam sua imagem e pouco postam e comentam sobre sua vida pessoal, possuem um perfil na rede somente para se manter conectado a família e amigos, porém raramente postam algo.

E por fim, André Cabette classifica os chamados de Arautos (town criers) se enxergam como divulgadores de notícias, são aqueles que possuem a necessidade de publicar seu ponto de vista à todo momento, não consideram a rede somente como um meio de extensão de suas relações pessoais e sim como uma plataforma para transmitirem suas palavras e opiniões.

“Eles encaram o Facebook como uma via de mão única, onde expressam ideias para um público amplo e impessoal entre o qual buscam difundir notícias e histórias. Ele também é encarado como uma plataforma em que se pode obter informações desse tipo.” (CABETTE, 2017).

As mídias sociais estão ligadas a tudo. Pode-se dizer que os arautos são os que mais possuem influência na rede social, tendo em vista que não medem esforços para demonstrar seu ponto de vista.

Em consequência desse perfil a política vem sendo um dos assuntos de constante debate, em épocas de campanha eleitoral cresce o número de publicações, o candidato cada vez mais utiliza dessa impulsão por compartilhamento e expressão do usuário para aplicar estratégias de Marketing através da plataforma (VALLE, 2017).

FATORES INFLUENCIADORES DO FACEBOOK NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os fatos influenciadores do Facebook, na hora do usuário formar sua opinião pública envolve diversos fatores, podendo ser: culturais, sociais, pessoais e psicológicos. É mister salientar que os líderes de opinião são os mais influenciadores.

Os fatores Culturais, referem-se a cultura e classe social, baseada no status, riqueza, posse, valores, estilos de vida. Os sociais são caracterizados pelo envolvimento familiar e a posição social, a família influencia na hora do usuário compartilhar de seu pensamento pessoal. Os fatos pessoais estão ligados a idade, ciclo de vida, ocupação e estilo de vida, pois a vida que se leva define os hábitos e conseqüentemente atinge a expressão de opinião. E por fim os fatos psicológicos que incluem a motivação, percepção, aprendizagem e



crença, um estado que leva um comportamento direcionamento de acordo com seu juízo de valor com um objetivo específico. (REZENDE, 2013).

“Nos EUA, 64% dos adultos usam a rede e 30% acessam notícias por meio dela, um público muito maior que o de qualquer jornal ou rede de tevê a cabo. No Brasil, oito em dez usuários da internet estão no Facebook.” (COSTA, 2016).

O que se posta nas redes sociais pode ter um poder imenso e ser um forte definidor de rumos, seja para coisas básicas e banais do dia a dia quanto para algo tão importante quanto influência política. Se for usada da forma correta é um bom aliado, pois aproxima o candidato do eleitor, e se for utilizada positivamente pode render bons frutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que por meio dos fatores especificados, no qual se direciona a influência que o Facebook tem sobre as pessoas na opinião pública eleitoral, é de extrema importância, levantar esse tema e sua problemática ante a existência de fenômenos que envolvem as pessoas que utilizam a rede social. Este processo mostrou os impactos que as mídias sociais, especificamente o Facebook causa nas pessoas ao publicarem suas opiniões na rede, mostra- que as pessoas tendem a ter mais tranquilidade e segurança por não estarem, sendo vigiadas, inibindo o receio e o medo de publicar algo na rede social. Desta mesma forma proporcionando a estes usuários, o direito da liberdade de expressão, situação não possível ao expressar-se em público. Diante disso um número maior de pessoas e em qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, se manifestam e contribuem para com a informação exposta na plataforma Facebook.

Os diversos autores deixam claro a influência da rede social na opinião das pessoas, pois creem se deixar levar pelo momento oportuno, de estar realizando sua opinião, ou seja, desta forma a pesquisa nos mostra, que as pessoas muitas vezes agem pelo impulso ou necessidade de expressar sua opinião, pois estão acompanhando em tempo real as mais variadas informações em circulação. O forte poder em opinar sobre eleição eleitoral contribui para que aqueles que sugerem a discussão possam analisar, planejar/replanejar suas propostas referentes aos mais variados tipos de opiniões/sugestões citadas por seus usuários, sejam elas críticas, ou elogios.

Desta forma, observa-se que os pesquisadores estão se adequando nos meios eletrônicos, propiciando de certa forma agilidade nos processos de tomadas de decisão, na observação de atitudes e opiniões de pessoas. Quando tratado o assunto opinião pública eleitoral na internet, este tema mexe muito com o instinto de participação das pessoas. Desta forma, muito deve ser esclarecido, como as novas abordagens do assunto da pesquisa que pode ser expandido, sendo uma área promissora para pesquisa e para evolução da ciência da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, SONIA. *Redes sociais e teoria social: Revendo os fundamentos do conceito*. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>> Acesso em: 19 de maio de 2018.
- ARAÚJO, G. F., E RIOS, R. (2010). *Estratégias do Marketing Político Digital aplicadas à campanha presidencial de Barack Obama. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. Campina Grande, Brazil: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0139-1.pdf> > Acessado em: 14 de Maio de 2018.
- BROWN, JAMES. From Friday to Sunday: *The Hacker Ethic and Shifting Notions of Labour, Leisure and Intellectual Property*. *Leisure Studies*, 27, 395-409, 2008.
- CABETTE, F. ANDRÉ. *Os 4 tipos de usuários de Facebook, segundo esta pesquisa*. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/07/31/Os-4-tipos-de-usu%C3%A1rios-de-Facebook-segundo-esta-pesquisa>> Acesso em: 21 de maio de 2018.
- CASCAIS, FERNANDO. *Dicionário de Jornalismo, Lisboa*. Editorial Verbo, 2001.
- CERVELLINI, SÍLVIA; FIGUEIREDO, RUBENS. *Contribuições para o conceito de opinião pública*. *Opinião Pública*, Campinas, v. III, nº 3, p. 171-185, dez. 1995. Disponível em: <http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cevellini.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.
- CERVI, EMERSON URIZZI. *Opinião pública e comportamento político*. InterSaberes. Curitiba, 2012.
- DAHLBERG, L. *The internet and democratic discourse: Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere*. In: *Information, communication and society*, 4:4, pp. 615-633, 2001.
- FÃS DA PSICANÁLISE. *Os impactos das redes sociais na vida em sociedade*. Disponível em: <<http://www.fasdpsicanalise.com.br/os-impactos-das-redes-sociais-na-vida-em-sociedade/>> Acesso em: 18 de maio de 2018.
- FRIER, SARAH. *Facebook diz que dados de maioria dos 2 bi de usuários são vulneráveis*. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/tecnologia/facebook-diz-que-dados-de-maioria-2-bi-usuarios-sao-vulneraveis/> > Acesso em: 14 de maio de 2018.
- G1. *Facebook anuncia a compra do Instagram*. Disponível em: < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/facebook-anuncia-compra-do-instagram.html>> Acesso em: 19 de maio de 2018.
- G1. *Instagram tem 800 milhões de usuários ativos por mês e 500 milhões por dia*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/instagram-tem-800-milhoes-de-usuarios-ativos-por-mes-e-500-milhoes-por-dia.ghtml>> Acesso em: 19 de maio de 2018.
- G1. *Perfil nas redes sociais influencia avaliação profissional, diz pesquisa*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/09/perfil-nas-redes-sociais-influencia-avaliacao-profissional-diz-pesquisa.html>> Acesso em: 20 de maio de 2018.
- GERSCHENFELD, ANA. *Nas redes sociais, a influência de cada um vai além do que se pensava*. Disponível em: <<http://www.publico.pt/2014/03/04/ciencia/noticia/nas-redes-sociais-a-influencia-de-cada-um-vai-muito-alem-do-que-se-pensava-1626917>> Acesso em: 20 de maio de 2018.
- GONÇALVES, S. I. CLÁUDIA. *A influência da Rede Social Facebook na Decisão de Voto*. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/9127/1/Dissertacao%20Claudia%20Goncalves_Influencia%20Facebook%20na%20Decisao%20Voto_Set2012.pdf> Acesso em: 14 de Maio de 2018.

HARADA, EDUARDO. *Facebook é palco de discussões e inimizades por causa de opiniões políticas*. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/politica/64408-facebook-palco-discussoes-inimizades-causa-opinioes-politicas.htm>> Acesso em: 21 de maio de 2018.

IG, TECNOLOGIA. *YouTube chega a 1,5 bilhão de usuários mensais e anuncia novos recursos*. Disponível em: <<http://tecnologia.ig.com.br/2017-06-22/youtube-usuarios.html>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

IG, TECNOLOGIA. *Youtube chega a 1,5 bilhão de usuários mensais e anuncia novos recursos*. Disponível em: <<http://tecnologia.ig.com.br/2017-06-22/youtube-usuarios.html>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

KIRKPATRICK, DAVID. *O efeito Facebook*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KLEINA, NILTON. *A história do Youtube, a maior plataforma de vídeos do mundo [vídeo]*. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/youtube/118500-historia-youtube-maior-plataforma-videos-do-mundo-video.htm>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

LIPPMANN, WALTER. *Opinião Pública*. 2. Ed, Rio de Janeiro, 2017.

LIPPMANN, WALTER. *Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MITOZO, ISABELE; MASSUCHIN, MICHELE; CARVALHO, FERNANDA. *Características do debate político-eleitoral no Facebook: Os comentários do público em posts jornalísticos nas eleições presidenciais de 2014*. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT4-Mitozo-Massuchin-e-Carvalho.pdf> p.2> Acesso em: 14 de Maio de 2018.

PERON, ALLAN. *[Infográfico] Facebook Marketing – Dados de 2016 da Maior Rede Social do Mundo*. Disponível em: <<http://www.allanperon.com.br/facebook-marketing/>> Acesso em: 19 de Maio de 2018.

PRADA, R.R. *La Opinión pública: análisis estructura y métodos para su estudio*. México: Trilhas, 1995.

RAJAN, AMOL. *8 razões que mostram que o Facebook atingiu seu auge e pode começar a perder influência*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-43128266>> Acesso em: 19 de Maio de 2018.

RAKER, ALESSANDER. *O perfil do Brasileiro no Facebook – Hábitos e Comportamentos*. Disponível em: <<http://www.alessander.net/o-perfil-do-brasileiro-no-facebook-habitos-e-comportamentos/>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RESULTADOS DIGITAIS. *Redes Sociais*. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/redes-sociais>> Acesso em: 19 de Maio de 2018.

REZENDE, JULIANA. *Fatores influenciadores nas decisões de consumo*. Disponível em: <<http://www.implantandomarketing.com/fatores-influenciadores-nas-decisoes-de-consumo/>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

SANTOS, V. L. C., SANTOS, J. E. *As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporânea*. HOLOS [en linea] 2014, 6 Acesso: 7 de Maio de 2018] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481547175023>> ISSN 1518-1634

SHIRAKASHI, R. *O twitter e suas postagens de 140 caracteres*. Disponível em: <<http://webinsider.com.br/o-segredo-do-twitter-e-suas-postagens-de-140-caracteres>>. Data de acesso: 22 de Maio de 2018.

TABAK, ALAN. *Hundreds Register for New Facebook Website*. The Harvard Crimson, 9 de fevereiro de 2004. Disponível em: Acesso em: 14 de Maio de 2018.

TORRES, C. *A bíblia do marketing digital*. São Paulo: Editora Novatec, 2009.

VIDMONSTERS. *Evolução do Youtube: Conheça a história dessa plataforma poderosa*. Disponível em: <<http://vidmonsters.com/blog/historia-do-youtube/>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.



WILLIAMS, C. B. e GULATI, G. J. (2009a). *Facebook Grows Up: An Empirical Assessment of its Role in the 2008 Congressional Elections*. 2009 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association. Chicago, IL, EUA: MPSA.

ZYWICA, JOLENE E DANOWSKI, JAMES. *The Faces of Facebookers: Investigating Social Enhancement and Social Compensation Hypotheses*. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14, 1-34, 2008.





O ACOMPANHAMENTO POPULAR DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA CONVOCAÇÃO DEMOCRÁTICA EM VOGA

Fabiana Aldaci Lanke¹

RESUMO


A política de educação como ferramenta de desenvolvimento humano e social, traz em si, garantia da materialidade do princípio da dignidade da pessoa humana. O presente estudo utilizou como metodologia análise da conjuntura para o trato da Política Pública de Educação brasileira. Objetiva verificar o quadro dinâmico do processo democrático de participação popular na construção coletiva da educação pública, com vistas a fomentar reflexões para atuação democrática na atualidade. Resgata-se a importância da inserção do princípio da dignidade da pessoa humana, na Carta Constitucional, e o projeto de renovação que envolveu o movimento participativo durante a Assembléia Constituinte, que impulsionou a absorção de anseios populares na consolidação de direitos sociais. Estabelece-se o estudo, para além da descrição de fatos do pós-constituente até a atualidade, sinalizando a seriedade da promulgação da Emenda Constitucional nº 95 de 2017, que instituiu Novo Regime Fiscal para os próximos 20 anos com “congelamento” de investimentos na educação, o que tende a impactar este direito do cidadão. Também são observadas as interferências governamentais sobre o controle social, espaços de formação paritária voltados a garantia da participação popular na construção das políticas públicas. Pela análise conjuntural conclui-se que o momento exige atenção e participação efetiva dos diversos espaços de representação democrática na garantia e estabelecimento da exequibilidade digna da Política de Educação. Além da necessidade de criação de novos espaços de atuação, que envolvam democraticamente a temática, nos órgãos associativos das diversas categorias profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Dignidade da Pessoa Humana, Política Pública de Educação.

RESUMEN

La política de la educación como herramienta para el desarrollo humano y social, trae en sí una garantía de la materialidad del principio de la dignidad de la persona humana. En el presente estudio se utilizó como metodología “análisis coyuntural” para el tratamiento de la política pública de la educación brasileña. Su objetivo es comprobar el cuadro dinámico del proceso democrático de participación popular en la construcción colectiva de la Educación pública, con miras a fomentar las reflexiones para actuación democrática en la actualidad. La importancia de la inserción del principio de la dignidad de la persona

1 Mestranda em Direito pelo PPGD/UNIRIO, Mestranda em Sistemas de Resolução de Conflitos pela UNLZ/AR, Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela UNOPAR/PR, Bacharela em Serviço Social pela Unc/SC. Associada à Práxis Ação Sistêmica. E-mail: fabiana@praxisistemica.com.br



humana, en la Carta Constitucional, y el proyecto de renovación que involucró el movimiento participativo durante la Asamblea Constituyente, que impulsó la absorción de los anhelos populares en la consolidación de los derechos sociales. Se establece el estudio, además de la descripción de los datos post-Constituyente hasta la actualidad, con la señalización de la seriedad de la promulgación de la Enmienda Constitucional nº 95 de 2017, que ha establecido Nuevo Régimen Fiscal para los próximos 20 años con la “congelación” de las inversiones en educación, que tiende a impactar este derecho ciudadana. También se observan interferencias del gobierno en el control social, espacios de formación “paritaria” centrada en garantizar la participación popular en la construcción de políticas públicas. Por el “análisis coyuntural” se concluye que el momento requiere atención y participación efectiva de los diversos espacios de representación democrática garantizar y establecer la viabilidad de la política educativa. Además de la necesidad de crear nuevas áreas de práctica, que impliquen democráticamente la temática, en los órganos asociativos de las distintas categorías profesionales.

PALABRAS-CLAVE: Democracia, Dignidad de la persona humana, Política Pública de Educación.

UMA VISÃO GERAL

A partir do direcionamento neoliberal, o Estado brasileiro ao longo das últimas décadas, vem executando políticas públicas setorizadas com cunho de “clientelismo político”. Questão que vai de encontro à universalidade dos direitos sociais, dirigido por ações focalistas, numa sequência de escolhas que ultrapassam gestões governamentais e afetam os entes federados².

A análise de conjuntura, método que orienta este estudo, permite verificação do contraste entre direito formal e a exequibilidade material da Política de Educação na atualidade. Pois, possibilita observar atores, acontecimentos, relações de força e cenários envolvidos³ no campo de opções políticas que impactam nas obrigações do Estado. Os direitos sociais descritos pela Carta Magna, devem se realizar pelas políticas públicas⁴, e estabelecerem espaços que permitam a participação popular na construção, monitoramento e avaliação das mesmas. Observar a conjuntura, justifica-se como caminho possível e necessário para traçar propostas de ação de defesa articulada e democrática do direito à educação.

Sobre a Carta Constitucional, se faz válido compreendê-la como ordem objetiva de valores que retrata as aspirações coletivas em época histórica específica. Pela Lei Maior, permite-se que valores construídos possam permear os sistemas social, político e jurídico de seu tempo. A Constituição Federal de 1988 marca a mudança política do país, após vinte anos de Regime Totalitário. A sociedade brasileira vislumbrava as possibilidades, sob a égide do Regime democrático que se instalava, para construir novas relações de futuro promissor aos seus descendentes.

Pela vez primeira, o princípio da dignidade da pessoa humana se apresentou na Carta Constitucional Brasileira, em seu artigo 1º que trata sobre os fundamentos da República⁵. Fato que consolida o momento de democratização, que ofereceu projeto de rompimento com o sistema imperante à época. A construção da Constituição Federal deu-se como pauta de transformação social e trouxe anseios de equilíbrio entre forças representativas progressivas e forças representativas de conservação. Articulou-se a distribuição do poder com compromissos finalísticos postos em pauta e organizaram-se os valores formalizados pelos direitos fundamentais. O projeto de transformação foi inserido no texto Constitucional, criando compromissos e estabelecendo, por exemplo, os direitos sociais como dever do Estado⁶. Os trabalhos da Assembleia

2 Para a autora Pereira (2010, p.737), as políticas públicas, por meio das ações fragmentadas do Estado Brasileiro, perdem sua dimensão integradora, caindo em uma visão focalizada e seletiva de ações. Limitando as responsabilidades do Estado, que passa a tomar ações que não atuam na estrutura da desigualdade social.

3 SOUZA, Hebert. *Como se faz análise de conjuntura*. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9.

4 COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 77.

5 O artigo 1º da Constituição Federal estabelece: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988)

6 O Artigo 6º da Constituição estabelece como direitos sociais do cidadão e dever do Estado: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

Constituinte, institucionalizou a participação popular, e agregou demandas sociais às normas que se elaboravam.

A inserção da dignidade humana, como um princípio da República, pode fornecer elementos para que a promulgação da Lei Maior construísse o cidadão de direitos. Ascenderam-se os direitos sociais, dentre esses a educação que se liga diretamente a consolidação deste princípio. Ocorre que o conjunto de políticas públicas, que configura a realização dos direitos sociais passaram a sofrer o impacto da implantação do Estado mínimo no país⁷. A educação como direito, mostrou-se vulnerabilizada, na relação de desarticulação de políticas públicas e alocação de direitos para iniciativa privada.

Neste íterim de fragilização deste direito, a própria formação cidadã pôs-se abalada, assim como, a formação política e técnica do indivíduo. De modo que as esferas do trabalho e as relações democráticas apresentaram quadro de precariedade pela inexecutabilidade das construções críticas e técnicas do cidadão.

Como assinala Tourine (1996, p.37) a democracia “Não é um conjunto de procedimentos, democracia é crítica aos poderes estabelecidos e uma esperança de libertação pessoal e coletiva, é a força social e política que se esforça para transformar o Estado de Direito”. Fundamental a reestruturação das relações estabelecidas, dos valores representativos e da aplicação devida das responsabilidades, para que se possa alcançar o ideal de uma sociedade efetivamente digna e democrática⁸. Constatções que asseveram a importância de debates permanentes voltados à realização deste direito como vinculação à dignidade humana.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A EDUCAÇÃO

Como mencionado, a Carta Constitucional, estabelece direitos (sociais, econômicos e outros) que relacionados aos direitos individuais compõem o mínimo de dignidade. Configuram as bases que permitirão ao indivíduo não apenas sua sobrevivência, mas acesso à vida social digna. Caracterizam-se três categorias de direitos que devem oferecer as condições de dignidade da pessoa humana, que se referem à educação fundamental, saúde mínima e assistência aos desamparados⁹.

Salutar resgatar os princípios filosóficos dos quais é extraída a dignidade da pessoa humana. O imperativo categórico de Kant¹⁰, origina proposições éticas em total oposição a ideias utilitaristas: “As coisas têm preço; as pessoas têm dignidade expressa na afirmação do valor humano. Uma pessoa deve agir de modo que a máxima de sua postura possa ser convertida em lei universal; e ainda, que cada indivíduo deve ser tratado como um fim em si mesmo.” Seguindo este preceito, qual centraliza o homem como fim em si e

7 O Estado Mínimo é descrito por Pereira (2012, p. 736-737) como direcionamento do Estado que marca a substituição do Estado Social pelas consignas: “[...] do livre mercado; das privatizações do patrimônio público; da flexibilização laboral; da negação dos direitos sociais; da substituição das políticas universais pelas focalizadas; da transformação da seguridade social em simples seguro, com descarte da assistência; e da primazia do mérito empreendedor dos indivíduos em detrimento dos direitos”.

8 Para Bobbio (1986, p. 23) “A democracia moderna, nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos, deveria ser caracterizada pela representação política”. O representante por sua vez deve estar disposto a “perseguir os interesses da nação”.

9 BARCELLOS, Ana Paula de. Normatividade dos princípios e o princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, nº 221, jul./set. 2000, p.187 - 188.

10 BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. Saraiva: São Paulo, 2010. p. 258.

relaciona a formação de um Estado para lhe servir, assim, não se trata de concepção individualista ou egoísta. Portanto, não se estabelece conflito na relação indivíduo e Estado, não se tratam de oposições, nem mesmo que o indivíduo seja constantemente privilegiado.

Então, seguindo esta orientação a busca seria para solucionar cada caso, visto que as circunstâncias declararão o benefício que será direcionado ao indivíduo em cada situação. Compreende-se, portanto, que cada pessoa possui valor último em si, configura-se como ser supremo da democracia.

“Ao lado dos marcos religiosos e filosóficos já identificados, existe um marco histórico significativo, que foi decisivo para o delineamento da noção atual de dignidade humana: os horrores do nacional-socialismo e do fascismo, e a reação que eles provocaram após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na reconstrução de um mundo moralmente devastado pelo totalitarismo e pelo genocídio, a dignidade humana foi incorporada ao discurso político dos vitoriosos como uma das bases para uma longamente aguardada era de paz, democracia e proteção dos direitos humanos.” (BARROSO, 2014, p. 18-19)

Os valores democráticos brasileiros, também são permeados pelo princípio da dignidade humana, que se inseriu na Lei Maior. A dignidade da pessoa humana como princípio fundamental incorpora o texto Constitucional, articulado com o anseio popular, considerando mudança após 20 anos de opressão por parte do Estado. Portanto, a pauta constituinte, fora fundamental para articular e reunir ideais de construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, de erradicação da pobreza e do desenvolvimento regional.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, manifestou-se na sociedade brasileira sentimento de “redescoberta da cidadania”. A partir de então, ocorreu um processo de “conscientização das pessoas em relação aos próprios direitos”, visto que o texto constitucional inovou criando direitos e introduzindo ações que eram inexistentes em contexto anterior¹¹.

O crescimento da demanda por justiça que se observou no período pós-Constituinte, implicou em “importante consequência jurídica”¹² no cenário nacional. Ao inserir no texto Constitucional, a dignidade da pessoa humana, provocou formalização da proteção social, princípio como valor, criou direitos fundamentais. Sob sua égide o princípio da dignidade da pessoa humana acolhe dois aspectos: um que corresponde a um núcleo mínimo, consenso público transformado em norma jurídica, decisão fundamental do constituinte originário; já o outro será desenvolvido na esfera política, de tal modo que as ações administrativas serão implicadas por deliberações específicas, que estejam em acordo com as demandas da população. Estes efeitos da aplicação do princípio donde se extraem direitos se encontram no espaço jurídico pelo aspecto de imperatividade. Portanto, impõe a realização dos efeitos propostos para estabelecer o que pode ser exigido com fundamento nesse princípio¹³.

A inovação marcou o estabelecimento dos direitos fundamentais, importante ressaltar que esta construção ocorre em um contexto histórico-cultural de determinada sociedade. Nesse caso, por exemplo, os direitos fundamentais de diferentes países podem divergir, de acordo com as particularidades culturais e históricas de cada civilização, mesmo pelo entendimento.

11 BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. Saraiva: São Paulo, 2010. p.435.

12 MORAES, Maria Celina B. *Na medida da pessoa humana: estudos de direito civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. p. 29.

13 BARCELLOS, Ana Paula de. Normatividade dos princípios e o princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, nº 221, jul./set. 2000, p.187 - 188.



No âmbito de Estado democrático, como o brasileiro, a atuação popular permite que se assegurem condições para que o princípio da dignidade da pessoa humana seja efetivado como fomento à construção de relações colaborativas. Relações a serem partilhadas entre indivíduos, coletivos, sociedade e Estado na elaboração de realidades que atendam aos anseios sociais e se consolidem nos direitos sociais, como a educação por exemplo.

O princípio da dignidade da pessoa humana, que fundamenta a República se considera violado, quando não cumprido o direito a educação. Fundamental que a população acesse indiscriminadamente este direito, vez que pela educação se permite desenvolver capacidades democráticas¹⁴ e habilidades aperfeiçoadas de convívio social.

A CONJUNTURA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

O Governo Brasileiro, a partir do governo Collor de Mello (1990) efetua em reformas neoliberais, orientadas por organismos internacionais. A visão ideológica sobre as políticas sociais tende ao viés do liberalismo econômico, gerando apropriação das políticas como prêmio ao trabalhador, e não como um direito provido pelo Estado¹⁵.

Este processo de direcionamento de políticas para a classe trabalhadora, como forma velada de controle do cidadão, fora apresentado por Santos (1979, p.75) como “Cidadania Regulada”, indicando que a “chave de acesso” para qualquer direito fora a Carteira de Trabalho. O perfil de trabalhador foi tido como parâmetro para o reconhecimento de cidadão, e ainda, sobre as categorias profissionais com sistema rígido de regulação e menosprezo dos vínculos informais. Inclusive sobre filiação procedimentos sindicais, de tal modo que as manifestações dos trabalhadores sofriam intensa vigilância do Estado.

A descrição apresentada corrobora com a linha condutora deste trabalho, que percebe os direitos sociais, desde sua gênese, conduzidos de forma restritiva e segregada. Embora garantida pela Constituição Federal e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996¹⁶. Neste sentido, como temática central de análise a educação é profícua para discussão sobre as condições de dignidade da pessoa humana. Brandão (1983, p. 105) cita o debate sobre a educação como constante, por ser política responsável pela produção do conhecimento e formação da sociedade. Assim, o poder que controla politicamente a

14 A construção de ideias plurais rompe com lógicas violentas, pois considera a participação de todos e a manifestação de pensamentos diferentes. “As tão frequentemente ridicularizadas regras formais da democracia introduziram pela primeira vez na história as técnicas de convivência, destinadas a resolver os conflitos sociais sem o recurso à violência. Apenas onde essas regras são respeitadas o adversário não é mais um inimigo (que deve ser destruído), mas um opositor que amanhã poderá ocupar o nosso lugar.” (BOBBIO, 1986, p. 38).

15 Segundo Pereira (2012, p. 739-742). Após a crise estrutural do capital da década de 1970, o Banco Mundial e demais organismos internacionais traçaram metas para os países em desenvolvimento, muitas relacionadas a educação e o preparo mão-de-obra para as necessidades da globalização do capital. No Brasil a intensificação ocorreu a partir do Governo Collor, que para a autora, o período configurou “destruição das frágeis conquistas democráticas.”

16 No artigo 2º a LDB estabelece: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).



ordem social, determina ideologicamente o saber, o sistema de pensamentos e de valores. Esta referência de controle se apresenta como legítima, por isso cria e recria instrumentos de dominação de forma que as pessoas sejam colocadas em relação de opressão. Desta forma, pelo controle ideológico, as pessoas passam a pensar dentro desta relação estabelecida, ou seja, naturalizando este poder de controle com pensamentos “pensados por ele” e acreditando que pensam por si. O projeto educacional como um desses instrumentos e como estratégia política é capaz de formar e reproduzir socialmente conteúdos ideológicos.

Segundo Barcellos (2000, p.186) “A educação fundamental é pressuposto essencial na formação de cidadãos capazes de participar de uma democracia, bem como na capacitação mínima para o trabalho.” Ou seja, a política de educação reflete diretamente sobre o desenvolvimento socioeconômico e político da sociedade como um todo. Como uma engrenagem, a educação se articula na formação dos indivíduos que por sua vez poderão construir as condições para progresso do país. Contudo, não apenas a educação fundamental, mas o processo educacional deve se articular em totalidade, permitindo que também o educador possa acessá-lo para sua formação e consciência política. Visto que, a relação hegemônica ideológica constituidora da sociedade capitalista tendência para segregação e privilégios classistas, convertendo as políticas públicas em benefícios provisórios.

Neste sentido, Mézáros (2008, p.61) expressa que “[...] o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas [...]”. Ocorre que o processo de efetivação do direito à educação tem-se realizado por ações governamentais distanciadas de uma política nacional e duradoura, caminhando sentido à redução de direitos.

Este processo, a exemplo, culmina com a implantação da Emenda Constitucional (EC) nº 95 de 2016, que institui Novo Regime Fiscal do Governo brasileiro para os próximos vinte anos. De acordo com Souza (2010, p.95-96) as frequentes alterações do texto da Constituição Federal de 1988 através de emendas, caracteriza-a como “a mais emendada” da história brasileira. O que também exige atenção pois, a taxa de “emendamento” da Constituição pode refletir duas situações: uma delas o nível de facilidade para emendá-la, outra questão implica o papel que o texto impõe frente as práticas dos operadores do Direito. Enquanto Projeto a EC nº 95, recebeu popularmente o nome de “PEC da Morte”, vez que implica, entre outros pontos, na redução crescente, “por congelamento”, de investimento público para a educação¹. Os investimentos “congelados”, tendem a depreciação continuada dos equipamentos públicos que permitem a materialização do direito à educação, pelo processo inflacionário da moeda².

A atenção de pessoas e instituições que agem democraticamente na defesa da educação, extravasa o campo de atuação cidadã como “possibilidade”, pois o contexto traz “necessidade” de ação. Como indica Kunzer (1999, p.61) é necessário repensar metodologias para a formulação das políticas públicas, e, para definir estrategicamente as responsabilidades de cada setor imbricado nesta relação. Considerando a atuação do Estado em todas as esferas de governo, e também as ações da sociedade civil e suas organizações. As Conferências de Educação (CONAE) são espaços formais para deliberações partícipe sobre esta política,

1 ROSSI, Pedro Rossi; DWECK, Ester. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. In: *Cadernos de Saúde Pública*. p. 2.

2 SINGER e BARBOSA indicam que: “Inflação é o fenômeno caracterizado pelo aumento sustentado do nível de preços da economia e é medida pela taxa de crescimento de um índice de preços. Existem vários índices, usados para diferentes propósitos. Os mais populares são os índices de preços ao consumidor, de preços ao atacado e o deflator implícito do produto.”

e, deve ser realizada em todos os entes federados precedendo a etapa nacional. Este, espaço já vem sendo institucionalizado há décadas, remonta a década de 1930, período donde provém o “Manifesto dos Pioneiros pela Educação”³.

O órgão de ampla representação social para efetivação da CONAE é o Fórum Nacional de Educação (FNE), que tem formação paritária e configura-se como órgão deliberativo e fiscalizador, composto paritariamente. Contudo, o Ministério da Educação (MEC), publicou por meio da Portaria nº 577 de 27 de abril de 2017, alterou substancialmente a composição e a alocação do FNE⁴, vinculando-o administrativamente ao Gabinete do Ministro da Educação. O ato que configurou intransigência repercutiu intenso debate dos órgãos representativos de trabalhadores da educação, movimentos sociais e demais entidades, que exigiram trabalho de reestruturação do FNE. Como uma das medidas necessárias, o MEC publicou a Portaria nº 12 de 09 de janeiro de 2018⁵, voltado a reestabelecer composição ao FNE. Também publicou a Portaria nº 577 de 19 de junho de 2018⁶, para o mesmo fim.

As políticas educacionais e seus equipamentos públicos demandam por avaliação contínua, principalmente, sob a complexidade do contexto sócio jurídico atual. Segundo Gramsci (2001, p.19) “O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico - industrial, o mais civilizado, etc.”. Clarifica-se nesta afirmação o quanto a oferta adequada da Política de Educação afeta o desenvolvimento da própria humanidade. Dada a emergência de atuação coletiva com vistas à defesa da educação, como direito da população brasileira, importante assegurar-se que: “A história, sempre aberta ao tempo, terá de ser forjada nessas lutas com objetividade e estratégia definida.” (EVANGELISTA; LEHER, 2012, p. 23). De tal modo que a presença popular, com medidas organizadas e orientadas para ação efetiva, envolva-se de forma plena com mobilizações sociais que promovam a educação como valor da dignidade humana. Então, pela atuação efetiva da sociedade civil organizada, vislumbra-se defender a oferta pública desta política, como direito social assegurado e indiscriminado.

CONCLUSÃO

Evidencia-se pelo estudo, a atual conjuntura da Política de Educação no Brasil, expressa por momento de incerteza na efetivação desse direito Constitucional. As práticas demandadas pelo Estado como prestador

3 O Manifesto Pioneiros pela Educação Nova, resultou em documento assinado por 26 intelectuais brasileiros dentre estes Anízio Teixeira, Cecília Meirelles, Afrânio Peixoto. Este documento constatava a desorganização do aparelho escolar a época e lançava propostas para que o Estado organizasse um sistema de Educação pública, laica, obrigatória e gratuita, este manifesto “revela-se atual”. (MEC, 2014, p.13).

4 O artigo 3º da Portaria 577/2017 apresenta: “O FNE e as Conferências Nacionais de Educação estarão administrativamente vinculados ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação, e receberão o suporte técnico e administrativo da Secretaria-Executiva Adjunta, para garantir seu funcionamento.” (MEC, 2017)

5 O artigo 1º da Portaria 12/2018 declara: “O Fórum Nacional de Educação - FNE, instituído pela Portaria MEC nº 577, de 27 de abril de 2017, fica acrescido das entidades relacionadas a seguir: I - Comitê Brasileiro de Organização Representativa das Pessoas com Deficiência - CRPD; II - Movimento Amazônia Negra; III - Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI; IV - Associação Nacional das Escolas Católicas - ANEC; e V - Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - ABIEE. (MEC, 2018).

6 A Portaria MEC nº 577/2018 apresenta em seu artigo 1º: “O Fórum Nacional de Educação, instituído pela Portaria MEC nº 577, de 27 de abril de 2017, fica acrescido das entidades relacionadas a seguir: I - Associação Nacional das Universidades Particulares; II - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.” (MEC, 2018)

da educação, sinalizam desarticulação dos sistemas de controle social e fragilização do acompanhamento popular. Situação que exige profunda atenção de todos os setores da sociedade, pois, demonstra descon siderações ao processo democrático na construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A gravidade situacional, posta pelo programa de Estado que atua com “congelamento” de investimentos na área da Educação, requer que as instâncias de representação civil sejam con clamadas para ação ativa. Deste modo, compreende-se que o momento requisita ampliação dos horizontes sobre o que já está construído como espaços de participação popular⁷. Inclusive, ao se constatar ingerências governamentais demandadas sobre constituição desigual do FNE, bem como, a vinculação administrativa das Conferências de Educação diretamente ao Gabinete do Ministro.

Assim, a proposta que se alavanca sugere a construção de novas arenas e mecanismos populares, que possam estimular a sociedade em participar democraticamente, e, fomentem debates sobre a Política de Educação em órgãos associativos das categorias profissionais. Corroborando com Tourine (1996, p.85) que se refere aos princípios de liberdade, justiça e respeito pelo ser humano como bases da democracia, portanto, a ação deve ocorrer pela constante redução da violência e crescente atuação refletida e discutida pelos atores sociais.

Assim, pode-se compreender como formas representativas democráticas, as organizações das diversas profissões que são atravessadas pela educação. De modo que se fazem sensíveis ao direcionamento dado a este direito, na formação cidadã e técnica-laborativa da população. A convocação para que categorias de classe se envolvam ativamente nos debates dos Conselhos locais, Conferências em todos os níveis de gestão e monitoramento da política pública de educação, ocorre como inexorável reação social à situação vigente.

Entende-se que os processos de fiscalização contínua da política pública de educação em Fóruns, movimentos sociais e demais formas de atuação cidadã, podem favorecer a manutenção de sua oferta. Portanto, é necessário que estes espaços também possam ser acompanhados e incentivados também pela comunidade científica, sobretudo nos próximos anos de vigência do Regime Fiscal atual.

De modo que se possa, coletivamente, desenvolver formas de atuação democrática, presente e concreta que possibilitem às próximas gerações condições formais e materiais de educação digna, pública e cidadã.

7 A autora Rocha (2008, p. 137), analisando a Constituição Federal após duas décadas, observa avanços nas políticas sociais brasileiras – saúde, educação, assistência social dentre outras, que “[...] contam com espaços institucionalizados de participação social, denominados conselhos, que se configuram como órgãos administrativos colegiados com representantes da sociedade civil e do poder público.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Ana Paula de. Normatividade dos princípios e o princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, nº 221, jul./set. 2000. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47588/45167> > Acesso em: 15 jul. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. Saraiva: São Paulo, 2010.

_____. Luis Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Belo Horizonte : Fórum, 2014.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm > Acesso em 05 jul. 2018.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

EVANGELISTA, Olinda e LEHER, Roberto. Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. *Trabalho Necessário*. N. 15, ano 10, p. 1 - 29, 2012. Disponível em : < <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher20e%20Olinda%20Evangelista.pdf> >. Acesso em: 05 jul. 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Brasileira, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Planejamento educacional no contexto da democratização da sociedade: pressupostos. In:_____.; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter. *Planejamento e educação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 61-78.

MÉZAROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. Brasília: MEC/SASE, 2014.

_____. Portaria nº 577 de 27 de abril de 2017. Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, 28 de abril de 2017, Brasília, DF, nº 81, Seção 1, p. 39.

_____. Portaria nº 12, de 09 de janeiro de 2018. Acresce à composição do Fórum Nacional de Educação as entidades que menciona. *Diário Oficial da União*, 10 de janeiro de 2018, Brasília, DF, nº 07, Seção 1, p. 39.

_____. Portaria nº 577, de 19 de junho de 2018. Acresce à composição do Fórum Nacional de Educação as entidades que menciona. *Diário Oficial da União*, 20 de junho de 2018, Brasília, DF, nº 117, Seção 1, p. 14.

MORAES, Maria Celina B. *Na medida da pessoa humana: estudos de direito civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

PEREIRA, Potyara A. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out/dez, 2012.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e

desafios. In: VAZ, Flávio T.; MUSSE, Juliano S.; SANTOS, Rodolfo F. *20 anos de Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social*. Brasília: ANFIP, 2008. p. 131-148.

ROSSI, Pedro e DWECK, Ester. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf > Acesso em 02 de jul. 2018.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro: Campos, 1979.

SINGER, Paul; BARBOSA, Fernando de Holanda Barbosa. *Inflação*. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/inflacao> >. Acesso em; 10 jul. 2018.

SOUZA, Celina. Instituições e mudanças: reformas da Constituição de 1988, federalismo e políticas públicas. In: HOCHMANN, Gilberto, FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs.) *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. p. 65-86.

SOUZA, Hebert. *Como se faz análise de conjuntura*. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURINE, Alain. *O que é democracia?* 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.



A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA PSICOLÓGICA CULTURAL PARA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Glenda Janaína Santos da Silva¹

Maria Eva Freire de Alkimim²

RESUMO

O presente artigo trata acerca da incidência da psicologia cultural na aprendizagem. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica. São abordados os principais fundamentos da psicologia cultural como um dos aportes mais significativos para contribuir para a educação de jovens e adultos. Enfatiza as diferentes perspectivas de análise do fenômeno cultural com relação aos processos Educativos, e se reflete na necessidade de integrar o contexto cultural na aprendizagem do jovem e adulto. Aponta alguns exemplos de utilização da Psicologia Cultural na aprendizagem. Concluindo que a teoria da Psicologia Cultural tem larga aplicação na educação de jovens e adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Cultural. EJA. Cultura. Ensino.

RESUMEN

El presente artículo trata sobre la incidencia de la psicología cultural en el aprendizaje. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica. Se abordan los principales fundamentos de la psicología cultural como uno de los aportes más significativos para contribuir a la educación de jóvenes y adultos. Enfatiza las diferentes perspectivas de análisis del fenómeno cultural con relación a los procesos Educativos, y se refleja en la necesidad de integrar el contexto cultural en el aprendizaje del joven y adulto. En el caso de la Psicología Cultural en el aprendizaje, apunta algunos ejemplos de utilización. Concluyendo que la teoría de la Psicología Cultural tiene amplia aplicación en la educación de jóvenes y adultos.

PALABRAS-CLAVE: Psicología Cultural. EJA. Cultura. Educación.

1 Graduada em Pedagogia pela FERP. MBA em Gestão de Pessoas pela UniFOA. Pós Graduada em PIGEAD pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestranda em Educação pela Universidad de La Empresa- UDE- Montevideo Uruguay.

2 Licenciada em Matemática pelo IFNMG Campus-Januária. Mestranda em Educação pela Universidad de La Empresa- UDE- Montevideo Uruguay.



INTRODUÇÃO

Este artigo aborda uma perspectiva de aprendizagem e instrução na qual se considera que ambas se relacionam propriamente com o contexto sociocultural no qual são conduzidas. Nutrindo-se da teoria sociocultural, este estudo contempla a aprendizagem como situada não simplesmente dentro dos processos cognoscitivos individuais, mas também no meio dos processos individuais e socioculturais. Desta perspectiva, o estudo da aprendizagem é focado nos processos de interação entre os aprendizes e outras figuras sociais mais competentes e não, por exemplo, na avaliação de aprendizagem individual.

Durante muito tempo, a psicopedagogia enfatizou os processos mentais que intervêm na aprendizagem sem prestar maior atenção ao componente cultural que se integra de maneira funcional neste. Em resposta a isso, a psicologia cultural constitui um aporte significativo, pois propõe a relação entre processos mentais e o contexto social; quer dizer, entre mente e cultura.

A psicologia cultural aplicada ao âmbito educativo apresenta a aprendizagem como a conjunção entre os processos internos e os componentes socioculturais. E esta visão é importante para facilitar a aprendizagem e torná-la mais efetiva, quando os sujeitos da educação são os jovens e adultos.

A EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS (EJA)

O campo da educação para jovens e adultos se orientou historicamente para atender a uma necessidade que se caracteriza, por um lado por não poder ir à escola e por outro lado (em caso de aceder à escola) não haver finalizado os estudos e retomar a escolaridade após sucessivos fracassos (VARGAS, 2010). Em consequência, se consolidou como uma oferta educativa resultado dos acasos da escolarização inicial, da condição educativa e cultural dos setores sociais subalternos, e teve um caráter fortemente compensatório que não conseguiu resolver o círculo Vicioso da desigualdade social.

Nos últimos anos, a educação de jovens e adultos cobrou uma maior visibilidade e voltou a ser objeto de atenção das políticas educativas estatais, de agências multilaterais e de instituições acadêmicas: dada a crescente pressão social pela acreditação de saberes e conhecimentos socialmente necessários para permanecer ou ingressar no mercado de trabalho ou para se integrar como cidadão à sociedade.

Uma educação de jovens e adultos de qualidade é aquela que oferece conteúdos relevantes para os diversos tipos de pessoas, vinculados com sua vida, e que o faz eficazmente, assegurando o alcance dos propósitos com todos. Para alcançá-lo com todos, trata diferenciadamente os jovens e adultos e atende mais e melhor os menos beneficiados, ao menor custo possível.

O público que frequenta EJA é marcado por sua heterogeneidade, ou seja, é constituído por grupos oriundos de diferentes frações da classe trabalhadora. A EJA atende os mais diversos perfis de alunos: adolescentes, adultos, idosos, trabalhadores, desempregados, pessoas que vieram da zona rural, pessoas que vieram de periferias, e muito mais (VARGAS, 2010). São pessoas que não tiveram ou acesso e/ou permanência na escola, na idade apropriada e retornam em busca do resgate desse direito. Ou seja, uma grande parcela dessas pessoas, são trabalhadores buscando melhores oportunidades e condições de vida.

É necessário considerar que as pessoas jovens e adultas têm saberes e aprendem com base em suas

experiências de vida, e assim mesmo, para que as novas aprendizagens sejam significativas, devem ser integradas nas funções sociais que as pessoas desempenham em nível de trabalho, na vida cotidiana como membro de uma família, em sua participação na vida da comunidade e como cidadão de um país e do mundo.

A TEORIA SOCIOHISTÓRICA DE VYGOTSKY

As ideias de Vygotsky sobre como a cultura se relaciona com a aprendizagem é expressa em dois aspectos importantes de sua teoria: primeiro na ideia da mediação, e segundo, na natureza social de aprendizagem.

Ao introduzir o conceito da *mediação*, Vygotsky assinalou que as estruturas psicológicas estão, em sua constituição, compenetradas pela construção de artefatos culturais. Ao interagir com o mundo, as pessoas utilizam os meios que outros utilizaram para atuar sobre o mundo. Estes meios são apropriados, armazenados, e empregados de novo em um processo acumulativo de apropriação, ajuste e transmissão. Portanto, estes meios refletem a história de como outros interagem com o meio ambiente (social e material). Vygotsky distinguia entre ferramentas e signos, vistos ambos como mecanismos de transformação no desenvolvimento humano. As ferramentas oferecem um meio auxiliar para o trabalho, e de maneira análoga, os *signos* (chamados também ferramentas simbólicas) oferecem um meio auxiliar para resolver os problemas psicológicos como o recordar, comparar e informar (VYGOTSKY, 2007). Isto quer dizer que a perspectiva vygotkiana não só introduziu uma perspectiva social sobre o desenvolvimento, mas que também enriqueceu a perspectiva sobre o desenvolvimento com um enfoque sociohistórico. Esta dimensão sociohistórica significa uma orientação totalmente diferente para a atividade e o desenvolvimento humanos quando se compara com as abordagens psicológicas tradicionais à aprendizagem. Com a introdução do conceito da mediação, o estudo do desenvolvimento se concentra na apropriação de formas histórica e culturalmente construídas de tratar com o meio ambiente (WERTSCH, 1988). Esta dimensão sociohistórica mostra que ao se apropriarem ferramentas de mediação, os humanos adquirem uma estrutura que os relaciona com o legado sociocultural de outros (VYGOTSKY, 2007). Isto implica que a ação humana fica vinculada aos sistemas culturais de criação de significado, como a linguagem e a escrita. Quer dizer, fica vinculada às formas socialmente construídas e significativas em que outros seres sociais respondem aos dilemas materiais e sociais.

Por outro lado, as ideias de Vygotsky sobre a forma em que acontece o desenvolvimento, ou seja, através de um processo ativo de orientação social, referem-se a um segundo âmbito de seu trabalho que aponta para a natureza sociocultural da aprendizagem. Vygotsky (2007) distingue entre dois níveis de desenvolvimento. O primeiro é o nível real que é o nível de desenvolvimento do indivíduo já realizado. É um caminho já percorrido. O segundo nível é definido como o nível em que os indivíduos podem alcançar com a ajuda de outros seres sociais. A diferença entre os dois níveis é denominada de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). É a distância entre o nível de desenvolvimento real, que é determinado pela resolução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, que é determinado pela resolução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com pessoas mais capazes. A ZDP, diferentemente de outros modos mecânicos de aprendizagem, é considerada como um processo de compreensão. É o tipo de

aprendizagem no qual as pessoas vão sendo introduzidas na vida intelectual daqueles que estão a sua volta. A aprendizagem não é um processo autônomo, mas se constitui em parte pelos esforços de outros que orientam o desenvolvimento das pessoas por vias culturalmente aceitas. A pessoa internaliza estes esforços dos outros seres sociais em uma etapa posterior (e ao mesmo tempo os reconstrói) e chegam a ser parte das próprias funções psicológicas dessa pessoa. O desenvolvimento, portanto, é baseado principalmente na internalização da interação social e nas ferramentas de mediação que são utilizadas nesta interação. A internalização como um mecanismo importante no desenvolvimento consiste na transformação da atividade externa, social, em atividade interna, psicológica, mediante uma reconstrução interna da atividade. As funções psicológicas existem primeiro entre as pessoas e logo, por internalização, dentro das pessoas. Ao ver as funções psicológicas como formas internalizadas dos padrões interacionais socioculturais, Vygotsky coloca a aprendizagem definitivamente em um marco sociocultural.

O enfoque de aprendizagem de Vygotsky vincula claramente a aprendizagem com o contexto sociocultural. Confere aos constructos socioculturais e a interação social um lugar central na explicação de desenvolvimento e a aprendizagem, e demonstra as forças constitutivas que os constructos socioculturais têm para o desenvolvimento.

A Zona de Desenvolvimento Proximal proporcionou as bases para a construção de uma noção chamada de andaime (*scaffolding*) ou regra de contingência (BRUNER *et al*, 1976) que significa que se a pessoa vai bem, deve ser oferecida menos ajuda. Se houver problema, oferece-se mais ajuda. Os mediadores devem alternar entre níveis de instrução sejam verbais, mais descontextualizados, ou não verbais, contextualizados, segundo a compreensão da pessoa. E quando essa pessoa já compreendeu ou pode caminhar sozinha, o andaime é retirado.

Mais tarde, Valsiner estende a noção de ZDP a um conceito de três zonas que descreve as ações das pessoas dentro de um ambiente culturalmente estruturado. Abonando à noção de ZDP, Valsiner introduz a ZML - Zona de Movimento Livre (ZFM – *Zone of Free Movement* em inglês) que se refere basicamente a um conjunto de restrições que definem a liberdade de ação da pessoa, e o conceito complementar da ZAP - Zona de Ação Fomentada (ZPA – *Zone of Promoted Action* em inglês) que representa as ações das pessoas que são incentivadas.

A noção original de ZDP vem sendo o vínculo entre estes mecanismos ou estruturas inibitórios e estimulativos, já que representa a zona exata na qual o desenvolvimento fomentado estabelece as restrições existentes. Este complexo inibitório-estimulativo depende do contexto cultural e dos significados que lhe é dado. Valsiner enfatiza que são imprevisíveis os resultados de desenvolvimento, que são derivados da constante reestruturação de ambiente ocasionada pelas próprias ações da pessoa e as dos outros seres sociais. Por outro lado, afirma que a forma na qual são construídas as diferentes zonas varia segundo as crenças culturais acerca de desenvolvimento. Por exemplo, em algumas culturas são proporcionadas uma Zona de Movimento Livre mais ampla e uma Zona de Ação Fomentada estreita, o que representa uma situação onde é permitido que as pessoas façam muitas coisas, contudo não são estimuladas a fazer coisas específicas. Em outras culturas é proporcionado às pessoas uma Zona de Movimento Livre estreita e uma Zona de Ação Fomentada que se parece à Zona de Movimento Livre, o que representa a situação na qual as pessoas só podem atuar, e se espera que atuem de um número limitado de maneiras (DANIELS, 2003).

PSICOLOGIA CULTURAL

Não se pode pensar em educação sem considerar como se transmite uma cultura.

Bruner Nos anos sessenta surge a denominada revolução cognitiva como reação ante o tipo de psicologia desenhada pelo condutismo radical. O projeto inicial defendido pela revolução cognitiva pretendia instaurar o significado como objeto de estudo da psicologia. Sua meta era descobrir e descrever formalmente os significados que os seres humanos criavam a partir de seus encontros com o mundo, para logo propor hipóteses acerca dos processos de construção de significado em que se baseava (BRUNER, 1997). Por outro lado, a revolução cognitiva quis, em princípio, incluir a cultura no esquema geral de interpretação da natureza psicológica do indivíduo. Esta revolução pretendia ser mais que uma maneira de melhorar o condutismo. Devia fundar uma psicologia centrada no processo de criar significado. A Psicologia Cultural é uma decorrência da revolução cognitiva.

Ainda que não haja sido a primeira tentativa de acercar a cultura ao eixo central da psicologia, a Psicologia Cultural aporta alguns elementos novos a esta relação. Cole (1999), um dos principais autores desta proposta, defende uma psicologia da cultura, que seria uma psicologia que incorpora a cultura na mente. Esta não se constitui como um novo ramo ou subárea da psicologia, mas em uma psicologia que trata da cultura, como o seu aspecto central. As principais características da psicologia cultural seriam, segundo Cole (1999), a ênfase na ação mediada no contexto e a concepção de que a mente surge na atividade mediada conjunta das pessoas. Os indivíduos são considerados como agentes ativos de seu próprio desenvolvimento, contudo a forma como eles agem nos diferentes entornos depende da organização cultural específica de cada contexto.

A psicologia cultural pode ser entendida como o estudo da maneira na qual as tradições culturais e as práticas sociais regulam, expressam, transformam e permutam o psiquismo humano, resultando, não em uma unidade psíquica do gênero humano, mas nas divergências culturais e étnicas no corpo, a mente e as emoções. A psicologia cultural está interessada na análise dos modos nos quais o sujeito e o objeto, o eu e o outro, a *psique* e a natureza, a pessoa e o contexto, a figura e o fundo, vivem juntos (ROGOFF, 2005).

Ante a pergunta o que é a psicologia cultural? Shweder (1990, p. 1) afirmava: “é o estudo da maneira em que as tradições culturais e as práticas sociais regulam, expressam e transformam a mente humana”. Em realidade, é o estudo da “tensão irreduzível” (WERTSCH, 1988) entre as pessoas e os objetos, instrumentos ou artefatos culturais que utilizam. A psicologia cultural é o estudo da constituição mental de e pelas formas simbólicas, isto é, ações e expressões humanas significativas, discursivamente estruturadas, historicamente contextualizadas e socialmente produzidas, reproduzidas e transmitidas.

Bruner (1997) definiu a psicologia cultural como o estudo da vida mental situada, o estudo do processo mental em vivo. Frente ao exercício da abstração cognitiva e a tradição experimental, que a psicologia cultural não nega, se soma o interesse em estudar o fenômeno psicológico sob a influência “do cultural”.

A psicologia cultural é um modo de entender a teoria e prática psicológica que assume a ideia de que a cultura e a mente são inseparáveis uma vez que se constituem mutuamente (ROGOFF, 2005). Nas palavras de Valsiner (2012:21) a “pessoa pertence à cultura” e a “cultura pertence à pessoa”.

Para evitar uma dicotomia entre o individual e pessoal por um lado, e o nível social, ambiental mais amplo por outro, ambos são vistos como parte de uma mesma dinâmica. Ambos os níveis formam um todo integrado e só mediante a análise podem ser distinguidos como dois planos diferentes. A unidade de análise não é nem a interação, nem o contexto sociocultural, mas sua interrelação. Isto pode ser ilustrado com o “modelo de evento contextual” proposto por Rogoff (2005), que considera que o contexto e as atividades das pessoas juntas produzem os eventos psicológicos, seus significados são derivados de sua integração no evento psicológico.

A aprendizagem e a cultura como dois lados do mesmo processo de desenvolvimento que se reconstruem mútua e constantemente. Por um lado, os contextos culturais constituem os resultados de atividades de aprendizagem passadas e as condições para os eventos atuais de aprendizagem. Por outro lado, as atividades de aprendizagem reproduzem e transformam suas estruturas condicionantes. Isto implica que ao estudar a aprendizagem, não deveria ser limitada aos processos interacionais e ao contexto situacional “direto” (definições de problemas, interpretações de tarefas), mas ampliar o enfoque para a relação dinâmica entre os processos interacionais e o contexto sociocultural que compenetra esses processos.

Devido a esta relação dinâmica entre a aprendizagem e o contexto cultural é impossível ver a aprendizagem como assunto individual limitado ao desenvolvimento do indivíduo. Como os processos individuais de aprendizagem são definidos por, e constituintes de, seu contexto sociocultural, os processos individuais de aprendizagem transformam as comunidades nas quais são realizados e por sua vez são constituídos por elas.

A principal teoria, dentro deste âmbito de psicologia, é a proposta por Cole e desenvolvida por autores que se inspiraram em sua obra, de forte orientação sociocultural. Cole (1999) nega a relação de causa e efeito para explicar as relações entre a cultura e os aspectos psicológicos; supõe que a mente e a cultura se constroem em um processo dinâmico. Propõe uma psicologia cultural que é marcada pela psicologia histórico-cultural russa e enfatiza os seguintes aspectos: a mediação através de artefatos, o desenvolvimento histórico e a atividade prática, como eixos centrais de análise. Este autor destaca a produção, acumulação e transformação histórica dos artefatos. Neste ponto, traça uma relação direta com Vygotsky, ao ressaltar a natureza social dos artefatos e as origens sociais dos processos mentais humanos.

Apesar de que podem ser distinguidos os vários enfoques e perspectivas em psicologia cultural, pode-se afirmar que os distintos autores e perspectivas compartilham uma ideia crucial, a meta da psicologia cultural é entender como os processos de desenvolvimento humano têm lugar na cultura. E por “cultura” não se quer dizer algo abstrato, incorpóreo, distanciado da vida das pessoas. Ao contrário, trata-se precisamente de formas de vida, práticas familiares, sistemas econômicos, mensagens televisivas, sentidos e significados compartilhados por um determinado casal ou grupo nacional, símbolos religiosos e demais artefatos físicos e simbólicos que constituem a origem, o substrato, a raiz do fenômeno psicológico (COLE, 1999).

Em uma visão mais prática, pode-se dizer que do mesmo modo que nosso organismo se nutre das proteínas e demais substâncias adquiridas através da alimentação, nossa mente (nossos desejos, expectativas, percepções, lembranças, emoções e pensamentos) se desenvolve graças a uma nutrição cultural. Aquilo que é visto na televisão, a conversação mantida com os amigos e amigas, as relações familiares, a religião, etc.. Neste sentido, graças aos avanços em neurociência cognitiva e em neuroreabilitação, sabe-se que o ser

humano é aquilo que ele faz. Dito com outras palavras, que o cérebro de um japonês e um brasileiro são distintos e que inclusive o cérebro de um brasileiro em relação a outro brasileiro também o é.

As mudanças produzidas no cérebro e na conduta são o resultado do uso. Quer dizer, aquilo que não é utilizado se perde ou, dito afirmativamente, aquilo que é utilizado se desenvolve. É a capacidade do cérebro de ser plástico (adaptar-se, ajustar-se) ao ambiente.

Os taxistas de Londres, por exemplo, têm uma memória espacial extraordinária. Em comparação com não-taxistas da mesma idade e, em função do tempo que levam trabalhando, mostram um hipocampo anterior menor e um hipocampo posterior maior (Maguire, Woollett e Spiers, 2006). Isso indica que ao utilizar as habilidades de navegação espacial de modo habitual, desenvolve consideravelmente a zona cerebral implicada nestas habilidades.

Outra vez mais, “somos aquilo que fazemos” ou, nas palavras de Ratner (2008): somos produzidos pelos produtos que produzimos. De fato, o que Vygotski mostrou é que o a pessoa supera suas restrições, limitações e regulações biológicas a partir da intervenção sobre ela mesma através da modificação do meio. Pondo, por exemplo, o despertador às 9 da manhã. Vygotski diz que a cultura permitiu ao homem condicionar-se a si mesmo desde fora (mediante o despertador, a bandeira, o semáforo, o crucifixo, a agenda, a medicação) e, ao fazê-lo, deixar paradoxalmente de estar condicionado. Um condicionamento assumido permite superar o condicionamento. De modo que superamos a memória associativa natural mediante a criação de monumentos, anotando dados importantes em uma agenda ou computador, o que se poderia chamar memória culturalmente assistida. Do mesmo modo, amplia-se a percepção natural graças aos óculos, telescópios e demais objetos que permitem ver melhor.

Dito de outro modo, a identidade, em particular, e a mente, em geral, é o resultado da participação de práticas educativas, quer dizer, atividades sociais, pautadas culturalmente e situadas historicamente. Rogoff (2005) o denomina: “apropriação participativa”: processo através do qual os indivíduos transformam sua compreensão, conhecimento e responsabilidade mediante o compromisso e a participação guiada em atividades culturais.

Estas formas simbólicas ou recursos narrativos constituem, segundo a psicologia cultural, o ingrediente fundamental e característico de toda comunidade, assim como de todo evento psicológico. Trata-se das bandeiras de um grupo nacional, as canções ou hinos associados, a língua, vestidos ou demais “artefatos explícitos” que são compartilhados por um determinado grupo humano. Contudo estas formas simbólicas ou recursos narrativos são também aquelas ideias ou “noções implícitas” compartilhadas por um agregado como a ideia linear do tempo em sociedades ocidentais ou do eterno retorno, tempo cíclico, em culturas orientais. Em definitivo, os processos psicológicos superiores são “fatos culturais”, são formados através da participação das pessoas na vida social em atividades como trabalhar, educar, rezar, governar, alimentar, discutir, namorar. Atividades que estruturam o como se pensa, percebe, imagina, sente, recorda, assim como o conteúdo do que se fazer e por que se faz. Em definitivo, a memória, pensamento, inteligência, emoção, longe de ser processos unicamente naturais, são basicamente produtos culturais que são desenvolvidos através da educação, entendida como o controle artificial dos processos naturais de desenvolvimento (VYGOTSKI, 2007).

A psicologia cultural cobra relevância na pedagogia contemporânea devido a as características próprias

da modernidade, época na que se integram vários fenômenos que transformaram o âmbito do comportamento humano e que incidem na aprendizagem dos estudantes: a interculturalidade, tecnologias da informação e comunicação, globalização e outros, são fenômenos que evidenciam a necessidade da aplicação do enfoque cultural em os processos de ensino e aprendizagem na época atual.

ALGUMAS APLICAÇÕES

Corno foi visto, a psicologia cultural se opõe a concepção descontextualizada da cognição a algumas experiências interessantes com a aplicação da teoria da psicologia cultural.

A tese de Olson (1997), por exemplo, é que quando se aprende a ler e escrever. Aprende-se não só um modo de representar, mas também uma estrutura que servirá de modelo para repensar, para tomar consciência da linguagem e a fala será transformada a partir de que a criança aprenda a escrever, a escrita transforma o pensamento.

Esta tese é interessante quando se dá conta que tradicionalmente (e pelo sentido comum) a direção da relação entre escrita e pensamento costuma ser exatamente a contrária. Quer dizer, geralmente se assume que a escrita é, em essência, uma representação dos sons da fala através de sinais gráficos, uma mera transcrição da linguagem oral, sem nenhuma repercussão sobre a consciência linguística ou o sistema cognitivo.

Esta concepção tradicional apresenta, entre outros, um grande problema de acordo com Olson (1997): assumir que a escrita transcreve a fala supõe que os inventores dos sistemas de escrita (e todos quando aprendem a ler e escrever) têm um conhecimento prévio (se supõe que implícito) sobre como funciona e está estruturada a linguagem oral, conhecimento que serve como ponto de partida da transcrição. Esta assunção, de acordo com Olson, não só não está garantida, mas que existem indícios de que funciona exatamente ao contrário: a consciência de como funciona a linguagem oral é gerada a partir da aquisição da escrita e depende do modelo que proporciona o sistema concreto de escrita que é utilizado. O aparecimento de uma 'consciência metalinguística' tem relação, de acordo com esta tese, com a presença dos sistemas de escrita.

A partir destas teses, Olson proporciona uma versão da história da escrita que pouco tem que ver com uma classificação na qual os sistemas alfabéticos (quer dizer, que representam os sons mediante uns poucos signos gráficos que se combinam) ocupam uma posição de superioridade com respeito a outro tipo de sistemas (por exemplo, os silábicos ou os logográficos). A história da escrita não é a história de como os seres humanos foram 'afinando' sua maneira de transcrever ou falar até chegar ao método mais eficiente: os sistemas alfabéticos.

Muito ao contrário, Olson (1997) argumenta como a escrita teve sua origem histórica no cumprimento de certos fins comunicativos e mnemotécnicos e só secundariamente se converteu em modelo de e para a língua oral. Por outra parte, ressalta como a evolução dos sistemas de escrita até o aparecimento dos primeiros sistemas que utilizam o som como fundamento não se deve tanto a intenção dos usuários por 'aperfeiçoar' o sistema como a adoção por parte de uma comunidade de falantes de sistemas de escrita utilizados por comunidades diferentes, e em função das necessidades de adaptar esse sistema escrito prestado às necessidades comunicativas da comunidade de adoção.

Por outra parte, as teses defendidas por Olson também têm importantes implicações a respeito do que supõe aprender a ler e escrever e que é todo o que aprendem as crianças quando são alfabetizadas. Por exemplo, o tipo de conhecimentos que as pessoas parecem ter a respeito dos segmentos que compõem sua língua parece estar influenciado pelos segmentos que são relevantes na versão escrita da língua. Assim, os adultos analfabetos e nas crianças pré letradas é muito difícil as tarefas de adição e supressão de fonemas a palavras, tarefas que são triviais para as pessoas letradas. Estas mesmas tarefas também são difíceis para as pessoas com linguagens nas quais os fonemas não são o elemento fundamental com o qual se relaciona o signo escrito, como o caso das linguagens não alfabéticas.

Além da lectoescrita, outro dos instrumentos culturais estudados de uma perspectiva sociocultural são as matemáticas. Do mesmo modo que na escrita, no estudo das matemáticas da perspectiva cultural destaca-se o trabalho de Teresinha Nunes, que sem dúvida é um dos mais destacados (ainda que não único) neste âmbito.

Neste sentido Nunes e Bryant (1997) indicam que as matemáticas são um instrumento desenvolvido culturalmente que permite a seus usuários se proporem e resolver problemas que não teriam resposta sem ele.

Um exemplo típico neste sentido é a diferença entre a atividade matemática na aula e a que algumas crianças e adultos não escolarizados (e ainda os escolarizados em certas situações) realizam em sua vida cotidiana. Nunes e Bryant (1997) diferenciam entre dois tipos de matemáticas, as matemáticas da escola e as matemáticas da rua, que corresponderiam a dois sistemas de signos e de raciocínio diferentes para abordar problemas de tipo matemático. As matemáticas da escola estão mediadas por signos escritos e utilizam procedimentos de resolução de problemas padronizados, nos quais os números são tratados de maneira abstrata, sem referência ao que significa. Em troca, as matemáticas da rua estão mediadas fundamentalmente de maneira oral, e os referentes concretos das quantidades em jogo permanecem explícitos em todo o processo de resolução de problemas. Ambos os sistemas podem chegar a soluções corretas, contudo favorecem certo tipo de raciocínio e facilitam a resolução de certo tipo de problemas e nem tanto de outros. Por exemplo, as matemáticas da escola têm a vantagem de que com elas podem-se resolver cálculos nos quais estejam implicados números muito grandes com muito pouco esforço, uma vez que o procedimento escrito libera a memória das exigências do cálculo. Não obstante, pequenos erros na execução do procedimento podem dar lugar a grandes erros na resposta. As matemáticas da rua são dificilmente aplicáveis a números muito grandes, contudo ao manter o significado das quantidades durante o cálculo, os erros quando são produzidos, são de menor magnitude. Desta maneira, o sistema de signos utilizado é convertido no objeto com o qual se opera matematicamente e, por isso, configura o poder e as possibilidades do raciocínio matemático.

Esta característica pode ser vista com maior clareza quando se considera culturas que utilizam sistemas de signos matemáticos muito diferentes aos nossos. Por exemplo, em algumas escolas japonesas se enfatiza o uso do ábaco como instrumento para calcular e representar números, até tal ponto que as crianças acabam internalizando uma imagem do ábaco que usam para calcular mentalmente, sem a ajuda do ábaco material. Hatano (1982, *apud* ROGOFF, 1993). Estas crianças apresentavam uma capacidade de recordação muito grande quando lhes são proporcionados materiais a recordar susceptíveis de serem representados com seu 'ábaco mental'. Assim, estes níveis caem até serem similares aos das crianças ocidentais quando o material

a recordar não era susceptível de ser representado com o ábaco, como por exemplo, quando era material verbal. Por outra parte, o raciocínio dos expertos em cálculo com estes ábacos mentais (e os erros cometidos) nos cálculos eram correspondentes com as características desse instrumento, e eram diferentes ao raciocínio e os erros cometidos por pessoas que utilizam outros instrumentos (como, por exemplo, os procedimentos escritos de resolução de cálculos matemáticos comuns no ocidente).

Além do poder destes instrumentos matemáticos na configuração de formas específicas de raciocínio, a aquisição da habilidade para manejar esses mediadores necessariamente deve ser entendida de forma integrada com o contexto de práticas culturais nos quais são usados e que lhes dão sentido. É a partir destas práticas que se pode entender a função que realizam os instrumentos matemáticos utilizados pelas pessoas e sua variabilidade entre culturas e grupos sociais.

Neste caso, o aparecimento de sofisticadas estratégias matemáticas em crianças vendedoras ambulantes brasileiras reportadas por Nunes (Nunes, Schilieman e Carraher, 1993) é um bom exemplo desta vinculação específica da habilidade às tarefas nas quais surgem, mais ainda quando se considera que essas mesmas crianças, muitas delas um nível baixo de escolarização, eram incapazes de solucionar problemas similares aos que resolviam diariamente quando era proposto na forma acadêmica típica (quer dizer, quando era proposta em forma de ‘matemática da escola’ e não da ‘matemática da rua’ que eles dominavam). Práticas culturais completas dentro de nossa própria cultura.

Esta integração dos instrumentos (externos ou internos) com certas práticas socioculturais os fazem sensíveis também aos valores que essa comunidade deposita em certos usos e não em outros. Assim, em certos contextos, a aprendizagem dos signos matemáticos implica uma aprendizagem dos modos válidos de utilizá-los (desanimando modos alternativos de uso). Quer dizer, aprende-se não só a resolver problemas com eles, mas também que problemas merecem a pena ser resolvidos e que caminho se supõe que é o melhor para chegar a uma solução correta. Goodnow (1990) *apud* NUNES; BRYANT, 2003).

Neste sentido, as ‘matemáticas da rua’ e as ‘matemáticas da escola’ podem ter valores diferentes. Assim, enquanto que as matemáticas da rua surgiram como um meio para resolver certos problemas práticos, as matemáticas da escola, em muitas ocasiões, são convertidas no fim mesmo da atividade instrutiva. A estes valores diferentes correspondem perspectivas diferentes para os professores e os alunos. Como se pode supor, as implicações educativas de descobertas como estas (e, em especial, as considerações sobre o papel dos professores e sua atitude ante as experiências matemáticas das crianças fora da escola) são muito importantes.

CONCLUSÃO

A relação entre as pessoas e seus entornos físicos e simbólicos sempre é indireta, quer dizer, está psicológica e culturalmente mediada. Em realidade, segundo a Psicologia Cultural, organizamos e controlamos nossa conduta por meio da manipulação do entorno. A íntima conexão entre a conduta humana e os meios culturais através dos quais se organiza e controla é a grande aportação que faz Psicologia Cultural de orientação vigotskiana. Wertsch (1995) o chama “atividade mediada”.

A educação é um produto social, histórico e cultural que se distribui não somente na escola, mas

também na família, nos meios de comunicação e na vida em comunidade. Isto não implica desvalorizar o sentido e valor da instituição escolar.

Através da mediação e do “andaime” educativo as pessoas não somente aprendem a utilizar instrumentos, como a leitura, escrita ou a aritmética, mas que aprendem a dar sentido a o que lhes rodeiam, a controlar e dirigir sua vida, assim como construir sua arquitetura psicológica (a cognição, a personalidade, a identidade) e projetar modos de relação social. Poderíamos concluir dizendo que o objetivo principal da educação é proporcionar um entorno no qual as pessoas, além de suas diferenças linguísticas, econômicas e culturais, participem em colaboração em atividades produtivas e deliberadas que permitam apropriar-se dos conhecimentos, valores e destrezas de um grupo ou comunidade para poder participar de uma maneira eficaz em suas práticas sociais, assim como desenvolver uma identidade solidária capaz de viver em harmonia e enfrentar os desafios que tem toda sociedade.

Para que seja alcançado este propósito se requer de certos princípios, tais como o uso da mediação e “andaime”, atividades significativas, a consideração da cultura no planejamento, ou seja, uma educação capaz de preparar a as pessoas.

Assim, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, a teoria da Psicologia Cultural tem larga aplicação. Seu enfoque dá respaldo ao que deve ser feito para que os sujeitos da educação da EJA se tornem cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNER Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRUNER, J. S.; WOOD, D.; ROSS, G. The role of tutoring in problem solving. **Journal of child psychology & psychiatry**, 17, 1976, p. 89-100. Disponível em: <<http://mascil-toolkit.ph-freiburg.de/en-preservice/wp-content/uploads/sites/2/2014/06/Wood-Bruner-and-Ross.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2018.

COLE, Michael. **Psicología cultural: una disciplina del pasado y del futuro**. Madrid: Morata, 1999.

DANIELS, Harry. **Vygotsky e a pedagogia**. São Paulo: Loyola, 2003.

DRAGANSKI B.; GASER C.; BUSCH V.; SCHUIERER G.; BOGDAHN U.; MAY A. **Neuroplasticity: changes in grey matter induced by training**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305381022_Neuroplasticity_changes_in_grey_matter_induced_by_training>. Acesso em 20 jan. 2018.

ESTEBAN, Moisés. **Geografías del desarrollo humano: una aproximación a la psicología cultural**. Madri: Ar esta, 2010.

MAGUIRE, Eleanor A.; WOOLLETT, Katherine; SPIERS, Hugo J.. **London taxi drivers and bus drivers: a structural MRI and neuropsychological analysis**. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/spierslab/Maguire2006Hippocampus>>. Acesso em 20 jan. 2018.

NUNES, T.; BRYANT. P. **Crianças fazendo matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NUNES, T.; SCHLIEMANN, A.D.; CARRAHER, D.W. **Street mathematics and school mathematics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Disponível em: <<http://mje.mcgill.ca/article/view/8197/6125>>. Acesso em 20 nov. 2018.

- _____. **Las matemáticas y su aplicación:** la perspectiva del niño. 6. ed. México: Siglo XXI, 2003.
- OLSON, David R. **O mundo no papel:** as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.
- RATNER, Carl. **Cultural psychology, cross-cultural psychology, and indigenous psychology.** New York: Nova Science Publishers, 2008.
- ROGOFF, Barbara. **A natureza cultural do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- _____. **El desarrollo cognitivo en el contexto social.** Barcelona: Paidós, 1993.
- SHWEDER, Richard A. **Cultural psychology:** what is it? Disponível em: <<http://indigenoupsych.org/Members/Shweder,%20Richard%20A/1990--Cultural%20Psychology%20-%20What%20is%20it.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.
- VALSINER, Jaan. **Fundamentos da Psicologia Cultural.** Porto Alegre: Artmed, 2012.
- VARGAS, Patrícia Guimarães. **Educação de Jovens e Adultos:** práticas sociais de leitura, construindo múltiplas identidades. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2010.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2007.
- WERTSCH, James V. **Vygotsky y la formación social de la mente.** Madri: Paidos, 1988.



AS MODIFICAÇÕES RELACIONADAS À JORNADA DE TRABALHO NO ÂMBITO MUNDIAL E ASPECTOS RELEVANTES PARA O TRABALHADOR

Isabelle Ribeiro Ferreira¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar a jornada de trabalho, bem como as modificações que decorreram com o passar do tempo no âmbito mundial, demonstrando ainda os benefícios que tem acontecido quanto às medidas adotadas com vistas à redução desta, em que países desenvolvidos têm demonstrado uma real preocupação com a saúde dos seus empregados. A adoção da jornada de trabalho em diversas instituições tem resultado em um considerável aumento na produtividade do trabalho desempenhado para os empregados beneficiados, bem como na melhora do bem-estar da comunidade. Destacando ainda, dispositivos legais que tratam da jornada de trabalho, posteriormente passando por aspectos relevantes que são considerados influentes nas modificações da jornada de trabalho em diversos países, sejam eles pelo sexo, família ou local de trabalho em que é prestado.

PALAVRAS-CHAVE: Jornada de Trabalho; Redução; Direito Internacional; Organização Internacional do Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to show the working day, as well as the changes that have taken place over the world, also demonstrating the benefits that have occurred in the measures adopted with a view to reducing it, in which developed countries have demonstrated a concern with the health of its employees. The adoption of the working hours in several institutions has resulted in a considerable increase in the productivity of the work performed for the employees benefited, as well as in the improvement of the well-being of the community. Emphasizing also, legal devices that deal with the work day, later going through relevant aspects that are considered influential in the modifications of the working day in several countries, about the gender, family or place of work in which it is provided.

KEYWORDS: Working hours; Reduction; International Law; International Labour Organization.

¹ Formada em Direito pelo Centro Universitário Unipê – 2016.2. Pós-graduanda em Direito do Trabalho pela ESMAT. Servidora – Cargo Comissionado na Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba.



INTRODUÇÃO

O trabalho é uma das atividades mais importantes no âmbito secular, haja vista que essa é tida como essencial para a sobrevivência de boa parte da população, sendo esta, a atividade capaz de prover o sustento para alimentação, educação, moradia e o lazer.

Mas com o avanço da população nos seus mais variados aspectos, o indivíduo tem se visto cada vez mais sobrecarregado, conseqüentemente afetando a sua pessoal e a laboral, não havendo uma evolução nos serviços que por este são prestados. Quando há uma preocupação do empregador em manter o empregado satisfeito, há uma grande chance de haver uma melhoria considerável na produção da atividade laboral em que é realizado, beneficiando deste modo a ambos que participam do contrato de trabalho.

A jornada de trabalho é um dos elementos essenciais presentes no contrato do trabalho, ponto bastante temido e discutido. O qual influencia na vida de todos que estão envolvidos no ambiente laboral e também fora dele, pois boa parte do dia o indivíduo encontra-se inserido em um círculo social, diferente da sua família, em que o trabalhador se vê cada vez mais distante do âmbito familiar.

JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho pode ser entendida como o período em que o empregado vai se encontrar a disposição do empregador de acordo com a quantidade de tempo pactuado no contrato de trabalho.

Mas a jornada de trabalho que hoje temos regulamentada, seja ela no âmbito internacional ou nacional, passou por longas etapas até que pudesse se chegar ao que temos hoje. A preocupação hoje existente com o indivíduo, a dignidade deste, bem como a proteção a vida são alguns dos elementos essenciais quando se tratam da regularização do trabalho dentro dos parâmetros estabelecidos na lei, o que nos remete ao passado e todo o contexto vivenciado pelo ser humano.

Ao ter um olhar clínico sob o aspecto histórico da evolução do trabalho e especificamente da jornada de trabalho, percebemos que algumas épocas se destacam pela exploração excessiva da força laboral, terríveis condições de trabalho e principalmente a má remuneração.

O marco histórico, que causou uma verdadeira reviravolta na vida do trabalhador, foi de fato a Revolução Industrial, o período no qual ocorreu a transição da manufatura, em que os trabalhadores deixaram de exercer de maneira intensa o trabalho manual para manusear máquinas nas grandes indústrias. Entretanto, não se pode parecer algo tão fácil, com essa transição, houve algumas conseqüências, tais como: o controle exercido pelos donos das indústrias quanto os lucros, a mudança quanto à localidade de moradia das pessoas havendo um grande fluxo de migração para as metrópoles fazendo com que houvesse uma busca excessiva por trabalho.

Com uma superlotação nas metrópoles, os grandes empresários ofertavam salários totalmente incompatíveis com a realidade do trabalho que era prestada, não havendo qualquer respeito à dignidade da pessoa ou valorização da mão de obra.

A Revolução Industrial pode ser dividida ainda em duas fases, a Primeira sendo marcada pelo surgimento

das máquinas, em que há uma separação clara entre os donos do meio de produção e a classe trabalhadora. Em que essa mecanização se estendeu a diversos setores, tais como: metalúrgico, transporte e agricultura. Nessa primeira fase, havia ainda uma pequena preocupação estatal, em que este intervinha no âmbito econômico, havendo a preocupação de regular as crises econômicas e criando uma estrutura para setores que exigiam investimentos. Na segunda fase da Revolução a preocupação que havia era quanto à melhora quanto aos produtos e técnica para a obtenção de um melhor desempenho industrial. (TODA MATÉRIA, 2017)

Não se pode negar a grande evolução que a Revolução Industrial proporcionou a nação mundial, mesmo que esta venha chegada tardiamente em algumas localidades.

Entretanto, as consequências que adveio com esta até os dias de hoje podem ser sentidas. A exploração desenfreada de uma mão de obra barata em países subdesenvolvidos são alvos de notícias, beirando a escravidão, em que pessoas são submetidas a trabalho excessivo em locais totalmente inseguros, ocasionam sérias consequências para os trabalhadores que apenas almejam obter uma renda para sobreviver.

Tal postura, em não observar a dispositivos legais essenciais existentes, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde no seu Art. 4º trata especificamente da questão da escravidão a qual é proibida, já o Art. 23º relata que a pessoa tem direito ao trabalho, bem como a condições equitativas, justas e satisfatórias que permitam a ele e a sua família viver em condições que respeitem a dignidade humana, com base na remuneração que é recebida.

A importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos é extrema, haja vista que este foi elaborado por representantes de diversos países, tendo sido proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, tratando-se de um documento em âmbito internacional, o mesmo é observado por vários países.

A JORNADA DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A Organização Internacional do Trabalho - OIT trata-se de um de uma agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres tenham o acesso adequado ao trabalho de maneira produtiva e decente, onde possa ter asseguradas condições de liberdade, equidade e segurança e dignidade, em que através desses elementos anteriormente citados poderá se ter a redução de desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (ILO, 2017)

A preocupação da ONU em ter uma agência que lide com assuntos relacionados à relação indivíduo e trabalho, é de suma importância haja vista que boa parte da nação exerce alguma atividade laboral. Mas, acima de tudo a preocupação quanto à promoção de um emprego produtivo e qualidade, é ainda mais importante. Não se deve preocupar-se apenas com o fato de oferecer oportunidades de trabalho, quando o indivíduo está em um ambiente de trabalho é necessário que se preocupe com a saúde dele, seja ela no aspecto físico e mental.

Segundo dados da OIT (2017) aproximadamente 22% dos trabalhadores do mundo cumprem jornadas

superiores há 48 horas por semana, outra parte da porcentagem se limita a jornadas mais curtas, porém sofrendo desvantagens.

Em dados fornecidos pela OIT, há países que tem adotado a redução da carga horária de trabalho de 44 horas de jornadas semanais para 40. Entretanto, a prática se mostra totalmente diferente, principalmente na maioria dos países que se encontram em desenvolvimento. O fato de se ter uma exploração excessiva da força de trabalho, em diversos países, mostra superiores há 48 horas por semana, outra parte da porcentagem se limita a jornadas mais curtas, porém sofrendo desvantagens.

Em dados fornecidos pela OIT, há países que tem adotado a redução da carga horária de trabalho de 44 horas de jornadas semanais para 40. Entretanto, a prática se mostra totalmente diferente, principalmente na maioria dos países que se encontram em desenvolvimento. O fato de se ter uma exploração excessiva da força de trabalho, em diversos países, mostra muitas vezes que o interesse do empregador prevalece sobre a saúde do empregado.

Em que apesar de haver legislações que regulem a relação do empregado e empregador quanto à jornada de trabalho, esta não tem sido devidamente observada, mostrando-se que o empregador não tem a visão de que a sua postura pode influenciar no desenvolvimento da sua empresa. Ao fazer uma análise, na relação laboral, verifica-se que o empregado ele tem uma relação de subordinação junto ao empregador, mas esta subordinação não deve remeter-se a ideia de se submeter a qualquer condição que é estabelecida pelo empregador, este, deve ter a consciência de que o empregado é uma das peças chaves da sua empresa.

A limitação da jornada semanal, ela visa evitar que este empregado seja submetido a longas jornadas, conseqüentemente desgastando-o, prejudicando a sua saúde, a convivência familiar e impedindo-o de achar um equilíbrio entre o trabalho, atividades domésticas, dentre outras atividades de sua vida.

A existência de legislação que verse sobre a jornada de trabalho, mostra que a força estatal, ela tem a preocupação com o indivíduo, havendo de certo modo a expectativa de que estas sejam observadas. muitas vezes que o interesse do empregador prevalece sobre a saúde do empregado.

Em que apesar de haver legislações que regulem a relação do empregado e empregador quanto à jornada de trabalho, esta não tem sido devidamente observada, mostrando-se que o empregador não tem a visão de que a sua postura pode influenciar no desenvolvimento da sua empresa. Ao fazer uma análise, na relação laboral, verifica-se que o empregado ele tem uma relação de subordinação junto ao empregador, mas esta subordinação não deve remeter-se a ideia de se submeter a qualquer condição que é estabelecida pelo empregador, este, deve ter a consciência de que o empregado é uma das peças chaves da sua empresa.

A limitação da jornada semanal, ela visa evitar que este empregado seja submetido a longas jornadas, conseqüentemente desgastando-o, prejudicando a sua saúde, a convivência familiar e impedindo-o de achar um equilíbrio entre o trabalho, atividades domésticas, dentre outras atividades de sua vida.

A existência de legislação que verse sobre a jornada de trabalho, mostra que a força estatal, ela tem a preocupação com o indivíduo, havendo de certo modo a expectativa de que estas sejam observadas. superiores há 48 horas por semana, outra parte da porcentagem se limita a jornadas mais curtas, porém sofrendo desvantagens.

Em dados fornecidos pela OIT, há países que tem adotado a redução da carga horária de trabalho de 44 horas de jornadas semanais para 40. Entretanto, a prática se mostra totalmente diferente, principalmente

na maioria dos países que se encontram em desenvolvimento. O fato de se ter uma exploração excessiva da força de trabalho, em diversos países, mostra muitas vezes que o interesse do empregador prevalece sobre a saúde do empregado.

Em que apesar de haver legislações que regulem a relação do empregado e empregador quanto à jornada de trabalho, esta não tem sido devidamente observada, mostrando-se que o empregador não tem a visão de que a sua postura pode influenciar no desenvolvimento da sua empresa. Ao fazer uma análise, na relação laboral, verifica-se que o empregado ele tem uma relação de subordinação junto ao empregador, mas esta subordinação não deve remeter-se a ideia de se submeter a qualquer condição que é estabelecida pelo empregador, este, deve ter a consciência de que o empregado é uma das peças chaves da sua empresa. A limitação da jornada semanal, ela visa evitar que este empregado seja submetido a longas jornadas, conseqüentemente desgastando-o, prejudicando a sua saúde, a convivência familiar e impedindo-o de achar um equilíbrio entre o trabalho, atividades domésticas, dentre outras atividades de sua vida.

A existência de legislação que verse sobre a jornada de trabalho, mostra que a força estatal, ela tem a preocupação com o indivíduo, havendo de certo modo a expectativa de que estas sejam observadas.

A JORNADA DE TRABALHO, SUA LIMITAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O primeiro posicionamento quanto à redução da jornada de trabalho, surgiu pela primeira vez nos países europeus em meados do século XIX para a redução da jornada de trabalho de crianças. Passando a ser adotado por toda Europa, havendo a limitação da jornada diária para 10 horas, tanto para as crianças e como os adultos. Em que posteriormente, após a realização de campanhas sindicais em favor de normas no âmbito global para as jornadas de trabalho, resultaram na inclusão do Preâmbulo da Constituição da OIT e em sua primeira norma, a Convenção sobre Horas de Trabalho, incluindo-se assim a jornada de oito horas ao dia e quarenta e oito horas semanais. (OIT, 2017)

Nas Convenções da Organização do Trabalho, ao visar à redução da carga horária de trabalho não se tinha apenas a preocupação de diminuir a jornada de trabalho por conta da saúde, mas também para assegurar o tempo adequado de ócio, ou lazer, para os trabalhadores.

Houve ainda uma segunda limitação da jornada de trabalho, passando esta a ser de 40 horas semanais, em que esta foi firmada com um novo instrumento internacional, a Convenção sobre as Quarenta Horas, 1935. A redução da jornada foi de grande importância, haja vista o momento histórico que passava no âmbito internacional, a Grande Depressão, em que foi considerado o pior e o mais longo período da recessão econômico, caracterizada pelas altas taxas de desemprego, produção industrial e preços de ações. Além destes documentos anteriormente citados, cabe destacar ainda a Carta Social Europeia Revisada de 1996, Carta dos Direitos Fundamentais na União Europeia e no Protocolo de San Salvador. (OIT, 2017)

A JORNADA DE TRABALHO E FATORES QUE ENSEJAM A SUA MODIFICAÇÃO

Para que se possa haver a redução da jornada de trabalho para o padrão anteriormente demonstrado, os de quarenta horas existem alguns aspectos que devem ser analisados, segundo as informações fornecidas pela Organização Internacional do Trabalho, tais como: o nível econômico alcançado e a extensão em que os países estão aptos a reduzir a jornada sem diminuir a produção total ou atividade. As empresas que estiverem considerando a redução devem realizar uma análise crítica sob os benefícios que podem apresentar-se para ela diante da adoção da medida de redução, a depender principalmente do porte da empresa que almeja adotar o novo horário.

Não só o aspecto ligado ao benefício da empresa que deve se levar em conta para que seja possibilitada a redução de jornada, mas o contexto atual em que se encontram os trabalhadores, haja vista as diversas atividades que o indivíduo desempenha no seu dia a dia.

Quanto à mulher, informa a OIT que vem acontecendo um fenômeno relacionado à jornada do trabalho da mulher, tendo em vista as responsabilidades que por estas são assumidas nas atividades do lar, quando há a presença de uma criança no âmbito familiar e principalmente na idade pré-escolar, a mãe pensa duas ao aceitar um trabalho que venha requerer de uma grande disponibilidade de tempo.

É interessante destacar o aspecto relacionado à mulher e a renúncia que esta faz ao se importar com o filho quanto às atividades laborais remuneradas, bem como a figura da maternal no crescimento da criança, mostra que as atividades que eram antigamente designadas exclusivamente à mulher, ainda continuam conservadas de certo modo.

Entretanto cabe destacar que a presença de uma criança não muda apenas as atividades desempenhadas pela mulher, com a ausência da mulher no âmbito laboral, ao homem fica o encargo de enfrentar mais horas na jornada de trabalho a fim de sustentar as despesas da casa e manter esta de modo adequado.

Em contra ponto, aos fatos anteriormente expostos há o aspecto de que se deve ser analisado, até quando a mulher deverá renunciar? Porque não adotar medidas que possibilitem que esta possa fazer parte de maneira integral do ambiente laboral? Os empregadores ao abrir os olhos para as reais necessidades dos seus empregados fazem com que estes se sintam mais seguros e conseqüentemente mais feliz e prósperos, produzindo mais, estando satisfeitos.

Pode-se citar um tipo medida, a criação de creches no ambiente de trabalho, onde permitam que as crianças fiquem ali durante o período em que a mãe está no seu horário de expediente, a adoção de tal medida permitiria que essa realizasse uma jornada maior de trabalho, pois não haveria a preocupação de deslocar-se até a escola para buscar a criança, o que em grandes metrópoles pode ser exposta como a grande dificuldade que as pessoas tendem a enfrentar, o grande fluxo de trânsito, congestionamentos, resultam em horas perdidas, aumentando o stress daqueles que tem de enfrentá-los. Mesmo com essas dificuldades, impostas especialmente ao sexo feminino, não impedem que estas procurem um modo de prover o sustento, ajudando a manter lar, algumas tem adotado um posicionamento diferente frente às tais situações, procurando ajustar o seu horário de trabalho com a realidade que lhe é imposta, a exemplo do trabalho autônomo, em que pode exercer-se a atividade profissional sem qualquer vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos.

No Chile, segundo a OIT (2017) a diferença que há entre homens e mulheres quanto a jornadas de

trabalho remunerado, dão-se principalmente em épocas que as mulheres estão no fim da gestação, prontas para dá a luz e na educação do filho, nos primeiros anos de vida. Fazendo com que haja no gráfico destas um M, caracterizando deste modo pontos altos e baixos no decorrer da sua vida. Os lapsos temporais, dessas subidas e descidas das atividades que por elas são desempenhadas, se dão em entre uma determinada faixa etária de acordo com as informações, de 25-34 anos e de 35-44 anos.

Constatam-se então, importantes pontos que podem ser chaves na modificação da jornada do trabalho, sejam eles pelo sexo, pela faixa etária ou pela presença de filhos. A importância da consideração desses elementos na vida do trabalhador, bem como na modificação da sua jornada devem ser observadas, pois essas não atingem somente o trabalho, mas a todos que estão envolvidos no mercado de trabalho e principalmente a família destes.

PAÍSES QUE ADOTARAM A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E OS SEUS BENEFÍCIOS

Stillman (2017) relata a experiência realizada em uma cidade da Suécia, Gotemburgo, com trabalhadores da área da saúde, os quais estavam apresentando um quadro de stress e depressão entre eles, foi então reduzida à carga de horário de trabalho de oito para seis horas.

A prática adotada pela coordenação da casa responsável pela experiência tornou-se notícia em vários sites conhecidos na Europa, tais como: Euro News, The Guardian, trazendo ainda relatos dos enfermeiros e dos benefícios que trouxe para a vida pessoal e para o ambiente de trabalho. É notável nos depoimentos apresentados de que as pessoas se sentem mais dispostas, o aumento de produtividade considerável no trabalho é um fator importante, além de que possibilita que estas tenham um maior tempo de permanência no âmbito familiar.

Por ter tido um resultado extremamente positivo, a prática tem sido adotada então por diversas instituições, tais como: Hospital Sahlgrenska de Gotemburgo e por departamentos de enfermagem de instituições médica de Umea.

Mas essa redução não se restringe apenas ao setor público, empresas pequenas que tem adotado essa prática, tem visto outros pontos benéficos relevantes em tais modificações, a possibilidade da rotatividade de pessoal no quadro de pessoal e o aumento de produtividade tem sido elementos que chamam a atenção dos que estão envolvidos nas modificações anteriormente expostas.

A importância da rotatividade do quadro de pessoal de funcionários, em principalmente nos hospitais, é um dos fatores a ser considerado, haja vista que as funções que são exercidas pelos enfermeiros e médicos, exigem uma grande quantidade de atenção, dedicação e eficiência, em que estes muitas vezes são submetidos a uma grande carga de stress, pois o risco que por eles são assumidos faz com que o passar do tempo, o stress que se passa no ambiente de trabalho, comece a ser prejudicial a sua saúde.

O depoimento de um enfermeiro da casa de repouso Svartedalens, afirma que a atividade que ele desenvolve exige que ele esteja sempre em vigilância, além de ser necessária a criatividade para com os cuidados com os idosos no decorrer do dia. Demonstrando que o profissional que lida diretamente com essa

faixa etária é preciso que ele esteja bem, tanto fisicamente, como mentalmente, pois se ele não tiver em condições aptas provavelmente ocorrerá um péssimo dia para o idoso e para todos do ambiente.

A proposta de redução da jornada pelos dirigentes de tais estabelecimentos, apesar de parecer sob algum ângulo algo ruim, é de extrema relevância, e deve ser encarada com bons olhos, pois os profissionais da área de saúde, especificamente destes que lidam com idosos, são submetido muitas vezes a uma grande carga de estresse, a qual não afeta somente a sua saúde, mas também a saúde do seu ambiente familiar.

Mesmo que essa pessoa possa desempenhar um excelente trabalho enquanto está no horário de expediente ao chegar em casa, ela passará a exteriorizar tudo aquilo que está dentro assim, onde muitas vezes acaba prejudicando a convivência familiar, impedindo que está venha a realizar outras atividades, seja de estudos, lazer.

Além do fato, do stress, o cansaço é outro fato perigoso decorrente das longas jornadas que são realizadas, onde os funcionários que a estes estão submetidos, pode estar suscetíveis à ocorrência de erros, prejudicando assim a sua carreira profissional e aqueles que dependem do seu trabalho.

A redução da jornada não se limita apenas a área de saúde nos outros países, esta também se estende a indústria automobilística, na Suécia, a filial da Toyota, demonstra que a redução de jornada apesar de para alguns clientes ter se demonstrado como um fator ruim, haja vista que há uma espera maior pelo produto deseja, mas para os funcionários tem sido exatamente ao contrário, alguns relatam que a jornada tem possibilitado que estes possam viver mais no âmbito família.

O exemplo do depoimento de uma funcionária da empresa Toyota na reportagem do jornal The Guardian, a qual afirma que a redução proposta pela empresa da jornada de oito horas para seis, permite que ela tenha tempo para ficar com a sua filha, conseqüentemente acompanhando o desenvolvimento da criança.

A medida adotada pela empresa tem demonstrado que os funcionários têm a preocupação ainda de realizar o melhor trabalho possível dentro da sua jornada, há uma o empenho em ser produtivo, eles se sentem mais dispostos e motivados.

As mudanças realizadas na comunidade de Estocolmo foram objeto da Universidade de Lund, ao avaliar, constatou-se que o bem-estar da comunidade melhorou, pois com a adoção das jornadas reduzidas havia uma quantidade maior de pessoas empregadas, as pessoas se encontravam com um estado melhor de saúde e condições de trabalho melhores, de acordo com o Prof. Birgitta Olsson. Ao realizar tal redução não se deve levar em conta apenas o aspecto individual, mas também o que pode haver de relevante para a comunidade a qual ela está inserida, as famílias são afetadas, em que estas estão inseridas em grandes círculos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da jornada de trabalho tem sido uma prática adotada em países estrangeiros, apesar de parecer uma realidade distante esta tem demonstrado grandes benefícios para aqueles que são diretamente atingidos por ela.

Os aspectos que podem ser destacados quanto à vida do trabalhador com a modificação da jornada são:

o bem estar, a possibilidade maior no âmbito familiar, menos stress devido a grandes jornadas de trabalho que por este são enfrentadas, a chance de realizar alguma outra atividade que possa melhor capacitá-lo para as atribuições que são desempenhadas por este no trabalho, melhor qualidade de vida.

Para a comunidade, a quantidade de trabalho que vai ser gerada tendo em vista que será necessária uma maior mão de obra para que seja suprida a demanda de trabalho apresentada pela redução e o horário em que se fica vago sem a presença de funcionários, sendo crucial a contratação de um novo quadro de pessoal a fim de atender e suprir a necessidade do órgão ou empresa que apoie a redução da jornada.

A modificação na jornada de trabalho do indivíduo trata-se de uma medida, entretanto que deve ser analisada, a primeira vista ela pode parecer loucura, mas antes de adotá-la as instituições devem estar conscientes e preparadas para o passo que irão dar.

Um das instituições que adotou a medida chamou-me atenção haja vista que uma casa de repouso que lida diretamente com pessoas de idade e que se encontra em um estado debilitado, requer uma força braçal, mental, bem como a constante cuidado com a terceira idade. Esses profissionais ao serem expostos a longas jornadas, não terão a mesma atenção e cuidado no decorrer das oito horas, podendo deixar de realizar um trabalho satisfatório e que esteja atendendo a sua real intenção, a de cuidar do idoso.

Não se deve ver apenas com o olhar técnico, de realizar o trabalho que lhe é incumbido, mas sim da melhor forma possível. Vendo o profissional não apenas como uma pessoa que é paga para o desempenho das funções que lhe foram delegadas ao pactuar o contrato de trabalho.

Mas sim como um ser humano acima de tudo, em que este possui uma saúde, família a serem consideradas. A saúde mental do trabalhador, quando submetido a um stress logo passa a ser exteriorizado por seu corpo. Não devendo limitar-se apenas a olhar sob o aspecto individual, mas também nas consequências que podem acontecer à empresa, a exemplo de erros durante o expediente de trabalho, a falta de produtividade, dentre tantas outras ocorrências que podem vir durante a jornada.

Os benefícios que recaem sobre a sociedade também são inegáveis, o bem estar da comunidade que passa por essas modificações deve ser levado em considerando. Entretanto, até que tais práticas possam ser adotadas por outras comunidades, a um longo caminho a percorrer. As entidades políticas e empresariais, precisam se conscientizar de que o trabalhador não deve ser visto apenas como uma figura que faz parte do acordo: oferta e troca, mas sim como um verdadeiro humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 20156

EURO NEWS, Swedish old folks' home abandons six-hour workday experiment. Disponível em: <<http://www.euronews.com/2017/01/04/swedish-old-folks-home-abandons-six-hour-workday-experiment>> Acesso em 30 de maio de 2018.

Furlan, Paulo Fernando Junior. A redução da jornada de trabalho e seus benefícios. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/paulo_furlan.pdf> Acesso em 12 de junho de 2018.

GAZETA. Saiba como funciona a legislação trabalhista em outros países. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2016/05/saiba-como-funciona-a-legislacao-trabalhista-em-outros-paises-1013946066.html>> Acesso em 10 de maio de 2018.

HUMAN RIGHTS. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/issues-depth/human-rights/index.html>> Acesso em 29 de junho de 2018. Nascimento, Amauri Mascaro. Normas da OIT sobre Condições e Relações de Trabalho. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66980/69590>> Acesso em 29 de junho de 2018.

OIT, Duração do trabalho em todo o mundo. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/work_hours/pub/duracao_trabalho_284.pdf> Acesso em 29 de junho de 2018.

Stillman, Jessica. What Happened When One Swedish Town Mandated a 6-Hour Workday. Disponível em: <<https://www.inc.com/jessica-stillman/what-happened-when-one-swedish-town-mandated-a-6-hour-workday.html>> Acesso em 15 de julho de 2018.

TODA MATÉRIA, **Revolução Industrial**. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/> > Acesso em 13 de julho de 2018.



LA CONSTANTE LUCHA POR UNA EDUCACIÓN IGUALITARIA

María José dos Santos Vertuan¹

RESUMEN

La educación de las mujeres negras y sobre todo negros en el siglo XXI, aunque diferente, tiene muchas similitudes con las experimentadas durante la esclavitud. Se puede decir que la diferencia social y racial está presente todavía bastante intensidad. La mujer de negro ha pasado por muchas situaciones que la hacía sentirse humillado, maltratado y, a menudo considerado como un ser insignificante, no pueden asistir a bancos de la escuela y mucho menos tener un trabajo que le podrían dar mejores condiciones financieras. Esto causa un perjuicio muy grande absentismo escolar por lo general después del primer semestre de la escuela, haciendo que las marcas que lastiman a lo largo vida. Não sólo que la ley determina que todos son iguales: la igualdad debe ser construida por todos, todos los días, hasta lo que realmente sucede.

PALABRAS-CLAVE: Mujer; Los prejuicios; La educación; La ideología.

RESUMO

A educação das mulheres negras e especialmente dos negros no século XXI, embora diferente, possui muitas semelhanças com aquelas experimentadas durante a escravidão. Pode-se dizer que a diferença social e racial ainda está presente com bastante intensidade. A mulher negra passou por muitas situações que a fizeram se sentir humilhada, maltratada e, muitas vezes, considerada um ser insignificante, não podendo frequentar os bancos escolares e muito menos ter um trabalho que poderia lhe proporcionar melhores condições financeiras. Isto causa um prejuízo muito grande ao absentismo escolar, geralmente após o primeiro semestre escolar, fazendo marcas que doem ao longo da vida. Não é somente a lei que determina que todos somos iguais, mas a igualdade deve ser construída por todos nós, todos os dias, até o que realmente acontece.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, Os prejuízos, A educação, A ideologia.

1 Maria José dos Santos Vertuan, graduada em Letras pela Unoeste (Universidade do Oeste Paulista (1994), pós graduada em Didática e Metodologia do Ensino (Unopar) Universidade do Norte do Paraná(1997), Mestre em Educação (Unoeste) Universidade do Oeste Paulista(2004). Educadora na Escola Estadual Anastácio Cerezine – Alvorada do Sul-PR e Escritora de livros infantis.



INTRODUCCIÓN

La sociedad brasileña de una manera general, es consciente de que los prejuicios raciales y la desigualdad de oportunidades han sido uno de los principales obstáculos para la consolidación de la ciudadanía de la población negro en Brasil. Ante esta realidad, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la lucha de las mujeres negras de la misma educación en nuestra sociedad.

Pero antes de comenzar el tema central de este estudio es importante hacer una breve reflexión sobre el perfil de las mujeres negras en Brasil, sobre la lucha de las mujeres negras por una educación igualitaria y se destacan las diferencias construidas por los estereotipos.

La población brasileña se compone de 25% de las mujeres negras brasileñas siendo la mayoría, analfabetos o semi-analfabetos. La compensación es por lo general en el rango de un salario mínimo. Muchas mujeres son cabezas de sus familias en un número mayor que el blanco. Las estadísticas muestran que la mayoría de las mujeres negras que viven en la pobreza.

Brasil es el país con la mayor población de negro fuera de África; Históricamente, es un país donde la esclavitud aún persisten ideas racistas en las instituciones gubernamentales y de la sociedad en general. Incluso cuando la persona negro aún no ha adquirido la conciencia del racismo, por ser negro en nuestro país significa vivir en condiciones de desigualdad social y racial extrema.

Mientras que las mujeres en Brasil hasta la Constitución de 1988, fue legalmente un ciudadano de segunda categoría, siendo mujer de negro y pobre significa no tener el mínimo de los derechos de ciudadanía garantizados legalmente. El bajo nivel de educación y la falta de una profesión considerado “cualificado” determinar el lugar que ocupan las mujeres negras en el mercado laboral: las personas socialmente más infravalorado y mal pagado.

Este artículo se divide de la siguiente manera: inicialmente tratado de hacer la presentación del problema investigado a partir de un marco teórico; después, esta fue la discusión de los temas tratados y las conclusiones sobre el tema investigado.

ALGUNOS INDICADORES DEL PROBLEMA

Desde el comienzo de la historia de Brasil, las mujeres, sobre todo negro, luchan constantemente en la búsqueda de tratar de resolver el problema de la educación va a acceder; incluso hoy en día, las clases sociales y raciales no se mezclan, consiguiendo sello correspondiente que aún hoy no podemos borrar las marcas de la esclavitud.

La mujer que antes no tenía derecho a estudiar. Fue un privilegio sólo para los hombres, considerado inteligente y capaz. Las mujeres, a su vez, tenían que dedicar a las tareas del hogar, muy importante para ser un buen “ama de casa”. Esta idea machista y la esclavitud se mantuvo durante muchos años.

No fue fácil tratar de demostrar a toda la sociedad que las mujeres pueden y deben tener los mismos derechos que los hombres. Para las mujeres negras que era aún más difícil debido a que, además de tratar de demostrar su capacidad, sino que también debe competir en el mercado de trabajo con las mujeres blancas,

y la mayor parte del tiempo, perdieron su empleo a causa de la “mirada”. Si el color es el elemento que discrimina a las personas, obviamente, el color blanco no sólo tenía poder sobre los demás, sino también el prestigio y privilegios de los mismos. Esto se debe a que los portugueses eran blancos.

El blanco impregnó la ideología de la colonia y se reproduce a través de cuentos, versos, poemas. De este modo, la literatura era un instrumento de reproducción a favor de la hegemonía dominante que transmite la condición de ser blanco a su estatus privilegiado. Si bien este discurso indicó la dificultad de blanco empobrecida mantener el estado de la clase dominante (RIBEIRO, 1997, p.35). El “privilegio” de las mujeres blancas, fue en realidad sólo se dio cuenta cuando tenían condiciones económicas consideradas satisfactorias, pero nada de lo que sería blanco. Por supuesto, sin embargo, que tiene un color blanco, sus posibilidades eran mayores para ganar un lugar en el sol.

Hoy en día se puede decir que las mujeres tienen un gran avance, especialmente el derecho a asistir a la escuela los bancos, los hombres y las mujeres que compiten en el mercado laboral y con el objetivo de un único objetivo: la educación igual y para todos. Y las mujeres negras estaban luchando cada vez más implacable en la búsqueda de ese objetivo y este logro.

Pero se puede decir que la diferencia social y racial está presente todavía bastante intensidad. La mujer de negro pasa por muchas situaciones que te hacen sentir humillado, maltratado y, a menudo considerado como un ser insignificante, que no pueden asistir a la escuela en blanco y mucho menos tener un trabajo que le puede dar mejores condiciones financieras.

La opinión de que la mujer negro es incapaz de competir en el mercado de trabajo, y ni siquiera asistir a los bancos de la escuela, proviene de la época de la esclavitud, ya que los blancos tenían negro como la mano de trabajo pesado y poco coste. La mujer de negro que la esclavitud periodo, fue visto como doméstica y bueno para la cría, ya que muchos amos blancos usaron para satisfacer sus necesidades sexuales - ser mujer negro, “propiedades de los Lores”, la misma se debe este “disponible” para todos y todo lo que se le mandó.

Por desgracia, durante mucho tiempo esta “visión” de los siglos pasados, se perpetuó en nuestro país. Por esta razón, se hizo muy difícil de revertir esta “foto” pintada por nuestros antepasados. “La carrera negro tiene comportamiento psicológico inestable y por lo tanto no crea civilización” (Santos 1988).

Según el autor citado anteriormente nos hace reflexionar sobre el problema psicológico de las mujeres negras, especialmente negros. La falta de cuidado y respeto que las mujeres negras dejaron de recibir los hacía sentir descuidado y menos amado. Esto hizo que las mujeres a aislarse y sentirse a menudo “miedo” de ser feliz. Es muy importante trabajar las personas emocionales, especialmente aquellas mujeres que tienen las raíces de sus vidas plantadas en un pasado tan oscuro y desencantado. Desde el momento en que la mujer consigue críticamente pensar esta visión del pasado, desde luego todo será muy diferente dirección que el primer paso hacia la realización de un logro debe venir de dentro de sí mismo. La lucha para lograr igualdad de condiciones en el mercado laboral y en la vida, no estuvo ni está no es fácil. Pero hay que tener en cuenta que todo se puede hacer, siempre que conteniendo por la realización de este ideal.

La educación es un “bien precioso”. Todo el mundo debería tener acceso a ella. Al menos eso es lo que dicen que el ascenso político de la campaña electoral en la temporada de campaña. Sin embargo, hace que esta realidad está haciendo? Es una prioridad de los gobiernos para poner todas las personas en la escuela? Podemos decir que es el gobierno lugar prioritario en los bancos de la escuela cada vez más personas buscan

la educación como una herramienta para tener éxito en la vida y en la sociedad, pero no siempre es así porque a menudo la falta de oportunidades.

Apesar de la condición de las mujeres negras ha sufrido cambios, es decir, ya no es una propiedad, que continuó a ser considerado como “inferiores” en la mayor parte de la escuela situaciones. En, algunas chicas negras tienden a aislarse, o no pueden unirse las blancas, porque se sienten menos inteligentes y menos capaz. Há un gran absentismo escolar por lo general después del primer semestre de la escuela, porque no pueden adaptarse a las nuevas situaciones y “chistes” hechas por algunos estudiantes de color blanco sobre negro.

Estas y otras razones hacen que las mujeres negras terminan renunciando a la escuela y por lo tanto no puede buenos puestos de trabajo, o trabajar prestigio social.

Hay un alto porcentaje en nuestros días, una persona con la mentalidad racista y retrógrada de prejuicios. Tener sesgo significa la formulación de conceptos y opiniones antes de conocer la realidad. El prejuicio nace cuando un determinado grupo o individuo defiende uñas y dientes su identidad de ser el único legítimo. El otro no es válida porque es diferente. El sesgo se forma en tres dimensiones. En primer lugar es la asimilación de los conceptos es erróneos- cuando se lleva a cabo, por ejemplo, que “la mujer es estúpida”, “India es perezosa” y “negro está sucio”.

Luego, en un segundo momento, el miedo a la diferencia crea una sensación de inseguridad, que genera odio y desprecio.

La tercera dimensión que encarna la sensibilidad en violencia legal (segregación) o violencia física en contra de estas personas discriminadas. La escuela tiene un papel fundamental en la lucha contra los prejuicios, ya que participa en la formación de los niños como ciudadanos, aunque también es, en la escuela, nos enfrentamos a los mayores casos de prejuicio racial. Por lo tanto, el profesor siempre debe preocuparse no reproducir estereotipos, que pueden ser definidos como etiquetas y utilizados para (des) calificar en general, el sexo racial, étnica o diferentes.

Cuando el maestro trata de llevar al aula el tema “prejuicios raciales”, casi siempre encuentra cierto rechazo por parte de los estudiantes blancos y los estudiantes negros. Los estudiantes blancos dicen que no les gusta hacer comentarios sobre el tema, ya que puede “degradar” a los negros y los negros no les gusta hacer comentarios porque se sienten inferiores. Por lo tanto, este debate siempre termina siendo retrasada. Se genera también una muy gran controversia cuando el gobierno decidió adoptar el sistema de cuotas para los estudiantes negros, debido a que algunos negros piensan que las cuotas sólo se refuerzan, de hecho, los prejuicios raciales, y los estudiantes blancos se sentía enojado por no considere justa “medida” la capacidad del estudiante simplemente por el color de su piel.

Por lo tanto, cada vez más difícil se vuelve a comentar sobre el prejuicio racial y las posibles soluciones al problema. Corresponde al profesor para hacer que los estudiantes piensen en el problema de la raza y buscan soluciones. Después de la comprensión y la reflexión sobre el tema adecuado, se espera que los estudiantes son capaces de comprender mejor el problema. Sobre las cuotas, hay que decir, que es falso decir que la vestibular proporciona igualdad de oportunidades para todos los solicitantes, como se sugiere en un artículo en un periódico, “el hijo del ministro, juez o adjunto se convierte en un plebeyo.” Los asistentes a mejores escuelas, no tienen que trabajar, los padres han formado en la universidad y no sufre el racismo, ya sale adelante. Es la falacia de la democracia formal. “(Tragtenberg de 2003 p.A3)”.

DISCUSIÓN Y DEBATE SOBRE EL PROBLEMA

Según algunos investigadores negro la imagen de Brasil es visto de dos maneras, principalmente a Florestan Fernandes (1972) sostiene que la idea de una democracia multirracial. Espíritu abierto a la pluralidad dice necesidad de aceptación, la defensa de la diferencia y la otra. No se puede pensar la democracia a lo largo de las líneas del antiguo nacionalismo unificador, porque la interacción cultural, por lo tanto tendrá lugar impuesto desde arriba hacia abajo y la cultura que impondría sería la clase dominante. El proceso de integración bien pensado asume el envejecimiento general de la población brasileña, la pérdida de la aportación creativa que cada raza puede traer. Fernandes (1972) no quiere que esto encanecimiento, la desaparición del negro, pero “estándar auténticamente plural brasilidad, plástico y revolucionario”. Quiere que el negro de afirmarse y tomar su diferencia.

De acuerdo con las contribuciones de Fernandes sociólogo (1972), el estudio del negro de Brasil, se destaca: el desenmascaramiento del mito de la democracia racial, la idea de que los prejuicios y la discriminación racial están en un orden social y la supervivencia caracterización del comportamiento de Brasil sobre la cuestión racial como el “perjuicio de tener prejuicios”. Florestan Fernandes (1972), considera que el actual modelo de relación racial sigue siendo la construida en la sociedad de esclavos tradicional para mantener el negro en su lugar, mantener separados dos castas, ritualización y una convivencia jerarquía.

El sociólogo agregó que en un futuro lejano no debería haber una fusión no sería la absorción de negro por la cultura blanca, pero la síntesis en lugar enriquecedor en el que blanca también desapareció como tal. La visión Fernandes (1972) nos parece por lo tanto revelar su preferencia íntima para Uno, cuyo advenimiento pospuesta para un futuro indefinido. El futuro debe realizar nuestras aspiraciones para la igualdad, la justicia, la fraternidad. Pero este futuro no vendrá si no hay un esfuerzo por volver a la educación por el blanco, un cambio de actitud de las iniciativas propias y negro, para las partes de las políticas públicas para fomentar los planes de integración de la población negro. El sociólogo tiene fe en el poder que tienen los grupos, a través de la educación, la sensibilización y la acción política, para cambiar la orientación de la evolución de las estructuras sociales y de controlar su propio destino.

La idea de la inferioridad negro sirve para justificar la esclavitud y los prejuicios eran inherentes al régimen de “castas” de Brasil. La comportamientos evolucionan lentamente y el pasado persiste en la mentalidad, en los patrones de comportamiento especialmente aquellas que definen las relaciones raciais. O Brasil vivir bien en varias edades socio-históricos de forma simultánea. “Los blancos siguen disfrutando de una hegemonía completa, como si la sociedad era un régimen clase de productos híbridos (1965XII)”.

De acuerdo con Fernandes (1972) esta supervivencia estructuras arcaicas constituye una “anomalía” social. El prejuicio y la discriminación racial mantienen la desigualdad racial en un nivel incompatible con la expansión de la sociedad competitiva y en contradicción con los fundamentos legales de la democracia. Cuando la orden de esclavos tradicional se desintegra, la sociedad de clases, los prejuicios y la discriminación racial emergente, teniendo la función, debe desaparecer. Sin embargo, permanecen arraigados en la sociedad de clases.

Perjuicio de tener prejuicio es una manifestación más del mito de la democracia racial que es la misma que se esconde perjuicio de mantener el pasado en presente incompatible con los ideales democráticos de la nueva sociedad y el desarrollo del régimen de clase, carente de función aparente, se convierte en perjuicio negó, relegado al inconsciente.

Prado Jr. (1989) ocupa un lugar destacado en la historia del pensamiento racista en Brasil - la denuncia y la cuestión racial alerta. La por lo tanto, no es un tema de poca profundidad en la obra de este historiador, cuya interpretación se construye a partir de las relaciones sociales, siempre instigar una nueva investigación. Hasta la década del 40, apunta a la persistencia del pensamiento racista mantenida por un grupo de intelectuales brasileños que, entre muchos otros teóricos, hizo suyas las tesis de Gobineu y Lapouge, defendiendo en sus obras la existencia de razas superiores e inferiores, y el principal objeto de estudio de este trabajo, presentado como "científicos", los negros, cuando no está amenazado fueron percibidos, de la esclavitud a los culpables por varios "problemas" que enfrenta la sociedad brasileña.

Aunque muchos no aceptan el prejuicio racial es parte de nuestro repertorio cultural, siendo una ideología desarrollada por el grupo dominante y que, en el diseño de Gramsci, tiene la función de cemento para servir a lo social. Todos estructura personas tienden a ser etnocéntrico, esto, es a sobrevalorar su patrimonio cultural (idioma, costumbres, etc.). Este reconocimiento se relativiza cuando los europeos dominaban las poblaciones de otros continentes raciales, en la medida en que se empezó a hablar lenguas y culturas europeas comparten predominantemente europea. Tea, mientras que el etnocentrismo de los europeos estaba siendo sacudida, personas dominadas por ellos, se tiene la tendencia a ver el mundo y de sí mismo en el prisma de los europeos.

Al comentar el prejuicio racial es parte del repertorio cultural, me refiero a conseguir los rudimentos de la cultura de las manos de los portugueses, el negro es llevado a compartir la ideología del grupo que se superpone social, haciendo que las relaciones entre los dos empiezan a depender menos violencia y más consenso.

Ideología racial de Brasil ha sido relativamente estable debido a que las estructuras sociales de Brasil, en lo relativo a las relaciones entre blancos y no blancos han mantenido casi sin cambios. A pesar de los cambios en la sociedad local y nacional, desde finales del siglo pasado, el blanco de los contingentes, mulata, mulata, mestiza y la población negro todavía ocupan posiciones homólogas a las de sus antepasados, con un adelgazamiento de la gente de color como en que va desde los más desfavorecidos para los privilegiados. ¿Por qué decimos que el prejuicio racial es parte de nuestra cultura? ¿Cómo entender este concepto en el siglo XXI?

Desafortunadamente no tenemos una respuesta listo y terminado a esta cuestión o pregunta que surge todo el tiempo. El prejuicio está presente, sin embargo, tan a menudo, ya que no estaba trabajando con familias, instituciones educativas e incluso en las iglesias que buscan hacer comentarios, diciendo que era innecesaria. Si es así reaccionar, es porque no saben cómo tratar a un sujeto considerado como difícil de ser abordado por la gente.

Es en la familia que este problema afecta a la mujer de negro, ella tampoco ha asistido o no, bancos de la escuela, la familia juega un papel muy importante para tratar de resolver este prejuicio, porque es a través de la familia que recibe una buena base para todo en la vida. Esa ayuda debe comenzar temprano con los

niños y contaban historias que hablan y problematizan perjuicio. De hecho, muchas personas tienen tantos prejuicios que terminan omitiendo la existencia de personas de raza negra en sus familias, considerándolos como de baja inteligencia e incapaz, especialmente cuando se trata con el mercado laboral, cada vez más competitivo y que todavía no prevalece la capacidad o habilidad existente en cada persona, sino más bien el color de su piel y su apariencia.

Si la familia desde el principio, es decir, cuando los niños empiezan a educar a sus hijos de los negros, especialmente los niños socializar y jugar con otros niños considerados negro, hará que los niños crecen pensando que todos son iguales y no hay cualquier “barrera” entre las personas. En las grandes áreas urbanas, o incluso en los centros pequeños, para darse cuenta sin embargo, que los colores de los negros se cambian por clase social o económico. Es decir, las personas de color, profesional y económicamente exitoso, son extremadamente raros y casi exclusivamente masculina, lo que hace que la búsqueda de un cónyuge en el grupo blanco, a medida que se alejan de vista social y cultural de la corriente principal color y sus relaciones sociales simétricas tienen que ocurrir en los estratos sociales consideran iguales.

El origen del racismo no es ciencia es ser político, social o económico “fruto” utilizado por las personas para justificar sus intereses, la explotación económica, o como pretexto para la dominación política. Desde el punto de vista del comportamiento, el racismo es identificado por los prejuicios y las medidas discriminatorias. La manifestación conductual del prejuicio es la discriminación dirigida a mantener las características de nuestro grupo, así como su posición privilegiada a expensas de los participantes en el grupo de comparación. Por el prejuicio, las personas son juzgadas no por sus propios méritos sino sobre la base de las ideas engañosas.

Antes del siglo XV, el perjuicio no se relaciona específicamente con el antagonismo de razas. La aversión entre los grupos se pegó a las diferencias religiosas existentes entre los cristianos y infieles. Con los grandes descubrimientos y la colonización de nuevas tierras, los intereses políticos de las grandes potencias coloniales estaban oscurecidos por justificaciones raciales y religiosos y los prejuicios raciales se convirtieron en “nuevos colores”, mezclándose el imperialismo practicado por los europeos.

Por lo tanto, el prejuicio tiene una larga historia y era un arma muy eficaz para la dominación de las personas. Esto hace que entienda mejor la permanencia de los prejuicios raciales existentes en una base diaria, y especialmente en las escuelas. Ellos fueron asignados a los negros ciertos adjetivos como brutal, estúpida, sucia e inmoral. Argumentos étnicos o religiosos falsos fueron adoptados como señales para distinguir “buenos” de los “malos”. Así llegó a existir, por un lado, la “sangre limpia”, la pertenencia a una raza pura, superior e inteligente, y por el otro, los “infecciosas uno razas”, los parias, los miembros de una raza inferior. Estos signos constituyen un orden simbólico establecido por el grupo dominante para mantener su posición privilegiada, organizó toda la estructura legal y social, la manipulación de las leyes y convenciones, y controlan los medios de propaganda y comunicación.

Estas relaciones desiguales presentes en la sociedad brasileña ocupan todos los espacios y la escuela, nos encontramos a menudo para las escenas que nos choque y podemos ver que incluso en los libros de texto, los prejuicios y la discriminación se puede notar. Algunos educadores se dan cuenta, sin embargo, la importancia de trabajar el tema, la búsqueda de la comprensión, la educación de los niños de la aportación cultural que viene de negro y por lo que han enriquecido nuestras costumbres. De esta manera, los niños

crecen con una nueva visión de negro y frente a este pueblo como algo precioso para nuestra cultura y no como algo despectivo o vergonzoso.

Los niños negros son a menudo aislados en una habitación aula. A inocencia infantil con frecuencia se pierde con la interferencia de los adultos que crecieron las ideas en los niños de pequeñas cabezas: “No quiero que usted juegue con esa chica que cor. Eles no huele bien. ..”(Valente 1959). Varios son los ejemplos de los niños negros que a menudo son rechazados por sus compañeros de juego blancos. É una situación complicada, ya que es el padre, explicando que no hay ningún daño o ningún problema en ser negro. Mismo así, cualquiera que sea la explicación del padre, a menudo no pueden evitar nuevas situaciones similares suceda.

El prejuicio racial está presente en la mayoría de los eventos diarios, no sólo la escuela. El mayor problema es que la gente no reconoce su existencia y terminan asumiendo otra identidad, es decir, omitir su respuesta a sentir un poco de vergüenza al darse cuenta de que en el siglo XXI no pudo superar las ideas de esclavos. Se puede decir que la estructura de la escuela, así como tutores y profesores no están preparados para lidiar con el problema, que es lo que los profesionales prefieren la educación a comentar ya que ellos mismos no se sienten calificados ni preparados para discutir el tema.

Pero a pesar de todo los negros suben socialmente a través de la educación. Para “pasos agigantados”, algunos se las arreglan para llegar a la universidad. Con esta galgam algunos pasos en la jerarquía social (Valente, 1959, p.53). Y entonces, cómo se ven a sí mismos, mientras que el negro?

¿Qué es un negro Al parecer, sí; pero no diferencia. Cuando lo dice-es negro, estamos asignando una persona oscura, pobre, un descendiente de esclavos, un portador de una cultura particular, que es visto por los demás y de sí mismos como preta. Claro hay negros intensos, más o menos oscuro negro, etc., sino que estamos hablando en general, no excepciones. Como se ve, por tanto, ser negro en Brasil no es sólo una cuestión de raza, sino una posición social (ser pobre), (ser identificado y se identifican como negro) ubicación histórica (descendientes de esclavos) y antropológicos (propia cultura particular) y, finalmente, la identidad.

Veamos más de cerca la última parte de la definición de negro: el negro es la persona que otros identifican como negro y ella también. En los lugares donde vivo todo el mundo me identifica como negro. ¿Qué significa esto? Significa que me hace una idea negativa, porque las categorías de mi definición (oscuro, pobre, descendientes de esclavos, llevando a cierta cultura) son todos negativos.

Muy bien. Y si no acepto que estos atributos son negativos? ¿Y si tengo el orgullo de ser oscuro, pobre, descendiente de esclavos y que lleva una cierta cultura? Si orgullosos de estos impuestos, viendo en ellas cualidades, como parte de una historia y no como un defecto, entraré en conflicto entre sí, es decir, me negarse a aceptar la identidad de negro que yo quiero atribuir. Mas puede que se niegan a ser de color negro, si los demás creen que soy? hay duda que pueda. Puede ser negro. Negro es negro, que se rebeló contra la definición negativa de la negro. Ou dijo que una vez, el filósofo Jean Paul Sartre, el propósito de la negritud, “Negro es una roca que disparó si tirar hacia atrás será un negro. E por lo tanto, no hay duda de que los militantes del movimiento negro hacen un punto para decir negro, negándose atractivo como negro, oscuro, oscuro, color, etc.”(Santos, 1987). El texto de Santos (1987), nos lleva a reflexionar thermology utilizado para referirse a la materia: el prejuicio. El autor hace un breve comentario sobre la diferencia entre negro y negro, hace que deje de pensar y darse cuenta de que realmente hay una diferencia.

Pero, como se dijo anteriormente, el sesgo está presente en varios momentos y en diferentes situaciones de la vida cotidiana. La población negro todavía se enfrenta a una serie de restricciones sobre el acceso a la educación, la salud, el trabajo y la garantía de los derechos de los ciudadanos.

SOS Racismo programa, establecido en mayo de 1999 por los asuntos municipales de la Comunidad Negro de la Prefectura de Belo Horizonte, registró 60 quejas en abril de 2000. En Sao Paulo, la estación de policía especializada en delitos, establecida en 1993, recibe el promedio son quejas al día - 99% de negros que implican. Una encuesta sobre la discriminación racial en el año 2000, en Río de Janeiro, el Centro Conjunto de las Poblaciones Marginadas (CEAP), muestra que el 78% de la población del estado piensan que hay problemas de convivencia entre blancos y negros en el país. Del total de los encuestados, el 93% le atribuye el racismo existe en Brasil, el 87% dicen que no tienen prejuicios y el 15% dicen que han sido víctima de algún tipo de perjuicio. De los que dijeron que habían sido discriminados, 41% negro mulato 33%, 17% y místicos marrón, marrón 10% y el 6% son blancos (ALMAQUE de abril de 2000).

Como podemos ver estos datos, el prejuicio racial es parte de nuestra cultura. Es decir, al principio de los tiempos oscuros solamente se consideraron buena para llevar a cabo las tareas del hogar o de baja categoría. Así se creó una "visión" de la errónea negro considerada capaz de jugar "partes buenas" apena para ejercer tareas brutos y poco razonamiento.

En los libros de texto, que siempre que vemos y inhumanamente como negro llegó a Brasil, ¿cuáles eran sus deberes y así serviste. Dista los niños tengan acceso a la vista temprano que el negro fue considerado como "mano - de - el trabajo "barato y esencial para el trabajo pesado.

Hay algunas escuelas que incluso en los pasillos de la formación del procedimiento de clases - organización de la clase "fuerte" y "débil", tiene mucho interés en separar por color, es decir, blanco, considerado inteligente y capaz en una habitación, y los negros, los mulatos y marrón en otro sala. E incluso la participación de los acontecimientos, la escuela propone diferencias raciais. Por así que cuando decimos que el prejuicio racial es parte de nuestra cultura, nos referimos a que la parte en negro de nuestros vidas. Mas la forma en que estaba introdujo en nuestra cultura, se muestra de manera acrítica en nuestra escuela - hace que la polarización se acentuó en lugar de disminuir y superar.

CONCLUSIÓN

La situación de las mujeres negras y sobre todo negros en el siglo XXI, aunque diferente, tiene muchas similitudes a la experimentada durante la esclavitud. Aunque el negro ya no es un esclavo, o ya no es propiedad de nadie, él / ella todavía para ser considerados "inferiores". Tal como ocurrió poco después de la abolición de la esclavitud, el desempleo y subempleo siguen siendo mayores entre los negros que entre los negros blancos. Os por lo general unos pocos consiguen trabajo prestigio social, lo que hace aumentando con números negros que viven en lugares pobres y salir de la escuela, ya que pienso que los bancos no tienen "fuerzas" suficientes para competir con el blanco.

Hay mucho que hacer para tratar de resolver el problema. No se limite a pedir la aplicación de las cuotas para negros, que a veces hace que los negros se sienten más discriminados, y, para muchos, simplemente

refuerza la idea de que el negro no es capaz de estar en los mismos lugares y conquistar los mismos derechos que los blancos. Necesitamos mejorar las condiciones generales para que todos puedan competir como iguales, sin importar la raza, la religión o el color. Es necesario que la gente valora negro al igual que los blancos.

Sabemos que romper las barreras en busca de una educación igualitaria no es fácil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almanaque Abril. São Paulo: Brasiliense, 2002

Censo, 2010.

<https://oglobo.globo.com> › Política

FUNDAÇÃO Carlos Chagas, A mulher brasileira. Bibliografia Anotada I e II. São Paulo; Brasiliense, 1979 e 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/04062004pmecoreshtml.shtm>

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco. São Paulo: Companhia das letras, 1985.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. A educação da mulher no Brasil-Colônia. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SANTOS, Joel Rufino. Lugar de Negro. Rio de Janeiro; Marco Zero, 1982.

_____ O que é racismo? São Paulo: Moderna, 1992.

SANTOS, Anísio Ferreira. Eu, negro. São Paulo; Loyola, 1988.



O AVÔ E A AVÓ NA VISÃO DOS NETOS¹

Rosa Maria da Motta Azambuja²

RESUMO

Este artigo objetivou descrever a visão dos netos de suas relações com seu avô e sua avó com base na dimensão pessoa da teoria bioecológica de Bronfenbrenner. O estudo, de abordagem qualitativa, contou com a participação de seis avós e seus netos em idade escolar. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos da perspectiva educacional (roda de conversa e álbum de imagens). A *dimensão pessoa* ressalta as características da pessoa em dado momento de sua vida, sendo uma função conjunta das características individuais e do ambiente ao longo do curso de sua vida naquele dado momento, analisada por meio de três núcleos básicos: *demanda recursos* e *força*. No núcleo *demanda*, apresentamos as diferenças e semelhanças de gênero; no núcleo *recursos*, destacamos os modos de contato nas linhagens; no núcleo *força*, evidenciamos as preferências de gênero na escolha das crianças. Os principais resultados apontam que há diferença nas relações intergeracionais em função de gênero: enquanto as avós realizam atividades em espaços internos, como jogo educativo e eletrônico, os avôs preferem os espaços externos, como jogo de salão e futebol na praia. Devemos igualmente remarcar a importância dos seguintes aspectos: a comunicação bidirecional em contraposição à unidirecional; informações precisas e fidedignas; o sentimento de objetivos comuns; confiança mútua; equilíbrio de poder. Conclui-se que avós e netos se adaptam às novas circunstâncias de vida, modificando as formas de interagir e brincar com o intuito de continuar interagindo e continuar brincando.

PALAVRAS-CHAVE: Avô e avó; Netos; Teoria Bioecológica.

ABSTRACT

This article aims to describe the vision of the grandchildren of his relations with thier grandfather and grandmother based on the dimension of the person bio-ecological theory of Bronfenbrenner. This qualitative study included the participation of six grandparents and grandchildren of school age. For data collection, instruments of educational perspective were used (conversation wheel and picture album). The person dimension points out the person's characteristics at a given moment of his life, being a joint function of the individual characteristics and the environment over the course of his/her life at that given moment, analyzed

1 Este estudo é parte da tese de doutorado "o cuidar dos avós visto pelos netos em idade escolar", defendida no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, da primeira autora orientada pela segunda autora,
2 **Rosa Maria da Motta Azambuja:** Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Endereço para correspondência: Alameda Salerno 113. Pituba – CEP 41.830-500, Salvador – Ba, Brasil
E-mail: psicoazambuja@hotmail.com



by means of three basic sections: demand, resources and strength. At the demand nucleus, we present the differences and similarities gender; at the resources nucleus, we highlight the contact patterns in lineages; the strength nucleus evidences the preferences of genre in children` choose. The main results show that there are differences in intergenerational relationships by gender: while the grandparents perform activities in internal spaces, such as educational and electronic games, grandfathers prefer external spaces such as parlor game and football on the beach. We must also remark the importance of the: two-way communication as opposed to one-way; accurate and reliable information; the sense of common goals; mutual trust; power balance. We conclude that grandparents and grandchildren adapt to new circumstances of their life by modifying the ways to interact and play in order to continue interacting and continue playing.

KEYWORDS: Grandmother and Grandfather; Grandchildren; Bioecological Theory.



INTRODUÇÃO

Nas relações entre avós e netos, o gênero aparece como uma dimensão da pessoa fornecendo compreensão ao convívio intergeracional. Esta se manifesta nas diferenças e semelhanças entre avós e avôs; no modo de contato das linhagens maternas e paternas; na preferência dos gêneros na percepção dos netos. Os relatos das crianças são testemunhos de suas próprias escolhas, sendo que as falas das crianças, suas brincadeiras, desenhos, e muitas vezes até mesmo seu silêncio, revelam suas percepções em relação ao mundo que as cerca (Sherer, 2009, 7).

Buscando responder a estas questões, pesquisas voltadas aos relatos de netos crianças visaram compreender a distinção das atividades realizadas pelos avós de gêneros masculino e feminino. Assim, Ramos (2012) entrevistou 36 meninos e meninas, na faixa etária entre oito e dez anos, oriundos de família nucleares, monoparentais, reconstituídas e conviventes e pertencentes à classe média da cidade de Porto Alegre, Região Sul, cujo objetivo buscou compreender como as relações de gênero operam nas relações entre as gerações a partir da perspectiva dos netos crianças. Os resultados mostraram um forte entrelaçamento entre as relações de gênero e as relações intergeracionais. De um lado, as relações entre avós e netos são influenciadas pelas afinidades e pelos estilos de avosidade desempenhados pelos avôs e pelas avós; de outro, esta relação é perpassada pelas relações familiares e pela própria linhagem na qual os avós se encontram. Os avôs são menos envolvidos no cuidado intergeracional, mas foi possível observar um movimento dos homens neste sentido, que, normalmente, se direciona para atividades fora do ambiente doméstico – como buscar ou levar o neto à escola – e a brincadeiras mais dinâmicas e perigosas. Estes são aspectos relevantes tanto para os meninos quanto para as meninas, não havendo grandes diferenças de gênero quanto às expectativas e experiências intergeracionais das crianças entrevistadas.

Moreira, Rabinovich & Silva (2009) em estudo que envolveu a participação de 60 crianças, com idade variando entre 6 e 10 anos, sendo 24 do sexo masculino e 36 do feminino, cujos pais tinham nível socioeducacional entre baixo e médio, residentes no Estado da Bahia, Região Nordeste – a metade morava na capital e a outra metade em cidades do interior. O objetivo do estudo foi investigar a concepção das crianças sobre sua definição dos membros da família, inclusive de avós. Os dados evidenciaram que, segundo os netos, o avô seria mais lúdico e a avó mais afetiva e cuidadora.

Em estudos internacionais, Smorti, Tschiesner & Farneti (2012) entrevistaram 373 avós italianos (153 do sexo masculino; 220 do sexo feminino) com idade entre 53 e 88 anos, sendo 205 materno e 168 paternos, em centros de convivência para idosos em Bressanone, Itália, cujo objetivo foi investigar os sentimentos e atividades realizadas pelos avós do lado materno e paterno. Os resultados mostraram que os avós apresentam sentimentos positivos em relação aos netos e atribuem uma grande importância ao seu papel de educador e auxiliar. Quanto às atividades, a linhagem paterna realiza mais atividades compartilhadas do que a materna. Em relação ao tipo de atividades, as mulheres realizam atividades linguísticas, como contar histórias de fábulas ou sobre sua própria família, enquanto que os homens se dedicam às atividades ao ar livre e à prática esportiva.

Em Portugal, Rodrigues (2008) entrevistou 17 avós e 17 mães todas pertencentes ao mesmo núcleo familiar. As avós, tanto maternas como paternas, deveriam estar presentes nos cuidados aos seus netos. O

estudo teve como objetivo compreender qual a importância das avós no contexto familiar e a sua importância no cuidar das crianças num contexto rural, tendo sido escolhida a localidade de Foros de Salvaterra, no concelho de Salvaterra de Magos. Os resultados apontaram que as avós continuam sendo muito importantes na transmissão de saberes culturais, apoio financeiro e cuidados infantis. Há um maior envolvimento dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados infantis, como banho, o adormecimento, o vestir, a alimentação e mesmo atividades lúdicas. A avó que mais ajuda é aquela que está mais presente, independentemente de ser a avó materna ou paterna.

No entanto, pode-se dizer que os estudos envolvendo avós e netos e gênero são ainda incipientes. Nota-se que, no Brasil, há uma tendência de os homens se envolverem em atividades lúdicas com os netos mais do que propriamente no cuidado doméstico (Pedrosa, 2006; Moreira, Rabinovich & Silva, 2009; Ramos, 2011). Porém, a nível internacional, além de se constatar a tendência lúdica dos avós e a transmissão de saberes pelas avós, é possível perceber a participação dos avós em atividades ao ar livre e a prática esportiva (Rodrigues, 2008; Smorti, Tschiesner & Farneti 2012). Nesta direção, o presente estudo pretende responder à questão, contemplando o seu objetivo: como se dão as relações com o avô e com a avó do ponto de vista dos netos? Em que se assemelham e em que diferem?

Bronfenbrenner compreende a ecologia do desenvolvimento humano como uma “mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente” (1996, 5). Consiste em um processo de progressiva e mútua acomodação entre o ser humano ativo, em crescimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos. Esta interação entre a pessoa e o meio ambiente se caracteriza pela reciprocidade sendo, portanto, bidirecional.

Os níveis estruturais do mapa ecológico são: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema, sendo que será dada ênfase na análise dos elementos do microsistema. O microsistema “é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (Bronfenbrenner, 1996, 18). Trata-se, portanto, de um ambiente ou local onde o indivíduo pode estabelecer interações face a face; nesse estudo, a relação entre avós e netos.

Em ecologia humana, a díade é considerada uma unidade básica de análise. O referido autor considera-a como a estrutura interpessoal mais simples e, conseqüentemente, como o contexto mais imediato do desenvolvimento humano. Uma das mais expressivas contribuições da abordagem ecológica refere-se às propriedades atribuídas à díade. Segundo Bronfenbrenner (1996), três características são essenciais para o desenvolvimento de atividade conjunta: reciprocidade, equilíbrio de poder e relação afetiva.

A reciprocidade está relacionada à maneira como os participantes interagem entre si, como um influencia o desenvolvimento do outro, pois, quando um membro de uma díade sofre um processo de desenvolvimento, o outro também o sofrerá.

Em uma relação diádica, um membro pode ser mais influente que o outro, embora a ideia de reciprocidade sugira igualdade de poder. O ideal é que essa maior influência seja alternada entre os participantes da díade, havendo, então, um equilíbrio de poder. Estudos mostram que os netos recebem ajuda nos deveres da escola, auxiliam os avós na prestação de serviços como tirar os pratos, enxugar os pratos, guardar os brinquedos no lugar certo. Enquanto que no momento dos jogos, são os netos que exercem maior influência sobre a situação, passando a dominar (Contrin, 2006; Ramos, 2011).



Bronfenbrenner enfatiza que a participação em uma interação diádica oferece a oportunidade para aprender a lidar com a relação de poder, desenvolve capacidade para o exercício de controle sobre a situação. No caso dos netos, estes podem receber, por exemplo, conselhos dos avós. “Na medida em que ocorrem interações desenvolvem-se sentimentos diferenciados e duráveis entre seus membros” (1996, 47). Nesta medida, pode-se pressupor que, destas trocas lúdicas, uma relação de trocas de longo prazo possa estar sendo estabelecida.

Para o referido autor, relações afetivas positivas e genuínas evoluem para um tipo de relação denominada díade primária, que é o tipo mais duradouro de interação. As díades primárias existem para os participantes mesmo que eles não estejam fisicamente juntos. Essa convivência, sob a ótica proposta, pode ser vista como relações microssistêmicas, envolvendo contatos de proximidade (com interações face a face) entre avós e netos, estabelecidos no cotidiano e em seu ambiente imediato, como também em mesossistemas, em função da interação existente em outros contextos, como a moradia dos avós e locais onde circulam.

É importante mencionar que as mesmas propriedades que definem um mesossistema protetor ao desenvolvimento humano – formas de ligação, comunicação e disponibilidade de conhecimento –, acontecem em outras atividades realizadas conjuntamente, ampliando o referencial de experiência dos netos.

Segundo a teoria bioecológica, essas comunicações interambientais podem ocorrer de forma unilateral ou bilateral, dependendo das características e condições dos ambientes em que os comunicantes se encontram.

Portanto, as concepções fundamentais do modelo ecológico de Bronfenbrenner pressupõem que, além destes indivíduos e seus ambientes estarem em mútua e recíproca interação através dos processos proximais, é preciso atentar para a importância do aprendizado do que ele chama de “experiência humana” (1996, 43) essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, com vistas ao aprendizado da convivência, das práticas de cuidados de si, de outrem e dos ambientes, com prioridade para a solidariedade.

Nesses termos, pode-se afirmar que os avós que cuidam das crianças funcionam efetivamente como contextos de desenvolvimento humano, na medida em que contemplam um complexo de atividades, papéis e relações que caracteriza o ambiente ecológico (Bronfenbrenner, 1996).

De forma concisa, duas condições ambientais e sociais são importantes para o desenvolvimento do ser humano:

- 1) cuidador – além da rotina, que necessita ser controlada, a criança necessita de alguém que realize atividades em conjunto;
- 2) papel de desempenho dos avós – tem sido bastante destacado pela literatura. A peculiaridade desses membros familiares está relacionada à maior experiência que possuem quanto à criação de outras pessoas e por subsidiarem apoio emocional e instrumental ao grupo, dado o seu conhecimento acerca da situação de cuidado.

Em resumo, de todos os ambientes que ajudam a construir o humano, a família provê as condições desenvolvimentais mais importantes: o amor e o cuidado que a criança necessita para fazer florescer o seu potencial (Bronfenbrenner, 2004). Já nas décadas posteriores, durante as quais Bronfenbrenner ampliou a sua abordagem, as novas reformulações do modelo ecológico de desenvolvimento humano, realizadas por Bronfenbrenner e Morris (1998), incluem uma nova forma de olhar as propriedades da pessoa em desenvolvimento.



Nesta teoria, o uso do termo do desenvolvimento humano é revisto e complementado: “desenvolvimento refere-se à estabilidade e mudança nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o ciclo de suas vidas e através das gerações” (Bronfenbrenner, 1995, 995). Segundo o autor, o processo se estende no curso da vida, através de gerações sucessivas e do tempo histórico, tanto no passado como no futuro (Bronfenbrenner, 2004).

Outro aspecto proposto no novo modelo é o construto teórico “processos proximais”, entendido como “formas particulares de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e compreendem os primeiros mecanismos que produzem o desenvolvimento humano” (Bronfenbrenner e Morris, 1994). No modelo bioecológico, são reapresentados quatro aspectos multidirecionais inter-relacionados, o que é designado como modelo PPCT: “pessoa, processo, contexto e tempo”.

A dimensão pessoa ressalta as características da pessoa em dado momento de sua vida, sendo uma função conjunta das características individuais e do ambiente ao longo do curso de sua vida naquele dado momento (Bronfenbrenner, 1996, 90). Há três núcleos básicos: demanda, recursos e força.

No núcleo *demandas*, apresentamos as diferenças e semelhanças de gênero. No núcleo *recursos*, destacamos os modos de contato nas linhagens. E, por fim, no núcleo *força* evidenciamos as preferências dos gêneros na escolha das crianças.

O ESTUDO

Este trabalho consistiu de um estudo de abordagem qualitativa. O estudo foi realizado com alunos de uma escola privada do Ensino Fundamental na cidade do Salvador, Bahia. A instituição se localiza em um bairro nobre da cidade, atende a um público de classe média alta e oferece sistema de bolsa para alunos filhos dos funcionários de baixa renda. A coleta de dados foi feita nas dependências da instituição. Para a localização das famílias, foi indicado pela coordenadora. Foram participantes do estudo seis crianças de seis crianças, três estudantes do sexo feminino e três do sexo masculino, na faixa etária de 6 a 9 anos de idade, de classe média e baixa juntamente com suas avós em uma escola particular de classe média na cidade do Salvador. Adotou-se como critério de inclusão dos participantes os netos conviverem com os avós na mesma cidade.

Como modo de acesso aos participantes, foram realizados dois procedimentos: roda de conversa e álbum de imagens da perspectiva educacional.

Roda de conversa – Para ouvir as crianças em grupo sobre suas próprias experiências e legitimar suas narrativas de convivência com os avós como fonte de pesquisa realizamos a Roda de Conversa. Nesse contexto, o diálogo é um momento singular de partilha, uma vez que pressupõe um exercício de escuta e fala. As colocações de cada participante são construídas a partir da interação com o outro, sejam para complementar, discordar, ou mesmo para concordar com a fala imediatamente anterior. Questionou-se sobre “*como é a convivências com os avós?*” e “*o que vocês fazem juntos?*”

Álbum de Imagens – Para suscitar narrativas individuais, foi apresentado individualmente a cada criança um álbum de imagens contendo gravuras para seleção de imagens que representariam os tipos de atividades

que fazem juntos com avós. Através da apresentação de vinte gravuras, pretendeu-se levar a criança a se projetar nos personagens para a percepção da relação entre avós e netos. O instrumento consiste na escolha da gravura com o qual a criança mais se identifica.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), sob o CAAE nº. 35769214.3.0000.5628. Em seguida, tanto as mães, avós e crianças participantes assinaram o Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido.

A fim de dar início à coleta de dados, cada membro da família teve a oportunidade de responder à sua entrevista individualmente, no primeiro dia. Ficou agendado com a coordenadora escolar o dia e horário para o encontro com as crianças. Vale ressaltar que a participação ocorreu somente com a presença feminina das avós, sendo que o convite era para o avô e avó. A duração das entrevistas com as avós foi de 20 a 45 minutos, e com as crianças, de 60 minutos.

Seis avós eram do sexo feminino, sendo quatro da linhagem materna, uma paterna e uma sócioafetiva; a média das idades era 64,5 anos; quanto à situação conjugal, três eram casadas, duas viúvas e uma divorciada; quanto à escolaridade, duas possuíam ensino superior, três o ensino médio e uma o ensino fundamental; em relação à profissão, três eram aposentadas, uma pensionista, uma autônoma e uma funcionária pública; já a classe social, três eram de classe socioeconômica média e três de classe socioeconômica baixa.

Além disto, as duplas foram classificadas por: avós de tempo integral: cuidam integralmente de seus netos; avós sistemáticas: cuidam dos netos em atividades realizadas sistematicamente, como levar à escola; avós esporádicas: convivem com netos quando solicitadas ou por desejo próprio (ver Quadro 1 e Quadro 2).

Quadro 1 – Perfil sociodemográfico das avós pesquisadas – Salvador, 2015

TIPO DE CUIDADO	AVÓS						
	Idade	Escolaridade	Profissão	Situação Conjugal	Mora- dia	Linhagem	Classificação So- cioeconômica
Integral	65	Ensino Médio	Professora aposentada	Casada	Casa	Socioafetiva	B2
	70	Ensino Funda- mental	Pensionista	Viúva	Casa	Materna	C1
Sistemática	63	Ensino Supe- rior	Bancária aposentada	Divorciada	Apto	Materna	B2
	56	Ensino Médio	Autônoma	Casada	Casa	Materna	C1
Esporádica	72	Ensino Médio	Servidora pública apo- sentada	Viúva	Apto4	Paterna	B2
	61	Ensino Supe- rior	Assistente Social	Casada	Apto	Materna	C1

Nota: Classe B2: renda média familiar de R\$ 3.118; Classe C1: renda familiar de R\$ 1.861, segundo dados do Critério de Classificação Econômica Brasil (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2014). Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – Perfil sociodemográfico dos netos pesquisados – Salvador, 2015

Tipo Cuidado		Gênero	Idade	Ano escolar	Corresidência	Contato avós maternos	Contato avós paternos	Classificação Socioeconômica
Integral	I (1)	Feminino	7	3º	Avós adotivos	Nunca	Nunca	B2
	I (2)	Masculino	9	5º	Avô e mãe	Diariamente	Nunca	C1
Sistemático	S (1)	Masculino	8	4º	Pais	Avô	Às vezes	B2
						Final de semana		
	S (2)	Feminino	6	2º	Pais	Às vezes	Nunca	C1
Esporádica	E (1)	Masculino	6	2º	Pais	Dias de semana	Diariamente	B2
	E (2)	Feminino	9	5º	Pais	Às vezes	Diariamente	C1

Fonte: Elaboração própria

ANÁLISE

A análise foi realizada por meio de derivações sucessivas, orientadas pela teoria bioecológica, partindo de dados concretos decorrentes dos dados obtidos por meio dos instrumentos utilizados, em uma direção cada vez mais abstrata, conforme poderá ser apreciado nos tópicos que se seguem: resultados (dados obtidos), discussão (integração destes dados com a teoria) e síntese (integração dentro da teoria).

Núcleo demanda - as diferenças e semelhanças entre avós-mulheres e avôs-homens

Para as crianças, as diferenças são dadas pela divisão do trabalho - “*avó faz comida e o avô me leva na escola*” (neta integral); “*avó ensina o dever e o avô leva a passear*” (neta sistemática); “*minha avó brinca comigo no computador e o meu avô joga totó no play*” (neto esporádico).

As crianças observam que o espaço doméstico interno é muito mais do domínio da avó; contudo, quando os avôs ficam em casa a imagem que os netos têm é a de um homem que “*fica sentado, só assistindo televisão*” (neta integral). Para a neta sistemática, os homens “*ficam em casa, lendo jornal, porque a mulher fica fazendo as tarefas de casa*”. A avó esteja ela trabalhando ou aposentada, continua bastante ativa no espaço doméstico, dando continuidade às tarefas que muitas vezes ela desempenhou ao longo de toda a sua carreira de esposa e de mãe. “*Eu também vejo isso*”, conta o neto esporádico, “*porque o meu avô ajuda, ele faz as compras no mercado, enquanto a minha avó faz o almoço*”.

Segundo Saraceno e Naldini (2001), o casamento não dá origem apenas a uma vida a dois, mas, também, à divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores e dos destinos pessoais de homens e mulheres.

Ainda que alguns poucos avôs ajudem nas tarefas da casa, como o avô do neto esporádico citado

acima, as horas destinadas ao trabalho doméstico diferem entre os sexos, sendo comprovado pelos dados do IPEA: enquanto a média brasileira em 2008 era de 25 horas semanais para as mulheres, ela era de apenas dez horas para os homens (Ramos, 2012).

As mulheres sempre estiveram mais envolvidas com o cuidado da casa e dos filhos. Muitas dessas avós provavelmente foram socializadas em um sistema voltado à divisão de tarefas por gênero, como bem observa a neta integral, *“a minha avó cuida bem mais do que o meu avô”*. As avós da linha materna têm geralmente maior envolvimento com os netos, embora seja importante a idade da avó, a sua saúde e a proximidade geográfica (Harper, 2006; Silva, 2010).

O lugar ou o papel do avô se constituem a partir dos contextos socioculturais em que convivem. Ainda que esta não seja uma constante no cotidiano, a figura do avô é transmitida para o neto pela geração intermediária. *“Os seus relatos transmitem um patrimônio que se deixa para aquele que escuta: o neto. Numa relação na qual o passado tem valor, recobra significado no presente que se constrói”* (Pedrosa, 2006, 42).

Nos países desenvolvidos, e em vias de desenvolvimento, as configurações familiares mudaram radicalmente nas últimas décadas (Motta, 2004). Atualmente, é fácil encontrar a convivência de até quatro gerações concomitantemente. Desta maneira, aumenta o número de avôs e o número de anos que uma pessoa vai viver como avô. É habitual nos dias de hoje compartilhar a vida adulta dos netos, criando novas modalidades vinculares de solidariedade mútua, onde freqüentemente estes se transformam em seus cuidadores e/ou exercem uma função mediadora quando existem conflitos com a geração do meio (Goldfarb & Lopes, 2006).

Nas interações cotidianas, as crianças fazem muito menos referência aos seus avôs do que às suas avós, sendo possível constatar que os homens são menos envolvidos no cuidado intergeracional, ainda que muitos tenham o compromisso de levá-los e buscá-los na escola *“o meu avô é quem me leva e me busca na escola”* (neta integral). Contudo, costumam desempenhar tarefas mais auxiliares e paralelas, ajudando seus netos fora do espaço doméstico ou na fronteira entre o público e o privado,

Porém, quando estão dentro de casa, costumam ser companheiros de TV e jogo como declara a neta sistemática *“assisto TV com meu avô e depois jogamos cartas”*; *“quando a minha avó não tá para me ensinar o dever, peço ao meu avô* (neta integral). As diferenças de gênero no envolvimento com as crianças são facilmente percebidas por elas:

Neta integral (sobre os avós socioafetivos) – Os meus avós são muito bons, mas tem uma diferença... eu vou explicar, quem cuida de mim é a minha avó e o meu avô fica na frente da TV, ela conversa mais comigo, se preocupa mais...

Neta sistemática (sobre os avós maternos) - O meu avô é diferente da minha avó, ele é mais engraçado, gosta de fazer campeonato, no play, de quem faz mais gol; a minha avó gosta de conversar saber como foi o meu dia, o que quero fazer, o que quero comer...

Quando os avôs têm uma postura mais engajada com seus netos, esta normalmente não acontece no cuidado instrumental, como das avós, mas nas brincadeiras que eles proporcionam aos pequenos, quase sempre divertidas e agitadas, que fazem com que as crianças os caracterizem como engraçados e brincalhões (Harper, 2006; Ramos, 2011).

Como podemos observar, os avôs parecem ter uma imagem bastante ambivalente. Por um lado, os relacionamentos com os netos tendem a ser menos calorosos do que aqueles construídos com as avós, o que evidencia um envolvimento menor dos homens nessa relação. Por outro lado, encontramos em alguns avôs, sistemáticos e esporádicos, momentos de ludicidade, que os colocam em lugar de destaque frente àqueles vividos na companhia das avós.

Apesar de não haver diferenças notáveis entre os dois sexos no que diz respeito ao desejo de convívio com a família, as diferenças surgem quando as mulheres se destacam no exercício de trabalhos internos, atividades sociais e religiosas. Os homens destacam-se em prestação de serviço externo e práticas esportivas. As diferenças entre os dois sexos evidenciam as características tradicionalmente mais altruístas por parte das mulheres e a sua dedicação voltada ao cuidado (Pires, 2010).

Mas as diferenças de gênero não se encerram nos estilos ou nos modos de interação assumidos pelos avôs e pelas avós. A linhagem também é um recorte de gênero importante, que influencia no modo e na intensidade do contato estabelecido entre eles e seus netos.

Muitas pesquisas contemporâneas mostram que, nas sociedades ocidentais, os laços com o lado materno tendem a ser mais fortes do que com o lado paterno, em virtude da centralidade das mulheres nas relações familiares através da solidariedade feminina e matrilinearidade (Attias-Donfut, 2004; Motta, 2004; Harper, 2006; Kipper; Lopes, 2006; Mann, Khan, Leeson, 2009; Marcondes, 2010; Ramos, 2011).

Núcleo Recurso: Modo de contato das linhagens: solidariedade feminina e matrilinearidade

Solidariedade feminina

Por meio do suporte emocional oferecido, o neto de tempo integral declara: *“ela cuida de mim para a minha mãe trabalhar e estudar”*. Assim, as avós permitem que a segunda geração continue trabalhando e estudando.

Essa solidariedade também ocorre entre noras e sogras. Segundo Ramos (2011), quando as relações entre noras e sogras são boas, garantem que o contato com a linha paterna não se perca, como explica a neta esporádica: *“às vezes a minha mãe liga prá minha avó que é mãe do meu pai e pergunta se eu posso ir prá lá, aí eu vou”*. Por outro lado, a outra neta de tempo integral associa o cuidado à figura materna: *“ela é uma segunda mãe”*.

Matrilinearidade

A literatura aponta que grande parte dos cuidadores pertencem à linhagem matrilinear (Kipper & Lopes, 2006) e que a intensa convivência assim como o cuidado que elas direcionam aos netos são vistos por eles como fatores importantes, o que faz com que as crianças muitas vezes as identifiquem como uma *“segunda mãe”*, comentado pelos seguintes netos: *“ela me ajuda nas tarefas escolares quando não sei”* (neta integral); *“ela faz comidinha gostosa, lê histórias para mim quando eu vou em sua casa”* (neto sistemático); *“me dá remédio na hora certa”* (neto esporádico).



A ênfase nas avós maternas tem perpetuado a matrilinearidade dos estudos sobre avós, apoiando a ideia de que a continuidade familiar tem mais probabilidades de persistir através das mulheres e que as mulheres, independentemente da idade, têm mais probabilidades de conservar laços mais estreitos com filhos e netos (Harper, 2006).

Em relação ao papel feminino, Attias-Donfut (2004) informa que, o cuidador é um papel tradicionalmente exercido pelas mulheres. O surgimento da sociedade multigeracional ampliou este papel com o aparecimento de uma geração de mulheres que a autora designou como “pivô”, pois ajuda ao mesmo tempo, os pais idosos, os filhos e os netos. A autora a denomina como uma rede de ajuda mútua que se estrutura nas relações multigeracionais femininas, pois as mulheres da família se ajudam mutuamente e assim perfazem um ciclo de reciprocidades.

“As mulheres tomam conta de seus filhos, depois dos netos, ao mesmo tempo em que se ocupam dos seus pais e, quando ficam mais velhas, recebem o apoio de seus filhos, principalmente, das filhas e noras em um ciclo de reciprocidade diretas (por parte dos filhos pela ajuda que eles mesmos receberam), mas, também, indiretas (pela ajuda que deram aos seus próprios pais).” (Attias-Donfut, 2004, 102).

É importante ressaltar, nesse estudo, que da linhagem materna e paterna, a figura mais presente na vida das crianças são as avós e os avôs maternos, coabitando ou não, enquanto a avó paterna foi citada mais do que os avôs paternos.

Como bem destaca Britto da Motta, “[...] as mulheres ‘tecem’ ou intermediam as relações domésticas e de família, mantendo tradicionalmente unidas duas ou três gerações” (2004, 6). Por isso, salvo algumas situações de conflito ou de impossibilidades, as jovens mães costumam buscar mais apoio de suas próprias mães do que de suas sogras no cuidado das crianças, intensificando o contato com a linhagem materna.

Além disso, a avó materna é também considerada mais influente do que os avós paternos, em termos de proximidade, estreitamento de laços e por proporcionar uma sensação de segurança (Harper, 2006; Mann, Khan, Leeson, 2009).

Segundo Marcondes (2010), duas possíveis causas para a matrilinearidade são: a ausência do homem ou maior confiança da mãe em sua própria genitora como cuidadora secundária pois, historicamente, há no Brasil, muitas mulheres sem companheiros fixos. Como aponta o autor:

“[...] intensos fluxos migratórios, uma alta mortalidade masculina e outros aspectos da vida social relacionados aos contextos socioeconômicos e culturais historicamente tornaram os arranjos monoparentais femininos algo há muito presente na realidade das famílias nordestinas, destacadamente nos segmentos sociais mais pobres.” (Marcondes, 2010, 6).

Na pesquisa foi possível constatar que a ausência dos avôs na convivência dos netos por motivo de falecimento e separação conjugal.

O índice de divórcios não é alto apenas entre a população mais jovem. Ele também tem aumentado no grupo com mais de 60 anos que, devido à maior longevidade e às mudanças no estilo de vida, tem optado por redefinir seus relacionamentos conjugais e sua satisfação pessoalmente mesmo em uma idade mais avançada (Ramos, 2011).



Segundo dados do IBGE (2010), entre 2003 e 2006 o número de perdidos de divórcio nessa faixa etária aumentou em 27,8% quando feitos pelos homens e 29,3% quando feitos pelas mulheres.

Nesta pesquisa, um dos netos possuía avós maternos divorciados: enquanto o menino tem um relacionamento próximo e intenso com a sua avó, o contato com o avô materno é distante e quase inexistente, ocorrendo apenas por telefone “*meu avô não mora com a minha avó, de vez em quando ele fala comigo por telefone*” (neto integral). Contudo, a qualidade da relação também tende a se modificar, principalmente quando ela vem acompanhada da desaprovação dos filhos (Attias-Donfut, 2002).

Núcleo Força - Preferência dos gêneros

Em relação à preferência, a literatura aponta que a eleição afetiva dos avós em relação aos netos e dos netos em relação aos avós, acontece principalmente na infância, momento em que há uma redefinição dos papéis familiares em virtude do nascimento do novo descendente, e momento em que essas duas gerações tendem a conviver por mais tempo, principalmente nas situações de cuidado e guarda dos netos (RAMOS, 2011).

Quando os elos são fortes, os avós tendem a ocupar “*um bom espaço no coração*” (neta integral) das crianças, e elas mostram que essa afeição tem amor suficiente para durar a vida inteira, estendendo-se durante a adolescência e a fase adulta. O neto integral, por exemplo, diz assim: “*eu gosto tanto da minha avó que se a minha mãe morrer, eu sei que ela cuidaria bem de mim*”. Isso mostra a singularidade e a importância que certos avós ocupam na vida de seus netos.

Contudo, a predileção não acontece espontaneamente, sendo atravessada por diferentes fatores que influenciam essa relação, tais como: a assiduidade do contato, a frequência com que os avós cuidam de seus netos, as afinidades entre eles, as brincadeiras, as condições de saúde dos avós e a própria troca de presentes e serviços que, como destaca Peixoto, “*traduzem a atenção com o outro e alimentam a afeição*” (2004, p.100).

Para o neto sistemático, por exemplo, sua avó materna é sua “*avó preferida porque ela é muito legal, divertida, leva a passear no shopping quando [ele vai] na casa dela*”. O mesmo acontece com o neto esporádico, que acha os seus avós muito legais porque “*o meu avô joga totó no play e minha avó brinca na piscina comigo*”. A predileção pela linha materna tende a ser mais intensa do que a convivência com a linhagem paterna tanto nas famílias nucleares, monoparentais quanto nas conviventes.

As motivações que impulsionam as escolhas das crianças podem ser de várias ordens. Em relação aos avôs, sejam eles paternos ou maternos, o critério de escolha normalmente recai sobre a brincadeira e a diversão, aspectos que, como comentei anteriormente, caracterizam o modo como os homens mais engajados vivem esse papel. Para as avós, os critérios tendem a ser mais variados, mas o jogo e a ludicidade também são fatores importantes, tendo sido destacados como critério de preferência principalmente para as avós paternas: “*quando eu vou na casa da minha avó, ela joga dama, me ensina a bordar, faz coisas diferentes que a outra avó faz comigo que é de me cuidar*”, declara a neta esporádica. Outro critério que impulsiona as escolhas dos netos é a coabitação. Quando elas moram com os avós, esse aspecto é ainda mais visível “*eu cuido dela e ela cuida de mim*” (neto integral), da mesma forma pensa a neta sócioafetiva – “*ela é*

a minha segunda mãe; ela cuida de mim". Morar junto parece ser, de fato, um fator determinante quanto à predileção e, novamente, a avó materna foi a mais lembrada (mesmo quando o avô também morava junto), mostrando que a convivência é um critério importante nos elos de afeição, que possibilita o cuidado, a ajuda e a reciprocidade.

As avós cuidadoras também costumam ser emocionalmente mais próximas de seus netos. Um contato mais assíduo possibilita a criação de vínculos mais fortes, que são permanentemente reforçados pelo cotidiano (CUNHA; MATOS, 2010; HARPER, 2006).

As relações intergeracionais são, também, influenciadas pela frequência de encontros entre avós e netos. De acordo com Oliveira (2007), quanto mais avós e netos se encontram, menor o impacto das relações dos avós com seus filhos sobre as relações avós-netos.

É claro que uma convivência mais intensa também pode acontecer quando avós e netos não dividem a mesma casa. Avós que não moram junto, mas que são cuidadores integrais, cuidam deles no turno oposto ao da escola, diariamente, que convivem durante algum dia específico da semana, ou ajudam quando solicitados pelos filhos a assumirem o cuidado, também ocupam um lugar especial na vida das crianças, principalmente pelas avós maternas que são menos exigentes, contribuindo para a eleição de suas predileções, como declara a neto esporádico *"nunca sei o dia em que vou para a casa dos meus avós, gosto de ir prá lá porque tenho liberdade...mais tempo de ficar no computador"*.

Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002) declaram que existem componentes que também são da ordem do afetivo, o que faz com que os aspectos psicológicos dos comportamentos não possam ser negligenciados na análise dessas relações.

Por isso, nem sempre a motivação da preferência se dá pela proximidade de residência, às vezes pode vir de longe.

Esses são aspectos relevantes tanto para os meninos quanto para as meninas, não havendo grandes diferenças de gênero quanto às expectativas e experiências intergeracionais das crianças entrevistadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avós de hoje são percebidos ajudando na condução da vida familiar, tornando-se figuras ativas e presentes, nos moldes do pensamento de Bronfenbrenner (1996). Desse ponto de vista, os avós emergem no cenário contemporâneo como uma forma de apoio social com que os pais contam rotineiramente para a tarefa de cuidar de suas crianças e educá-las. Na convivência cotidiana em família, os avós se preocupam em passar para os descendentes, em especial os netos, as lições por eles extraídas dos acontecimentos de suas próprias histórias de vida.

O presente estudo teve como objetivo verificar se e como as relações entre avós e netos têm conformações diversas a partir de diferenças associadas a gênero. Conclui-se haver diferença associada ao gênero do avô/avó na relação com os netos. As avós são mencionadas associadas aos cuidados internos, enquanto que os avós são mencionados associados a em atividades externas. Além disto, o local onde habitam determina hábitos que se refletem igualmente nas brincadeiras. Convivendo em ambientes fechados, a tendência será por jogos internos.

As atividades lúdicas entre avós e netos de tempo integral tendem a ocorrer em espaços internos, como jogos educativos e eletrônicos, enquanto os avós sistemáticos e esporádicos priorizam brincadeiras em espaços externos, como praia, piscina, jogos de salão e futebol, nos parquinhos e, especialmente, nos *playgrounds*.

A percepção que as crianças têm em relação aos avós é positiva. As avós maternas são preferidas porque elas estão mais envolvidas no cuidado das crianças, ajudando-as nas pequenas e nas grandes tarefas. O fato de ser mais mencionada (mesmo quando o avô também morava junto) mostra que a convivência é um critério importante nos elos de afeição que possibilita o cuidado, a ajuda e a reciprocidade. A acrescentar o laço de solidariedade entre mulheres e o de matrilnearidade na consideração das diferenças entre avós e avôs, indicando que instâncias do tempo social e mesmo de tempo mais longos podem estar presentes nestas relações.

Devemos igualmente remarcar a importância dos seguintes aspectos: a) a comunicação bidirecional em contraposição à unidirecional; b) a existência de informações precisas e fidedignas; c) o sentimento de objetivos comuns de dois ou mais sistemas envolvidos; d) a confiança mútua; e) o equilíbrio de poder. São elementos que favorecem o desenvolvimento de todos os participantes.

Como, em geral, as crianças têm maior domínio das novas tecnologias do que seus avós, isso significa que há uma interação de mutualidade e reciprocidade em torno do computador e dos jogos eletrônicos, por meio dos quais essas duas gerações se ajudam, brincam e interagem e estabelecem modos alternativos de domínio e poder.

No entanto, os jogos e as brincadeiras de hoje em dia não são apenas feitos de computadores, celulares e videogames, mas de outros brinquedos e brincadeiras que não perderam o seu espaço.

Devemos ressaltar que o processo de urbanização das cidades trouxe mudanças para os modos de morar e viver: a vida das crianças se dá cada vez mais em apartamentos, condomínios fechados e *shopping centers* onde o contato com a natureza é quase inexistente, mesmo assim, a casa dos avós é um lugar de diversão, adaptação para criar ambientes interativos, lúdicos e acolhedores para seus netos e onde as crianças podem brincar com seus irmãos e primos. Avós e netos se adaptam às novas circunstâncias de vida, modificando as formas de interagir e brincar com o intuito de continuar interagindo e continuar brincando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Brasileira de Empresa de Pesquisa - ABEP (2012). *Dados com base no levantamento sócio econômico*. IBOPE [online]. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>> file:///C:/Users/psico/Downloads/03_cceb_2012_base_lse_2010%20(1).pdf. Acesso em dez.2015
- Attias-Donfut, C.; Lapierre, N.; & Segalen, M. (2002). *Le nouvelesprit de famille*. Paris : Éditions Odile Jacob.
- Attias-Donfut, C. (2004). Sexo e envelhecimento. In: Peixoto, C. (Org.). *Família e envelhecimento* (V. 1, pp. 85- 108). Rio de Janeiro: FGV.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Uma família e um mundo para o Bebê XXI: sonho e realidade. Em J. Gomes-Pedro (Org.) *Bebê XXI. Criança e família na viragem do século*. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian.

- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Coutrim, R. M. (2006) Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Sociedade e Estado* [Online] 21 (2) 367-390 (ver se é online)
- Cunha, B. & Matos, P. (2010) Relações intergeracionais: significados de adolescentes sobre avós idosos. In: VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, Portugal, 4-6 fev.
- Goldfarb, D. & Lopes, R. (2006). Avosidade: a família e a transmissão psíquica entre gerações. In: FREITAS, Elisabete. V.; PY, Lígia (Org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.
- Harper, S. (2006). Papéis dos avós nas famílias multigeracionais dos nossos dias. *Povos e Culturas*, Universidade Católica Portuguesa [Online] (10) 25-38.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil*. Série Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 9, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>> Acesso em dez. 2015.
- Kipper, C. & Lopes, R. (2006). O tornar-se avó no processo de individuação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online] 22 (1) 29-34.
- Mann, R.; Khan, H. & Leeson, G. (2009). Age and gender differences in grandchildren's relations with their maternal grandfathers and grandmothers. *Oxford Institute of Ageing Working Papers* [Online] 1-20.
- Marcondes, G. (2010). Uns ficam, outros vão e alguns voltam: composição e dinâmicas dos grupos domésticos em Salvador. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 17, Caxambu: ABEP 20-24 set.
- Moreira, L.V.C; Rabinovich, E.P. & Silva, C.N. (2009). Olhares de crianças baianas sobre família. *Paidéia* [Online] 19 (42) 77-85.
- Motta, A. B. (2004). Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In C. E. Peixoto (Org.), *Família e envelhecimento* (pp. 109-142). Rio de Janeiro: Ed. da FGV
- Pedrosa, A.S. (2006) Homens idosos avôs: significado dos netos para o cotidiano. Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Peixoto, C. E. (2004). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pires, M.F. (2010) Presença e papel dos avós: estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Portugal.
- Ramos, A. C. (2011). *Meus avós e eu: relações intergeracionais entre avós e netos na perspectiva de crianças*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Ramos, A C. (2012) "Avó é feminino e avô é masculino": relações de gênero e entre gerações na perspectiva das crianças. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil, Universidade Federal do Piauí.
- Rodrigues, J. P. (2008). Práticas e saberes das avós no cuidar das crianças: uma abordagem intergeracional e intercultural. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta, Lisboa.
- Saraceno, C. & Naldini, M. (2001). *Sociologia della famiglia*. Bologna: Mulino.



Scherer, M. A globalização e a infância: reflexos e reflexões nas falas das crianças (2009). In: X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre, RS 30-02 set.

Silva, A.P. (2010) Percepções de avós cuidadoras maternas sobre a criação e educação dos netos. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Smorti, M. & Tschiesner, R. & Farneti, A. (2012). Grandparents-grandchildren relationship. *Procedia – Social and Behavioral Sciences. Estudo* [Online], 46(1), 895-898.

